

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

Rafaela Duarte

***DIRETAS JÁ EM SANTA CATARINA:
O MOVIMENTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NOS TEXTOS E
IMAGENS DOS JORNAIS O ESTADO, A NOTÍCIA E JORNAL
DE SANTA CATARINA (1984).***

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Waldir José Rampinelli.

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

D812d Duarte, Rafaela

Diretas Já em Santa Catarina [dissertação] : o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, A Notícia e Jornal de Santa Catarina (1984) / Rafaela Duarte ; orientador, Waldir José Rampinelli. - Florianópolis, SC, 2011. 135 p.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Eleições - Santa Catarina. 3. Imprensa - Santa Catarina. 4. Imagens fotográficas. I. Rampinelli, Waldir Jose. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

Rafaela Duarte

***DIRETAS JÁ EM SANTA CATARINA:
O MOVIMENTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NOS TEXTOS E
IMAGENS DOS JORNAIS O ESTADO, A NOTÍCIA E JORNAL
DE SANTA CATARINA (1984).***

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História.

Florianópolis, 25 de março de 2011.

Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli Nodari
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli
Orientador – UFSC

Prof.^a Dr.^a Mariana Joffily – UDESC (Membro)

Prof. Dr. Itamar Aguiar – UFSC (Membro)

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Fontes Piazza – UFSC (Suplente)

À Beatriz, na esperança de que viva momentos tão especiais quanto
aquele.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Waldir José Rampinelli, orientador desta dissertação, agradeço pelo incentivo e entusiasmo, pela compreensão de meus limites e pela confiança durante a trajetória da pesquisa.

À banca avaliadora deste trabalho, composta pelos professores Maria de Fátima Fontes Piazza e Itamar Aguiar, que participaram da qualificação do mestrado e agora, atenciosamente, aceitaram o convite para contribuir novamente com o texto. Agradeço também à professora Mariana Joffily, que lecionou na pós-graduação uma disciplina da qual fiz parte, de grande importância para o enriquecimento de minhas ideias, algumas expostas neste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo incentivo aos estudos através da concessão de uma bolsa de mestrado.

Agradeço eternamente, com todo o amor e carinho, aos meus pais Gaspar e Leonir e à minha irmã Andressa, pelo incentivo incondicional, paciência, disponibilidade e compreensão sempre.

A De

us, por não abrandar minha fé e minha persistência.

Com especial carinho, agradeço às pessoas mais importantes que encontrei na Universidade, aquelas que foram essenciais na minha vida pessoal e acadêmica e que compartilharam no meu “histórico” dia-a-dia. Aos amigos que sempre me ampararam ao longo destes anos, e com palavras, risadas, incentivo e disposição contribuíram da forma mais carinhosa para que eu concluísse meus estudos. Em especial, às amigas Beatriz Donadel, Clarice Lemos e Michele Petry pelas conversas e aconselhamentos em momentos felizes e críticos de meu percurso.

A todos os que apoiaram minha trajetória, muito obrigada!

RESUMO

O tema deste trabalho é um estudo sobre o movimento *Diretas Já* em Santa Catarina, no ano de 1984, por meio de três importantes veículos da imprensa catarinense: os jornais *A Notícia*, *O Estado* e *Jornal de Santa Catarina*. As *Diretas Já*, como ficou conhecida no âmbito nacional, foi a campanha pelo retorno das eleições diretas para Presidência da República, após 20 anos de regime militar. Com ênfase nas manifestações desencadeadas em Santa Catarina, apresentamos a grandiosidade da campanha como resultado de uma aspiração nacional, baseado em uma nova cultura política que se forma no Brasil, a partir da metade da década de 1970. Estudando o contexto da época, é possível verificar o processo que levou ao crescimento da campanha, visto que diversos atores sociais e múltiplos segmentos da população buscaram novos espaços coletivos de luta, mostrando seu potencial na busca pelos seus direitos. Dentro dos grupos e mídias favoráveis a redemocratização, encontra-se a atuação expressiva de parte da imprensa catarinense, que contribuiu para fomentar uma opinião pública acerca da campanha por eleições diretas, por meio de diferentes linguagens expressas nos periódicos, a saber: textos, fotografias, propagandas e charges.

Palavras-chave: Diretas Já, imprensa, imagens.

ABSTRACT

The subject of this paper is a study about the “Diretas Já” movement in Santa Catarina, in 1984, through three important newspapers of Santa Catarina: *A Notícia*, *O Estado* and *Jornal de Santa Catarina*. Diretas Já, as it was known nationwide, was the campaign for the return of direct elections for president of the Republic. With emphasis on the manifestations that occurred in Santa Catarina, we present the campaign grandiosity as a result of a national aspiration, based on a new political culture that was formed in Brasil from the second half of the 1970s. Studying the context it is possible to verify the process that led to the campaign growth, considering that many social actors and multiple segments of the population searched new collective spaces of fight, showing their potential in seeking to achieve their rights. Among the groups and media that were in favor of the redemocratization, the press from Santa Catarina played an important role contributing to foment the public opinion about the campaign for direct elections through different languages expressed in newspapers: texts, photographs, advertisements and cartoons.

Key-words: Diretas Já, press, images.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC – Região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo. A sigla vem das três cidades Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C)

ACM – Associação Catarinense de Medicina

AEASC – Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina

AI – Ato Institucional

AN – jornal A Notícia

ANL – Assembleia Nacional Constituinte

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

EUA – Estados Unidos da América

JN – Jornal Nacional

JSC – Jornal de Santa Catarina

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OE – jornal O Estado

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RBS – Rede Brasil Sul

SNI – Serviço Nacional de Informações

UDN – União Democrática Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – A euforia na imprensa: a campanha <i>Diretas Já</i> nas notícias e fotografias.....	27
1.1 A formação de uma nova cultura política no Brasil e em Santa Catarina.....	33
1.2 Jornais como atores sociais	38
1.2.1 A imprensa catarinense na redemocratização.....	44
Capítulo 2 – O poder imagético das charges e propagandas.....	71
2.1 As charges como instrumento de “luta” na campanha <i>Diretas Já</i> ...74	
2.1.1 Sessão Mural e a opinião do leitor.....	107
2.2 As propagandas impressas.....	112
Considerações Finais – Que democracia é essa?.....	122
Referências	130

INTRODUÇÃO

A origem deste trabalho pode ser datada no primeiro semestre de 2004, quando ainda cursava minha graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em meio a reportagens, publicações e exposições sobre os vinte anos da campanha *Diretas Já* no Brasil, um artigo, publicado na Revista *Nossa História*, despertou-me maior atenção: *O Brasil do Sr. Diretas*.¹ Uma pequena publicação de quatro páginas, de autoria da historiadora Marieta de Moraes Ferreira, que enaltecia a vida do ilustre político Ulysses Guimarães, chamado pela imprensa de “Sr. Diretas”. Com quase meio século de vida pública, Ulysses participou ativamente do processo de redemocratização do Brasil², com a campanha por eleições diretas, em 1984, e na Presidência da Constituinte, em 1988. Por que este artigo pareceu-me significativo naquele momento? Não foi a vida de Ulysses Guimarães que estimulou interesse em minha pesquisa, mas sim, a grandiosidade da campanha que ganhou as ruas e levou milhões de brasileiros a lutar pela democracia.

Campanha que mobilizou o país inteiro, em especial, nos quatro primeiros meses de 1984, período em que a Emenda Dante de Oliveira³, Emenda Constitucional que pretendia restabelecer a eleição direta do Presidente e Vice Presidente da República, através do voto direto, tramitava no Congresso. Desde que assumiu o cargo de deputado federal, em janeiro de 1983, Dante de Oliveira começou a coletar assinaturas para apresentar o projeto de emenda. No período final de 1983 até abril de 1984, enquanto recebia adesão de políticos e da população, os partidos de oposição e os comitês pró diretas organizavam a campanha.

¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. “O Brasil do Sr. Diretas”. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, ano 1, n.º 4, fevereiro de 2004. p. 80-83.

² O processo de redemocratização do Brasil teve início no governo do general João Baptista Figueiredo, com a anistia aos presos políticos, o pluripartidarismo e outras medidas tomadas durante seu mandato. Esse processo se fortalece com o advento da campanha por eleições diretas em 1984, que previa o retorno da democracia eleitoral no país.

³ Proposta de Emenda Constitucional nº 5 (PEC 5/1983). Inicialmente a Emenda recebeu pouca adesão e somente em 1984, com a mobilização de políticos de destaque nacional, os protestos por *Diretas Já* ganharam maior amplitude espacial e maior apoio popular.

Tornado tema de minha pesquisa e objeto principal de meu trabalho de conclusão de curso intitulado “*Diretas Já*” em Santa Catarina: Um olhar sobre as manifestações políticas e culturais do movimento através do jornal *O Estado*”, estudei o movimento verificando diferentes posicionamentos políticos pela campanha no estado e as principais manifestações realizadas pelos catarinenses, percebendo a atuação de diversos atores sociais, como os sindicatos, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Catarinense de Medicina, grupos de mulheres e os próprios partidos políticos e seus principais representantes. No contato com as fontes, que na ocasião da monografia foi o jornal *O Estado*, de Santa Catarina, no ano de 1984, pude notar que a discussão sobre as *Diretas* era constante não apenas em artigos jornalísticos, mas também em imagens publicitárias, charges e manifestações populares.

Na possibilidade de aprofundar tais pesquisas através do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, tendo acesso a outros periódicos catarinenses, com o contato à profícua discussão e produção acadêmica sobre aquele período histórico, percebi que precisaria ir além, explorando mais a fonte jornalística como próprio ator social no movimento e as diferentes linguagens expressas nos periódicos, tal qual textos, propagandas, imagens e charges, que se mostraram singulares ao longo da campanha *Diretas Já*.

Através de idas intensas à Biblioteca Estadual de Santa Catarina, pesquisei jornais catarinenses que registraram a campanha no Brasil e, especificamente, aqui no estado. Para visualizar alguns momentos da história das *Diretas Já*, optei por utilizar como fontes para essa dissertação, notícias, fotografias, propagandas e charges dos jornais *O Estado*, *Jornal de Santa Catarina* (Blumenau) e *A Notícia* (Joinville), entre os meses de dezembro de 1983 à junho de 1984, período no qual há uma ênfase jornalística voltada para esse movimento. Foi também nesse momento que a Emenda ganha maior destaque pela imprensa, sendo quase diariamente noticiada pelos jornais, destacando a adesão de políticos que se declaravam favoráveis ao retorno das eleições nesse âmbito. Pesquisando e observando a imprensa da época, o recorte cronológico aqui apresentado, destaca esse período como aquele que maior vinculou notícias relativas ao movimento.

Um questionamento comum com relação aos movimentos sociais atuais e suas respectivas fontes de análise se refere a

⁴ *Diretas Já* é a expressão que ficou de exigência de imediatas eleições diretas para presidente da República.

metodologia utilizada para dar inteligibilidade aos fatos. Quando o material disponível para uma pesquisa histórica é constituído de fontes relativamente recentes, sejam elas orais ou escritas, a primeira questão relevante é a importância desse material para o trabalho historiográfico, as críticas e interpretações possíveis.

A historiografia das últimas décadas vem ampliando e renovando significativamente seus objetos e fontes de estudos, trazendo a tona novos personagens e temáticas, resultados de uma virada cultural após o ano de 1968. A revolução cultural que se intensifica na década de 1970 marcou o modo como se entende e se escreve a história, conhecido como “irrupção do presente na história”. O presente imediato rompe com a divisão entre passado e atualidade, pensando a contemporaneidade nos objetos da pesquisa histórica.

O tema *Diretas Já* pode se situar na perspectiva da História do Tempo Presente, já que esse recorte temporal é ainda indefinido na América Latina. Segundo Pieter Lagrou, são questões que ainda não passaram, que emergem no presente, onde os marcos cronológicos dependem do referencial.⁵ Pensando nessa afirmação, é possível fazer uma história de um período relativamente recente, que suscita questões para pensarmos a atualidade.

O “fato” analisado numa perspectiva crítico-científica de história-processo, não se mostra desconectado ou deslocado da realidade histórica que lhe dá sentido. Para que as análises do presente, mesmo parciais e provisórias, não se restrinjam às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da “cena contemporânea”, devem identificar e avaliar tendências e esclarecer as mudanças básicas de estrutura que funcionam como sedimento do contexto analisado. (...) A partir de uma base analítica que se pode apreender a história como processo, e não como fragmentação desarticulada, ligando o presente aberto, com todas as suas possibilidades, com o passado mais recente.⁶

⁵ LAGROU, Pieter. “A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945: Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar”. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Rio de Janeiro, ano 4, n.º 15, 2009. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&task=view&id=4882&pop=1&page=0&Itemid=147>

⁶ PADRÓS, Enrique Serra. “História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, vol. 1, n.º 1, jan/jun de 2009, p. 31.

Na perspectiva da análise do Tempo Presente, a natureza e a diversidade de fontes existentes, assim como a amplitude da documentação disponível, permitem ao historiador realizar os cruzamentos e as verificações correspondentes para avaliar e elaborar suas conclusões.⁷ No entanto, as fontes precisam ser contestadas, interligadas com outras, na tentativa de que o resultado final não seja produto de uma leitura idealizada. O mesmo cuidado se deve ter ao utilizar jornais na pesquisa.

A presente dissertação tem como proposta analisar a atuação de parte da imprensa catarinense, percebendo que de forma as diferentes linguagens dos jornais, vistos como atores sociais, abordam a campanha por eleições diretas e se contribuíram para fomentar uma opinião pública acerca do movimento *Diretas Já*.

Durante o período ditatorial no Brasil, muitos periódicos enfrentaram censura constante. Já outros compartilharam ideologicamente, politicamente e economicamente com a ditadura, beneficiando-se do regime. Os jornais aqui tomados como fontes e como próprios atores dentro do processo de redemocratização tiveram percursos e interesses diversos, que serão explicitados ao longo dos capítulos, mas que contribuíram para fomentar uma opinião acerca do período e nos dão pistas sobre os acontecimentos da época.

Diversos trabalhos da historiadora Tania Regina de Luca vêm no sentido de apresentar a importância dos periódicos como fontes de pesquisa. Em *História dos, nos e por meio de periódicos*, a autora mostra que até a década de 70 eram raros os trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da História no Brasil.⁸ De acordo com a argumentação da autora a preocupação não estava em escrever a história por meio da imprensa, mas sim, escrever a História da Imprensa. Para tanto, era necessário utilizar os jornais impressos como documentos, mas, segundo a tradição historiográfica do século XIX, pela falta de objetividade e neutralidade, os jornais estariam fora dos padrões conhecidos como fontes para a historiografia.⁹ Essa visão negativa em relação aos jornais é questionada a partir da década de 1930 quando os adeptos da Escola dos Annales passam a reconhecer a importância dos meios impressos nas pesquisas, reconhecimento esse

⁷ Ibid, p. 38.

⁸ PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111.

⁹ Ibid, p. 112.

que só se concretizaria com a terceira geração dos Annales, com a abrangência de fontes e novas perspectivas para o estudo da história.

Ao revisar a bibliografia sobre o tema *Diretas Já*, podemos perceber que nos últimos anos, há uma maior produção de trabalhos sobre esse assunto, em sua maioria, atuais, que datam de menos de dez anos. Talvez isso se deva pelo fato de o próprio movimento ser relativamente recente. Ainda ao pesquisar a bibliografia para essa dissertação, foi curioso perceber que grande parte das publicações que tratam do período estudado, foi escrita por cientistas sociais, jornalistas e não por historiadores. Uma das questões que me levou a abordar a participação de Santa Catarina na campanha pelas *Diretas* foi, principalmente, o fato de poucos historiadores terem se dedicado ao movimento aqui no estado. Existem alguns trabalhos, como dissertações e livros, que tratam de períodos próximos à década de 1980, e que me auxiliaram na pesquisa e na produção dessa dissertação, mas não encontrei nenhum trabalho historiográfico específico.

Recentemente, três obras, a de Alberto Tosi Rodrigues (2003), de Domingos Leonelli e Dante de Oliveira (2004) e a de Edison Bertoncelo (2007), vieram a preencher a lacuna existente, ainda que não sejam trabalhos escritos por historiadores.

No sentido de descrever e compreender o momento histórico desencadeado pelas *Diretas* encontra-se o trabalho do cientista político Alberto Tosi Rodrigues. Em seu livro *Diretas Já: O grito preso na garganta*, o autor aborda a crise do regime militar e o ressurgimento da sociedade civil organizada através da campanha das *Diretas*. Ao escrever a história desse movimento cívico, registra o cenário político no qual este se insere, apresentando as articulações políticas e a mobilização popular, mostrando ainda as causas e consequências da derrota, em 1984, da emenda que restabelecia as eleições diretas para Presidente do Brasil.

Rodrigues analisa esse movimento por três vieses: primeiro, compreende que o Brasil passava por um momento intrincado economicamente e por uma forte crise desenvolvimentista do Estado. Em segundo lugar, avalia a estratégia desencadeada pelos políticos e generais do regime militar que visavam manter a transição “lenta, gradual e segura” sob controle. Em terceiro, o momento em que se desenvolveu a campanha pelo movimento seria incompreensível, se os

anos que a antecederam não fossem analisados, apresentando assim o ressurgimento da sociedade civil através de movimentos populares.¹⁰

Também como panorama geral e contextualização da campanha, o livro *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*, aborda o desenvolvimento da emenda, apresentando os principais fatos, juntamente com as decisões político-institucionais do período. Dante de Oliveira e Domingos Leonelli, autores do livro, apresentam o tema *Diretas Já* como uma palavra de ordem significando algo mais profundo, o desejo de “mudanças já”.¹¹ Essa é uma leitura que merece olhar mais cuidadoso, visto que os dois autores foram políticos no período, sendo inclusive a emenda que previa eleições diretas para presidente, de autoria do deputado Dante de Oliveira¹², na época, atuante no PMDB. O que se percebe ao ler essa obra, é que a paixão está fortemente presente em sua escrita que, além de narrar os bastidores da campanha nas principais cidades do Brasil, muitas vezes parece confundir-se com uma autobiografia de sua ação no Congresso e nos comícios. Ainda assim, essa leitura contribuiu para o entendimento do processo durante os 15 meses que a emenda procurou adesão e aprovação entre parlamentares, apresentando uma cronologia detalhada, que facilitou a pesquisa nos jornais.

¹⁰ RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 12-13.

¹¹ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹² Dante Martins de Oliveira nasceu em Cuiabá em 6 de fevereiro de 1952. No início dos anos 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro e cursou engenharia civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando a integrar a organização de oposição Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que pregava a resistência armada ao movimento político-militar que derrubara o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Em 1977 passou a ocupar a secretaria geral do MDB matogrossense. Em 15 de novembro de 1978, foi eleito deputado estadual, vindo a assumir o mandato em fevereiro de 1979. Em 1982, deixou formalmente de integrar o MR-8, em virtude de divergências políticas, e, em novembro, concorreu a deputado federal pelo PMDB. Eleito com a segunda votação do partido, assumiu o mandato em 1º de fevereiro de 1983, vindo a integrar como titular a Comissão do Interior. Em fevereiro de 1983, apresentou projeto de emenda constitucional, que se tornaria conhecida como emenda Dante de Oliveira, propondo o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcando para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente. Em maio de 1986, assumiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Em fevereiro de 1990, desligou-se do PMDB e ingressou no PDT. Em outubro de 1992, foi eleito prefeito de Cuiabá pela segunda vez e, em 1994, foi eleito governador de Mato Grosso, sendo reeleito em 1998. Dante ainda chegou a lançar uma nova candidatura a deputado federal, pelo PSDB, nas eleições programadas para outubro de 2006, porém veio a falecer em Cuiabá, ainda em plena campanha, em decorrência de uma infecção generalizada no dia 6 de julho de 2006, aos 54 anos de idade. Para maiores informações sobre a biografia de Dante de Oliveira, cf.: <http://cpdoc.fgv.br/>

Como base para entender o movimento num nível mais amplo, utilizo como referencial o livro *A Campanha das Diretas e a Democratização*, fruto da dissertação de mestrado de Edison Bertoncelo.¹³ Sua pesquisa é um breve resumo da campanha, desde a proposta inicial da emenda, em 1983, até a transição negociada, com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985.

Através da análise sobre a imprensa da época, pensando sempre a conjuntura política do país que possibilitou a campanha, Bertoncelo considera as *Diretas* uma decorrência da nova dinâmica societária que se configurava no Brasil no início da década de 1980. Para o autor, novos movimentos sociais que buscavam espaço desde a década de 1970, encontraram numa campanha de nível nacional, um ambiente adequado para canalizar forças contra a ditadura militar, através de uma crescente autonomização de camadas sociais em relação ao controle estatal, que se encontrava em crise.¹⁴

O movimento das *Diretas Já* amalgamou num consenso, as diversas críticas que o regime militar vinha sofrendo. Mesmo dependendo do resultado da votação da emenda no Congresso, milhões foram às ruas exigir o direito pela democracia eleitoral. Desde as eleições de Jânio Quadros (1960) a população não escolhia, por via direta, o presidente do Brasil.

Neste sentido, embora meu objeto de análise tenha durado somente alguns meses até a votação do dia 25 de abril de 1984, acredito não ser possível apreender a complexidade inerente àquele processo sem antes considerar sua relação com as mudanças sofridas pelo país durante a ditadura militar e no período conhecido como “abertura política”, bem como, no âmbito internacional, pelas reestruturações impostas ao mundo pelos Estados Unidos da América. Esta análise será aprofundada no primeiro capítulo.

De acordo com muitos autores que estudaram a formação social brasileira, a história do país sempre foi marcada pelas mudanças lentas e processos de transformação pelo alto. Desde sua Independência, passando pela Proclamação da República até chegar ao processo de modernização capitalista, tampouco contou com uma efetiva participação popular. Esse foi um processo incrementado pela ação do Estado com a utilização permanente de aparelhos repressivos, resultando do acordo entre frações das classes dominantes, e que tem como

¹³ BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, FAPESP, 2007.

¹⁴ *Ibid*, p. 76.

objetivo principal a exclusão de qualquer protagonismo das classes subalternas.

Sendo assim, o pensamento de Antonio Gramsci ainda está muito vivo para elucidar algumas passagens da nossa história. Um dos conceitos fundamentais para entender essa dinâmica na história brasileira é o de “revolução passiva” ou “revolução-restauração”.¹⁵ As constantes “revoluções passivas”, estudadas por Gramsci, atravessam a vida política brasileira desde o início, operando as mudanças que se fazem necessárias pela via da conciliação pelo alto. À luz do conceito gramsciano, uma “revolução passiva” tem como condição básica que as classes dominantes se sintam ameaçadas em seu domínio. São assim levadas a introduzir transformações, incorporando algumas demandas das classes subalternas, com o objetivo de conter o seu potencial revolucionário.

Segundo Florestan Fernandes, importante sociólogo que dedicou seus estudos a reflexão teórica e a interpretação da realidade social brasileira, em seu livro *Que tipo de República?* mostra que essa “conciliação pelo alto” surge como um recurso eficaz para articular interesses de uma mesma classe ou para ultrapassar riscos de explosões das camadas populares.¹⁶ Segundo ele, temos conhecido sucessivas “revoluções passivas”, chegando até a “transição democrática” de 1985. Florestan foi um dos críticos mais contundentes da “Nova República”, sempre escrita entre aspas e vista por ele como sendo um prolongamento da ditadura por outros meios e não via com otimismo essa nova fase do país, devido as insuficiências das mudanças propostas pelos políticos arautos da redemocratização. Essas mudanças limitavam-se aos arranjos políticos pelo alto, onde não houve a participação popular e o retorno da cidadania plena. Ainda assim, Florestan Fernandes considera a campanha pelas eleições diretas um importante ganho para a consciência social dos cidadãos, desafiando a ditadura que “foi batida dentro do campo da ordem ilegal que ela forjou”.¹⁷

No período do regime militar no país, de acordo com a política de distensão do general Geisel, e de abertura do presidente Figueiredo, o projeto de redemocratizar gradualmente o Brasil buscava espaço entre as elites políticas leais ao regime e entre setores da sociedade que pudessem prover a sustentação social do processo de

¹⁵ Para maior compreensão do conceito gramsciano, Cf.: BADALONI, Nicola; COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁶ FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 88.

¹⁷ *Ibid.*, p. 179.

abertura. Figueiredo deu continuidade a uma política de liberalização, planejada e cuidadosamente controlada pelo Estado, abrindo assim, um espaço suficiente de manobra para controlar a oposição de elite e limitar a participação de setores da população que durante todo o regime ditatorial foram excluídos do processo.¹⁸

É importante identificar nesse processo, de que forma viria a democracia que os manifestantes das *Diretas Já* exigiam e qual sistema surgiu após o movimento que não obteve o resultado desejado. Especialmente até a votação da emenda que defendia eleições diretas, é possível reconhecer entre seus defensores e opositores um contraste quanto às características da democracia a ser restaurada no país após vinte anos de regime militar.

No livro *Forjando a Democracia*, do historiador Geoff Eley, visualizamos questões pertinentes a constituição deste termo. Apesar de o autor estudar os caminhos, descaminhos e os desafios históricos e atuais que marcam a esquerda e o socialismo europeus, Eley apresenta uma visão da situação histórica da democracia na Europa: ela não é uma “dádiva” e nem está “assegurada”. A democracia “exige conflito, a saber, o desafio corajoso da autoridade, a assunção de riscos e atos de coragem temerária, o testemunho ético, confrontações violentas e crises gerais em que se rompe a ordem político-social dada”.¹⁹

Ainda que com percursos diferentes entre Europa e América, é possível pensar nesses termos, o processo democrático pelo qual o Brasil e a América Latina viveram no período pós-ditaduras. Na Europa, o advento da democracia não representou um fato natural nem foi resultado da prosperidade econômica. Para Eley, a democracia se consolidou “porque uma grande quantidade de pessoas se organizou coletivamente para reivindicá-la”.²⁰ Na América Latina, esse processo de mobilização também incidiu sobre diversos países. Diante dos sinais evidentes de saturação da ditadura, o movimento popular cresce e ocupa as ruas. Primeiro lutam em torno da anistia, depois em prol das eleições diretas.²¹

Entre meados da década de 1970 e 1980, vimos uma sociedade mais mobilizada na luta por direitos, entre eles, o retorno pela

¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 273.

¹⁹ ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 24.

²⁰ *Ibid.*, p. 24.

²¹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 271.

democracia. O movimento *Diretas Já* canalizou grande parte desse ciclo de protestos sociais, elevando uma expectativa de que o país mudaria e a imprensa ajudou a construir essa ideia de uma nação unida pelo bem comum. Sem dúvidas, a euforia popular vista na campanha não só acreditava no retorno das eleições diretas como também numa maior participação popular através de um novo governo. A proposta das *Diretas Já*, apesar de não conceber um rompimento brusco para a redemocratização plena, representava uma tentativa de romper com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando.

Apesar de tudo, sabemos que a campanha das *Diretas Já* não se refletiu diretamente na transformação das regras do jogo institucional, mantendo-se o monopólio dos três poderes nas mãos das elites das classes dominantes. Sabemos que no Brasil, a democracia que se consolidou e que possuímos até os dias de hoje se configura naquela representativa, conquistada após o fim da ditadura e com a nova Constituição de 1988, advinda da conciliação entre parte da oposição política e forças da ditadura.²²

Para Florestan Fernandes, a “Nova República” surgiu como prolongamento institucional da ditadura. A “transição democrática” não se concretizou, constituindo-se em uma conciliação conservadora entre as altas patentes militares e políticos da situação e da oposição. Segundo ele, “as eleições diretas não são uma poção mágica. Elas só apresentam uma eficácia imediata indiscutível: acabar com a ditadura, abrir novos caminhos para uma sociedade política”.²³ Ainda assim, Florestan viu no movimento *Diretas Já* a vitalidade do Brasil como nação, marcando os limites que separavam a derrubada da ditadura da construção de uma forma política de democracia popular.

Mesmo o Estado brasileiro prevendo um plano de mudança para o país, que não modificasse as estruturas de forma radical, visando um retorno lento, gradual e seguro dos direitos políticos e civis²⁴, a

²² A transição acordada ou pactuada, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas da oposição, aconteceu principalmente na Espanha, Brasil e Chile. Já nos países como Grécia, Argentina e Bolívia, a democracia veio de outra forma, através de uma transição por colapso, com forte ruptura do autoritarismo vigente. Cf: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²³ FERNANDES, F. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 195.

²⁴ De acordo com José Murilo de Carvalho, os direitos sociais readquiridos durante a “transição democrática” foram aqueles vinculados a unificação e universalização das leis trabalhistas como a Previdência Social (INPS), aposentadoria, pensão, assistência médica, direito à educação e ao trabalho. Por direitos políticos, José Murilo apresenta a participação do cidadão no governo da sociedade através do voto. Por direitos civis, o autor compreende aqueles ligados à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, como o fim da censura prévia e a volta

campanha *Diretas Já* trouxe um novo fôlego para a política brasileira. Fez com que a população voltasse a acreditar numa mudança mais ampla, trazendo a tona novos movimentos sociais, novas manifestações, ampliando espaços de luta. Apesar da repressão, o regime militar não foi capaz de impedir o avanço de uma sociedade civil plural e articulada, que teve um papel importante na transição para a democracia, ainda que não tenha sido plena.

Desde o início da campanha que visava a redemocratização do Brasil, o país vislumbrou um processo de grandes acontecimentos e agitações. Desse quadro resulta a construção de uma nova sociedade mobilizadora, apresentando novos atores sociais. Uma das chaves para se pensar essas manifestações, que ganham visibilidade nas páginas dos jornais no período focado, é a noção de cultura política. Para Napolitano de Eugênio, desde a década de 1970 formou-se no Brasil uma nova cultura política, que reelaborou a tradição e a linguagem através dos quais se pensava o lugar do político no país.²⁵

Assim como diversos autores que estudaram o período, considero o movimento pelas *Diretas Já* como resultado de uma grande insatisfação popular, desencadeado por uma crise econômica, política e institucional no período ditatorial no Brasil. Thomas Skidmore, no livro *Brasil: de Castelo a Tancredo*, faz uma análise da conjuntura brasileira a partir da atualidade econômica, que permite uma avaliação rigorosa de todas as crises do período pós-golpe militar.²⁶ Mas não só. Não percebo o desencadeamento da campanha, simplesmente devido aos motivos político-institucionais, mas também, há vários outros fatores que, ao longo dos anos, foram enfraquecendo o poder ditatorial e que geraram um sentimento nacional pela mudança. Uma nova cultura política, que busca trazer uma resposta baseada nos problemas da sociedade num determinado momento.²⁷

Outra autora que também se refere a uma nova cultura política emergente no Brasil, Maria Célia Paoli, socióloga e doutora em História, dedicou seus estudos, principalmente, sobre a questão da democracia e

dos exilados políticos. A intenção do autor é demonstrar que no Brasil não houve uma conexão dessas três dimensões políticas ao longo de sua história. Cf: CARVALHO, J. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

²⁵ EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano. "Representações políticas no movimento Diretas-Já". *Revista Brasileira de História: Representações*, São Paulo: ANPUH/contexto, vol. 15, n.º 29, 1995, pp. 207-219.

²⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). 4. ed. Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

²⁷ RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 356.

cidadania no Brasil. No seu artigo intitulado *Movimentos sociais, movimentos republicanos?* Paoli busca a interpretação de alguns momentos de luta na história dos movimentos sociais no país. A autora considera os movimentos nascidos no final da década de 1970, e que percorrem as décadas de 1980 e 1990, como uma nova experiência de cidadania no Brasil²⁸ onde foram constituídos “movimentos sociais muito distintos em suas demandas, formas de organização e terrenos próprios de luta, de cuja boca saltavam novos sentidos para as palavras direitos, cidadania e justiça”.²⁹

Quando se refere a esses movimentos mais recentes na história, Paoli apresenta uma nova cultura política no país, inaugurando uma nova fase na democracia do Brasil, criando espaços de luta onde diferentes esferas da sociedade tiveram participação ativa. Esses novos espaços aos poucos ocupados e reocupados pela população brasileira foram se configurando como espaços de ação, de reivindicação, com pessoas distintas, instituições e intenções distintas, mas que culminavam num mesmo ideal, na volta da soberania popular e do retorno ao estado democrático de direito, constituindo assim, uma nova cultura política.

Através de novas pesquisas que recorreram à imprensa, a história foi abrindo caminho, a partir da década de 1970, para o uso frequente desse meio como fonte, seja para a compreensão das ideias políticas, dos problemas sociais, seja para a interferência do Estado, da ação da censura, entre outros. Buscando imprimir sua contribuição para o uso da imprensa como fonte e oferecer indicações teórico-metodológicas para esse caso, Tania de Luca apresenta um guia prático que tem colaborado na orientação de pesquisas na área, discorrendo sobre os passos que devem ser seguidos para os pesquisadores dos arquivos periódicos.³⁰ Para essa dissertação, muitos dos pontos levantados pela autora foram averiguados, no sentido de direcionar o olhar para as fontes e não correr o risco de produzir uma leitura idealizada sobre a imprensa.

Os jornais nessa pesquisa são aqui tomados como fontes e como atores sociais, por entender que a imprensa é um veículo manipulador, que se preocupa com seus interesses e age através de seus meios. A própria estrutura dos jornais e aquilo que foi selecionado como matéria publicada, não podem ser entendidos como naturais. A ênfase em

²⁸ PAOLI, Maria Célia. “Movimentos Sociais, movimentos republicanos?” In: SILVA, F. T.; NAXARA, M. R. C.; CAMILOTTI, V. C. (orgs). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: ed. UNIMEP, 2003, p. 180.

²⁹ *Ibid*, p. 180.

³⁰ PINSKY, C. Op. Cit., p. 131.

determinados temas e a natureza do conteúdo estão associados diretamente ao público leitor.

Neste sentido, encontramos o estudo do professor José Marques de Melo – *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro* – onde o autor apresenta a origem do jornalismo, seus desafios e os bastidores da produção jornalística. Numa obra considerada um clássico para a área da Comunicação, Melo apresenta a natureza de oito gêneros opinativos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, charge e carta. Afirma que a estrutura do jornalismo industrial comporta diferenças de perspectivas na apreensão da realidade dos fatos, promovendo a circulação de diferentes pontos de vista. Segundo Melo:

Entendemos que os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são “aparatos ideológicos” [...] influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem.³¹

Seguindo esse raciocínio, o autor aborda principalmente o controle da linha editorial, que antes era reflexo da opinião de uma pessoa, mas que nas empresas jornalísticas atuais, as opiniões se fragmentaram, tornando-se uma organização complexa, onde diferentes grupos emitem seus posicionamentos.

Outra leitura que contribui para elucidar a relação entre jornalismo e poder, é *Imprensa e Poder*, organizado pelo jornalista Luiz Gonzaga Motta. A coletânea de estudos é um conjunto de reflexões atualizadas sobre o poder instituído a imprensa ao longo das décadas, mostrando a competência que esta possui em selecionar, priorizar e disseminar os acontecimentos sociais. O poder é uma qualidade inerente ao exercício da imprensa, seja como representante dos grupos hegemônicos, dos interesses dos seus proprietários ou como porta-voz

³¹ MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p. 73.

da sociedade. O livro contempla também as diversas formas de relação entre o cidadão e esse meio de comunicação, onde a cidadania brasileira, aos poucos, se dá conta de que a imprensa pode ser um espaço novo de atuação política, o que não significa transformá-la unicamente em agente dos interesses públicos.³² Atenta a isso, busco perceber o posicionamento dos jornais nas discussões pelas *Diretas*, observando também o peso que as imagens tomaram dentro deste debate.

Ao longo do tempo, a imagem tornou-se uma forma privilegiada de comunicação na sociedade contemporânea pela sua multiplicidade e versatilidade, tanto na produção quanto no consumo. É uma tendência da historiografia contemporânea, a revalorização das imagens como fontes de representação, tanto social quanto cultural. O seu estudo tem contribuído para o saber histórico, mostrando-se uma fonte bastante informativa, e não apenas como simples ilustração. Assim, configura-se um dos desafios do historiador, em perceber o potencial dessas fontes, incorporando-as ao seu trabalho. São hoje caracterizadas como expressão da diversidade social, capaz de alcançar todas as camadas sociais, pois se identifica com diferentes grupos.³³

Nas ciências humanas, o interesse pela linguagem visual no campo da pesquisa, centra-se na década de 1980, quando há uma eclosão de estudos na área de História com imagens. Especificamente no estudo da História, tem-se anexado novos objetos até então fora do seu domínio, como: as histórias do cotidiano, das práticas culturais, das formas de ler, entre outros. Não teria sido possível desenvolver essas novas áreas de pesquisa, se estas tivessem se limitado ao uso de fontes tradicionais.

A imagem nem sempre teve grande importância para a historiografia, pois durante muito tempo foi considerada um elemento ilustrativo, não fundamental para a explicação da história. Segundo Paulo Knauss, por séculos a historiografia, centrada na fonte escrita, desprezou o fato de que as imagens são os vestígios mais antigos que conhecemos, demarcando assim o seu universo à hegemonia da fonte escrita, restringindo seu uso às situações em que os textos não se evidenciavam suficientes.³⁴

³² MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e poder*. Brasília: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³³ KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual”. *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 8, n.º 12, pp. 97-119, jan/jun de 2006.

³⁴ KNAUSS, Paulo. “Aproximações disciplinares: história, arte e imagem”. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 15, n.º 28, pp. 151-168, dezembro de 2008.

Quando falamos de imagem como evidência histórica, lembramos do importante estudo de Peter Burke em *Testemunha ocular: história e imagem*, onde o historiador inglês mostra que por muito tempo essas fontes no campo da pesquisa histórica foram consideradas meras ilustrações.³⁵ Burke se coloca a favor do uso de imagens, considerando que as mesmas, assim como testemunhos orais e textos, constituem uma importante forma de evidência, apesar da necessidade de apuração crítica quanto à veracidade do que retratado. Ainda assim, desde o século XIX, estudiosos utilizam as imagens como ponto de partida para suas pesquisas, dentre eles, Aby Warburg, Johan Huizinga, Jacob Burckhardt, dentre outros. Mas é nas últimas décadas do século XX que os historiadores têm tratado com maior seriedade a imagem no fazer historiográfico.³⁶

Assim como outros tipos de fontes, as imagens possuem fragilidades e o historiador precisa estar atento em suas análises, já que não existe uma única forma de vê-las. Até mesmo pela variedade de imagens que podem ser tomadas como fontes ou a variedade de seus usos que podem se prestar aos estudiosos da área.³⁷

Um dos pontos que mais chamou a atenção na leitura dos jornais foi a presença das charges, constantes nas páginas d' *O Estado e Jornal de Santa Catarina*, estas também apontavam para um posicionamento a favor da campanha, caracterizando-se como instrumento de “luta”. Abordando temas do carnaval, do futebol ou de figuras políticas, as charges faziam apologia ao movimento que, cada vez mais, ganhava adesão com o seu desdobramento.

As charges, que tiveram presença garantida nos principais jornais da imprensa durante o período da história brasileira marcada pela ditadura militar, são fontes muito apropriadas que nos fazem refletir sobre diversos assuntos de uma maneira irônica, mas também, bastante crítica. A charge, como texto imagético e humorístico, atrai mais a atenção do leitor e permite mais rapidamente um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos e sociais. No entanto, ela não será compreendida se não levarmos em conta os diversos contextos necessários para que a mensagem transmitida pela charge seja recebida e decodificada.

³⁵ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 12.

³⁶ *Ibid.*, p. 12.

³⁷ *Ibid.*, p. 234.

A polifonia, a ambivalência e o humor do texto chárstico fazem com que ele afirme e negue, eleve e rebaixe ao mesmo tempo, obrigando o leitor a refletir sobre fatos e personagens do mundo político, uma vez que põe a nu aquilo que está oculto por trás deles. Assim, a charge se mostra como um poderoso instrumento de crítica, devendo ter lugar privilegiado nas instituições jornalísticas que defendem o discurso pluralista.³⁸

Em face a tais pressupostos e na busca por aprofundá-los, essa dissertação está estruturada em dois capítulos. No primeiro, intitulado **A euforia na imprensa: o movimento visto pelos jornais catarinenses** apresento a importância e as particularidades do movimento *Diretas Já* em Santa Catarina, analisando a participação de diferentes grupos envolvidos na redemocratização do Brasil, compreendendo a formação de uma nova cultura política no país a partir da década de 1970. Também neste capítulo estudo o papel da imprensa como próprio ator social durante a campanha pelo retorno das eleições diretas, observando o que o jornal deixa ver no movimento. Através de textos e fotografias nos periódicos pesquisados, percebe-se uma euforia numa ampla cobertura sobre as manifestações que se desencadearam em Santa Catarina sobre as *Diretas*. Ai reside a necessidade de estudar a imprensa como órgão opinativo de fundamental importância, que constrói um discurso próprio sobre determinada época.

No segundo capítulo – **O poder imagético das charges e propagandas** – através da análise de charges e propagandas referentes ao movimento *Diretas Já* nos jornais já citados, abordo o interesse das fontes visuais como campo da pesquisa histórica e a importância deste tipo de linguagem na compreensão do meu objeto de estudo, mostrando a necessidade de “ler” essas fontes e as situações do dia-a-dia nelas expressas, apresentando seu potencial de expressão, quando provocam discussões sobre situações vividas pela sociedade.

Apresento ainda uma conclusão intitulada **Que democracia é essa?**, onde aponto questões atuais pertinentes sobre o processo eleitoral no Brasil, percebendo até que ponto esse ideal de democracia, firmado nas manifestações de 1984 se concretizou, baseado nas análises do

³⁸ ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia*. Maringá: Eduem, 2000, p. 03.

sociólogo Florestan Fernandes, importante crítico desse período. É possível afirmar que há espaço para uma nova política no Brasil após as *Diréticas Já?* Quais foram os limites dessa euforia que parecia não acabar? Será que ela se finda com o resultado da votação da emenda? As manifestações posteriores no Brasil refletem uma “lição” deixada pelas *Diréticas?* Estas são questões discutidas nas reflexões finais deste trabalho.

De acordo com tais considerações, esperamos que o resultado da pesquisa da qual essa dissertação é fruto contribua, não só para a caracterização de seu objeto principal, como também para o enriquecimento do debate na historiografia catarinense sobre o período.

Capítulo 1

A euforia na imprensa: a campanha *Diretas Já* nas notícias e fotografias

*“Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil.
Vi a história brotar nas ruas e na garganta
do povo.”*

Ulysses Guimarães, 24 de abril de 1984.

“Olê, Olê, Olê, Olá, 25 de abril, no Brasil diretas já, foi o refrão cantado ontem nas ruas centrais da capital por dezenas que acompanharam a manifestação promovida pelo Comitê Estadual pró diretas”.³⁹

Dia 25 de abril de 1984. O Brasil em vigília pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Manifestantes, políticos, curiosos, imprensa, todos esperavam pelo resultado da votação. Foguetes, buzinações, passeatas, cartazes espalhados exigindo o fim do Colégio Eleitoral. Nas ruas das principais capitais do país, ouvia-se um único grito: *Diretas Já!* Em Santa Catarina, cidades como Joinville, Blumenau, Florianópolis, Lages, Criciúma, estavam mobilizadas desde cedo, formando os comitês pró diretas.

Em Criciúma, a concentração ocorreu na Praça Nereu Ramos e contou com a presença de lideranças políticas e sindicais, como o prefeito José Augusto Hülse, deputados e vereadores do PT, PMDB e PDT. A cidade teve ainda a participação de cantores e a realização de uma tribuna livre.⁴⁰ Não era um mar de gente, mas o suficiente para mostrar que a ideia não ficaria apenas na cabeça dos políticos que desejavam encerrar o período ditatorial iniciado em 1964.

Ao mesmo tempo, na capital catarinense, a festa cívica percorreu as principais ruas do centro da cidade, concentrando a população na Praça XV de Novembro, palco histórico de manifestações

³⁹ *O ESTADO*, 25/04/1984, p. 3

⁴⁰ *Idem*, 24/04/1984, p. 5.

públicas. Até mesmo a “diretunça”⁴¹, mais conhecida como a bernunça da campanha das *Diretas*, comandava do “dia do barulho”. Com o refrão “Olê, Olê, Olê, Olá, 25 de abril, no Brasil diretas já”. A população completava dizendo “Quem não votar diretas já, diretunça vai pegar”. A intenção era intimidar os parlamentares à votarem favoráveis a emenda, caso contrário, a bernunça das *Diretas* os “engoliriam”.

Após meses intensos de campanha, a emenda terminou rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação. Embora tivesse recebido maioria de votos dados pelos deputados federais (298 a favor, 65 contra e 3 abstenções), foi insuficiente para se atingir o quórum de dois terços exigidos para alterações da Constituição. Faltaram 22 votos para que a emenda fosse para o Senado. Devido a uma manobra de políticos contrários a redemocratização do país, não compareceram 112 deputados ao plenário da Câmara dos Deputados. Em meio à confusão, ânimos exaltados e choro, milhares de pessoas se amontoaram ao redor do Congresso Nacional. O dia seguinte a votação da emenda gerou uma série de manifestações, num clima de descontentamento e revolta.

O ano de 1984 reabre caminho para uma nova política no Brasil. A campanha pelas *Diretas Já*, foi um importante movimento político, social e cultural para a história do país, que marca a tentativa de redemocratização eleitoral, vinte anos após o golpe militar. O povo brasileiro sentia que era a hora de manifestar sua vontade pela soberania, exigindo seus direitos políticos.

Em meados da década de 1970, o regime militar já apresentava sinais de desgaste popular, político, econômico e institucional. “Este, já abrandado, se debatia em meio à profunda crise da economia e a sucessivos escândalos gerados nos seus porões”.⁴² Segundo Rodrigues, “a campanha das *Diretas Já* existiu porque os anos que a antecederam assistiram a uma revolução subterrânea na economia, na sociedade e na política brasileiras”.⁴³ Uma grave crise econômica assolava o país naquele período. Os objetivos traçados durante o governo do presidente Figueiredo, como combate à inflação, crescimento de renda e de emprego⁴⁴, estiveram longe de ser alcançados. A disputa presidencial

⁴¹ A bernunça é um dos personagens do Boi-de-Mamão, tradição cultural presente em várias cidades brasileiras, em especial, no litoral de Santa Catarina.

⁴² LEONELLI, D; OLIVEIRA, D. 2004. Op. Cit., p. 31.

⁴³ RODRIGUES, A. 2003. Op. Cit., p. 11.

⁴⁴ As taxas de inflação no Brasil em 1983 possuem variação, de acordo com as estatísticas oficiais e outros órgãos responsáveis pelo cálculo. Um dos índices mais alarmantes ultrapassa os 200%, reduzindo o valor real dos salários e o desemprego subiu em consequência da

indireta e a crise político-institucional eram fatores determinantes para o descontentamento da população.

Extrapolando o momento vivenciado em 1984 no Brasil é preciso pensar nas conexões possíveis com os acontecimentos ao redor do mundo. Sabe-se que o retorno a democracia na América Latina não foi uma aspiração somente dos povos que aqui vivem. A política estadunidense de Ronald Reagan⁴⁵, que apoiou os golpes militares, se voltava agora para a redemocratização dos povos latino-americanos. Também nos demais países do Cone Sul que viviam ditaduras, o desejo por um governo civil já era algo concreto, como ocorre na Argentina que convoca eleições em 1983, se reinserindo no mundo democrático.

Nesse sentido também busco colaborar para o debate sobre o período, identificando o panorama nacional e mundial, que interferiram diretamente nas mudanças políticas previstas para a América Latina na década de 1980. A conjuntura internacional foi fundamental no período de transição. Segundo o sociólogo e analista político norte-americano James Petras⁴⁶, um dos fatores que acelerou o processo de redemocratização na América Latina foi a chegada do democrata Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 1977. Sua política externa ia em direção ao afastamento dos norte-americanos dos países que não respeitavam os direitos humanos, exercendo grande influência sobre o processo de abertura democrática de nações quase todas governadas por ditaduras militares. No caso do Brasil, o projeto de abertura se inicia anos antes, durante o governo do General Geisel, mas se intensifica com a vitória de Carter nos Estados Unidos.

Petras vai mais além e aponta o governo de Ronald Reagan (1981-1988) como o grande influenciador do retorno ao regime democrático na América Latina. No entanto é preciso compreender o contexto que se estabeleceu a política da administração Reagan, visto que inicialmente proclamaram abertamente seu apoio as ditaduras militares autoritárias. A conjuntura econômica internacional dos anos 1970 que afetou os EUA e que levou o país à recessão devido a crise do petróleo se estendeu também para os latino-americanos. A longa

redução da atividade produtiva. Segundo dados do IBGE, houve uma queda de 66,7% da oferta de empregos na indústria em relação ao ano anterior. Cf.: RODRIGUES, A. Op. Cit., p. 80.

⁴⁵ No final da década de 1970, o Congresso norte-americano aprovou a emenda Humphrey-Kennedy, que proibia todas as vendas e auxílios na área militar ao Brasil e a Argentina. Esse instrumento representava uma mudança brusca da política externa norte-americana, que havia apoiado os golpes militares na América Latina e que agora se mostrava favorável à redemocratização desses regimes.

⁴⁶ PETRAS, James. *Estado y regimen em Latinoamérica*. Madri: Editora Revolução, 1987.

depressão a partir da Guerra do Yom Kippur (1973), que trouxe consigo o bloqueio petrolífero, torna frágil a situação econômica da América Latina. A impossibilidade dos países em pagar a dívida externa e o fim da política de créditos levou a um colapso generalizado. Somado a esses fatores, um novo impacto petrolífero ocorrerá a partir da Guerra Irã-Iraque (1980-1988), juntamente com a crise dos juros externos de 1982.⁴⁷

Em meados da década de 1970, os países latino-americanos já assistem aos primeiros sinais de esgotamento de suas economias. Devido o fracasso do modelo econômico sustentado pelos EUA e pelos militares, a saída estratégica tomada por Washington foi apoiar o retorno ao governo civil.⁴⁸

Durante o governo do general Ernesto Geisel (março/1974 a março/1979), foi anunciada a chamada “abertura política, lenta, gradual e segura”, que se propunha ser um processo de transição rumo a democracia, efetivada somente em 1989, quando Fernando Collor de Melo foi eleito presidente pelo voto direto. Após anos de forte repressão e centralização rígida de todo o sistema de controle social, o Estado, na tentativa de não perder sua credibilidade perante a sociedade civil, inicia uma política de abertura controlada, na tentativa de controlar a pressão fermentada na estrutura social brasileira. Apesar das divergências e conflitos em torno dessa condução política ao regime, especialmente por ainda existir um setor militar (linha dura) favorável à manutenção de posições menos moderadas, o Governo Geisel proporcionou algumas importantes ações em favor da redemocratização, como o fim do AI-5, da censura à imprensa e a restauração do *habeas corpus*.

O sucessor de Geisel na presidência foi o ex-chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo. Em março de 1979, o presidente toma posse e oficializa o processo de “abertura” que dava sequência as etapas de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, iniciada desde o golpe de 1964. A questão da anistia política, concedida em 1979, foi o primeiro passo para o controle da pressão social. Permitindo o retorno ao país dos exilados e a recuperação dos direitos políticos de todos os líderes deles privados, a anistia assegurou que não haveria revanchismos, poupando de julgamentos e condenações os militares envolvidos com a repressão. Na América Latina e no Brasil, em especial, a transição pactuada é na verdade, apenas uma forma de deter

⁴⁷ Para maior compreensão sobre os condicionantes externos que influenciaram a crise na América Latina, ver FERREIRA, J; DELGADO, L. 2003. Op. Cit.

⁴⁸ PETRAS, J. 1987. Op. Cit.

as aberturas políticas mais democráticas e garantir uma tutela militar continuada sobre a sociedade.

Outra medida proposta pelo projeto de abertura foi a reorganização do sistema partidário que decorreu no dia 22 de novembro desse mesmo ano e teve como propósito a extinção do bipartidarismo – MDB e ARENA – e o retorno do pluripartidarismo moderado. Na verdade, a principal intenção do governo era fortalecer o partido da ditadura, antiga ARENA, concentrando-se em um único, o Partido Democrático Social – PDS – e que a oposição se dissolvesse em múltiplos outros. Vários novos partidos foram criados, entre eles o Partido dos Trabalhadores e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB. Em 13 de novembro de 1980 é aprovada uma emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para governadores e acaba com os senadores biônicos, respeitando os mandatos em curso. Os novos partidos mostraram sua força nas eleições que se seguiram na década de 1980, em especial, nas eleições de 1982, onde elegeram governadores em estados-chave.⁴⁹

Esta reforma fez parte de uma estratégia de transição articulada pelo governo militar, mais especificamente pelo general Golbery do Couto e Silva, visando o controle das forças políticas de oposição ao *status quo* instituído em 1964. Outras medidas foram tomadas para esfriar os ânimos dos grupos sociais que atuavam no retorno à democracia e da oposição contra o regime militar. Pode-se citar o controle sistemático do Colégio Eleitoral e as medidas de emergência decretadas pelo presidente para combater quaisquer reuniões de pessoas para discutir política.⁵⁰

Seguindo a linha de raciocínio do governo, o Estado deveria convocar eleições que garantissem uma base democrática para o regime.⁵¹ Por outro lado, o governo precisava assegurar a maioria dos votos, garantindo a vitória de seus aliados, para não perder o controle dos principais estados. Em Santa Catarina, através de uma maciça

⁴⁹ Nas eleições de 1982, a oposição obteve importantes vitórias nos estados, elegendo Leonel Brizola (PDT) no Rio de Janeiro, Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais, Franco Montoro (PMDB) em São Paulo, José Richa (PMDB) no Paraná e Gérson Camata (PMDB) no Espírito Santo. Ainda referente a representação no Congresso Nacional por partidos Cf.: ALVES, M. 2005. Op. Cit., p. 342.

⁵⁰ RODRIGUES, A. Op. Cit.

⁵¹ AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991, p. 27.

abertura de espaço nos noticiários e colunas dos grandes jornais, Esperidião Amin obteve a almejada vitória entre os catarinenses.⁵²

Já em grande parte do Brasil, as esmagadoras vitórias oposicionistas nas eleições de 1974, 1978 e 1982 foram de notória importância contra o regime militar. A vitória do MDB nas eleições legislativas em 1974 deu-se graças à possibilidade do acesso aos meios de comunicação e da realização de debates, concentrados em temas como injustiça social, repressão e economia. O apoio popular era arregimentado em oposição ao governo. As eleições de 1978 também foram de expressiva vitória para o MDB. Em diversos estados, sua campanha foi conduzida por diferentes grupos de oposição da sociedade civil.

Assim, em 1982, foram realizadas eleições diretas para governador no Brasil, um marco expressivo com a vitória da oposição em importantes estados, como São Paulo e Rio de Janeiro e garantindo a maioria parlamentar na Câmara dos Deputados. Ainda assim, não foi um processo eleitoral tranquilo, já que houve notícias de atentados terroristas e fraude na contagem dos votos.⁵³

Ao mesmo tempo em que o governo negociava tais concessões aos partidos e instituições civis, também deixava claro que a liberalização não se aplicava ao todo, ficando a classe trabalhadora privada de realizar greves. Mesmo assim, os trabalhadores mostraram todo o seu poder. A segunda metade da década de 1970 viu renascer o movimento sindical, que ficou ainda mais fortalecido com as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista. As greves que estouraram no país a partir de 1978 e outras manifestações populares revelaram o grande descontentamento do povo com a situação econômico-social e política do país.

É interessante notar que não apenas os grevistas estavam empenhados nos movimentos, mas também instituições que lutavam contra o regime militar, como a CNBB, membros da OAB, demais grupos de oposição, estavam vinculados a uma ampla rede de apoio.⁵⁴ A própria CNBB, que em 1964 havia apoiado o golpe militar⁵⁵, passou quase completamente para a oposição. Devido toda a opressão que os religiosos vinham sofrendo por parte dos militares, militantes das

⁵² Ibid, p. 220.

⁵³ ALVES, M. 2005. Op. Cit., p. 344.

⁵⁴ Ibid, pp. 314-315.

⁵⁵ SKIDMORE, T. 1989. Op. Cit., p. 63.

comunidades de base e das diferentes pastorais uniram-se a outros grupos de oposição.

1.1 A formação de uma nova cultura política no Brasil e em Santa Catarina

Apesar de o Brasil se caracterizar pelas mudanças sempre vistas de cima, como já analisado na teoria gramsciana, a segunda metade da década de 1970 registrou um crescimento significativo de manifestações e movimentos sociais organizados pela sociedade civil, abalando ainda mais as estruturas do regime militar.

A campanha por eleições diretas deu um novo significado para a política do Brasil, naquele momento marcada por vinte anos de ditadura e pela falta de liberdade de expressão. Apenas com a abertura, iniciada no governo de Ernesto Geisel, caracterizada pela anistia de 1979, o pluripartidarismo, movimentos sindicais como as greves do ABC Paulista, a *Novembrada* em Florianópolis, *Diretas Já* em todo o país e outros movimentos, marcaram a exigência do retorno da soberania popular perante o Governo.

Mesmo com todos esses resultados positivos e ganhos importantes para a oposição, ainda havia um empecilho que favorecia o governo federal: as eleições presidenciais continuavam a ser indiretas, via Colégio Eleitoral. Nesse contexto, fora apresentada uma Emenda Constitucional pelo deputado Dante de Oliveira do PMDB, que tramitou primeiro dentro do partido e, posteriormente, no Congresso Nacional. Aos poucos, a campanha pelas eleições diretas foi adquirindo importância e simpatia pelos líderes políticos de oposição e entre os demais segmentos da população. À espera da votação da Emenda Dante de Oliveira, milhões de pessoas, em todo o país, foram às ruas exigir eleições diretas para a presidência da República.

Uma nova face política da sociedade pôde ser comprovada em movimentos que se destacaram no Brasil inteiro, mas ressaltado aqui, manifestações que se conceberam em Santa Catarina. Para isso, fomos até meados da década de 1970, compreender como se formou uma nova cultura política, baseada na ação de novos atores sociais. Uma cultura política representada tanto em movimentos sociais e culturais, de maior ou menor destaque, quanto decisões políticas que também deram sua contribuição e que foram fundamentais para a redemocratização do país. É no interior do regime militar que as lutas urbanas, lutas sindicais, movimentos sociais, começam a se articular. “Estas organizações que

proliferaram da década de 1970 aos meados da década de 1980 tiveram sua relevância política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para os novos atores sociais”.⁵⁶

Foi durante a década de 1970, mais precisamente na segunda metade, que surgiram mobilizações locais de moradores de várias cidades brasileiras, que reivindicavam moradia, custo de vida, transporte, saúde, educação, creches, entre outros. Eles formaram os movimentos sociais urbanos, que encontraram nos bairros o cenário ideal da ação coletiva.⁵⁷

Alguns novos trabalhos têm procurado mostrar a força que os movimentos populares em Santa Catarina vêm adquirindo nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito a formação de uma nova cultura política.

A partir da segunda metade da década de 1970, os movimentos de bairros multiplicaram-se rapidamente no período de liberalização de Geisel e Figueiredo. As organizações de moradores surgem através da mobilização da população local para atividades de pressão política. Reivindicam ao poder público, um melhor atendimento por melhorias específicas de interesse do grupo. Em Florianópolis, uma comunidade conhecida por Mont Serrat⁵⁸, organiza-se em meados da década de 1970, criando um Conselho Comunitário, que desenvolve várias ações com o intuito de aproximar a população para a obtenção de melhorias no bairro. Dão início ao grupo de mães ligado a creche e ao desenvolvimento de trabalhos com crianças e adolescentes. Movimentos pela melhoria urbana e por questões que envolvem saúde, educação, infraestrutura, entre outros.⁵⁹ As associações de moradores são lugares onde as famílias se identificam na busca por um bairro com melhores condições e serviços de qualidade, expondo suas necessidades e procurando as vias para solucionar esses problemas.

Ainda nessa década, viu-se também o crescimento da participação política de mulheres em bairros nas periferias de Florianópolis. A atuação dessas mulheres, que, ao saírem da esfera privada, denunciam sua condição de subordinação nas esferas privada e

⁵⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 115.

⁵⁷ PAOLI, M. 2003. Op. Cit., p. 32.

⁵⁸ MÜLLER, Kathia Terezinha. *Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

⁵⁹ *Ibid*, pp. 51-52.

pública, intensificando sua participação nos movimentos populares, vinculando-se as associações de moradores.⁶⁰

A participação da mulher no mundo do trabalho e nos movimentos sociais levou para a esfera pública os problemas da esfera privada. Os problemas vividos no cotidiano do espaço doméstico passam a tornar visível a negligência e a falta de políticas públicas do Estado. Como membro da associação de moradores, luta por qualidade de vida, reivindicando ao Estado água encanada, coleta de lixo, saneamento básico, creche, etc. entendendo que esses serviços são condições mínimas de vida digna, luta por transformar suas reivindicações em direitos sociais.⁶¹

A mulher vem marcando presença em muitos espaços da esfera pública. “Sua participação nos últimos trinta anos, influenciada pelo feminismo, tem avançado também em direção a participação política”.⁶² Assim como nas organizações de bairro, associações, movimentos sociais, a participação das mulheres pelas *Diretas Já*, organizadas em grupos políticos ou não, foi fundamental para o crescimento e importância da campanha em todo o país.

Os movimentos sociais da década de 1980 apresentam características muito próprias. Diferentes pessoas se unem e se organizam em torno dos mesmos objetivos. Não ambicionam pela tomada de poder, mas se empenham na luta por uma sociedade mais democrática, onde os direitos das pessoas sejam respeitados.

Durante a maior parte da década de 1980, outros movimentos sociais, reinventados e reinventando novos atores, ocuparam também o cenário político (embora tenham origem e trajetórias muito anteriores): o movimento das mulheres, o movimento negro e os movimentos sociais do campo, além de um anteriormente impensável movimento dos povos indígenas. [...] Coexistindo

⁶⁰ MARQUES, Siomara Aparecida. *Mulheres de periferia: tecendo redes na construção da cidadania*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

⁶¹ Ibid, p. 88.

⁶² Ibid, p. 58.

no espaço das ações coletivas, todos esses movimentos sociais desvendaram um processo que se refere, intimamente, à experiência democrática.⁶³

Não é apenas nos centros urbanos que atuam os novos movimentos sociais em Santa Catarina. Nesse sentido encontramos o trabalho de Teresa Kleba Lisboa⁶⁴, que apresenta as formas de luta, a organização e as características de famílias Sem Terra no Oeste de Santa Catarina, apoiadas por algumas instituições como a Igreja, Partidos Políticos e Sindicatos. Configura-se assim, a importante participação das mulheres na luta pela terra e como o Movimento dos Sem Terra “tem se apresentado [para os agricultores] como um espaço de politização da vida social, criando oportunidades de participação, igualdade e reconhecimento mútuo”.⁶⁵ Os novos movimentos sociais têm-se caracterizado por uma crescente politização da vida social, onde a democracia é considerada um valor fundamental.

Muitos movimentos buscam, através da ação coletiva, o atendimento de suas demandas mais precisas. Mas há também aqueles movimentos mais abrangentes, que buscam a edificação de uma ordem social e política mais democrática.

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalaram a perda de sustentação do sistema político instituído. [...] Foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política.⁶⁶

Ainda referente aos estudos sobre movimentos e manifestações em Santa Catarina, podemos citar o episódio da presença do então presidente João Baptista Figueiredo à cidade de Florianópolis, em

⁶³ PAOLI, M. Op. Cit., p. 31.

⁶⁴ LISBOA, Teresa Kleba. *O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Oeste catarinense: um novo movimento social*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

⁶⁵ Ibid, p. 250.

⁶⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 313.

novembro de 1979. A *Novembrada*, como ficou conhecida, foi um movimento ocorrido na capital catarinense, de extrema importância e representação popular, que abalou o já conturbado regime militar no Brasil. No final de novembro, a cidade se preparava para receber Figueiredo, promovendo a divulgação de faixas e camisetas para saudação do presidente, que recebeu o título de “João, o presidente da conciliação”. Através de faixas, gritos de protestos, uma pequena população se manifestava. Aos poucos, os gritos e as vaias foram tomando força e outras pessoas aderiram ao protesto.

O enfrentamento do povo com a polícia, em decorrência da visita do presidente mostrou que a população não permaneceu calada e, de alguma forma, demonstrou a aversão que sentia pelo regime ditatorial. Em suas atuações, os catarinenses protestaram, repeliram, negaram as condições que estavam impostas durante os anos de ditadura e, à sua maneira, manifestaram toda a sua animosidade por aquela situação instalada, apresentando um desejo de mudança, que em 1984, tornou-se uma exigência nacional.

A novembrada permanece como um acontecimento ímpar na história do país e da cidade. Naquele dia, os estudantes da UFSC e o povo de Florianópolis escreveram uma das páginas mais dignas de sua história: um relâmpago de liberdade, um momento de revolta contra a opressão.⁶⁷

A *Novembrada* ganhou importância por ser um movimento inédito contra um presidente do Brasil. Pela imprensa da época, foi considerado um fato isolado, mas para a história do Brasil, foi um passo essencial para a renovação da sociedade civil frente ao Governo, fazendo com que diferentes atores surgissem em tal manifestação, criando novos espaços de contestação.

Nascidos no campo da ação coletiva, os movimentos sociais que surgem no final da década de 1970 e percorrem a década de 1980, trouxeram conflitos e atores que recriaram formas e espaços de luta para suas reivindicações. Através de suas formas de organização e de luta,

⁶⁷ MIGUEL, Luís Felipe. *Revolta em Florianópolis: A novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995, p. 94.

esses novos movimentos alargaram as fronteiras da política, fazendo com que diversos espaços fossem reinventados e diferentes atores sociais, constituídos de falas e práticas construídas de inúmeras maneiras, agissem ativamente na luta política pela tão almejada democracia brasileira.

Ainda que os movimentos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980 não tiveram força para redemocratizar eleitoralmente o Brasil em 1984, conseguiram, no entanto, modificar alguns aspectos da política brasileira e fortalecer a figura do povo como agentes ativos na luta por direitos e na construção da justiça social. Resumindo todas essas lutas, esses movimentos unificados encontraram corpo em uma organização e movimento mais amplos: a campanha por eleições diretas.

1.2 Jornais como atores sociais

Além de pressupor o envolvimento da sociedade civil como peça fundamental para seu desencadeamento, é notável também a participação da imprensa brasileira junto à fomentação de uma opinião pública acerca da campanha por eleições diretas.

Jornais de todo o país tiveram posicionamentos diversos sobre a campanha das *Diretas Já*. Este é um importante caminho para que possamos apontar e analisar o papel da imprensa que, em certas ocasiões, se mostra uma aliada e em outras, uma opositora do Estado. “Não há poder sem imprensa, nem imprensa sem poder”.⁶⁸ Esta frase abre a introdução do livro *Imprensa e poder*. De uma forma ou de outra, todo poder estabelecido utiliza a imprensa para criar determinadas condições de governabilidade e se legitimar perante a opinião pública. Hoje, este uso é menos coercitivo do que já foi em outros momentos, ele é exercido de formas mais sutis. Ainda assim, quando é conveniente à empresa jornalística, ela pode voltar-se contra o poder instituído e criar um discurso favorável aos seus interesses, que podem ser os mesmos da sociedade.

A tomada do poder pelos militares em 1964, não foi apenas mais um golpe de Estado na América Latina, mas havia todo um projeto definido de ocupação permanente no poder. Isso incluía, obviamente, a tomada de controle sobre os meios de comunicação. Enquanto a imprensa escrita iria sofrer fortes golpes políticos e financeiros, a

⁶⁸ MOTTA, L. 2002. Op. Cit., p. 13.

recente televisão passaria por uma rápida consolidação, apoiada pela iniciativa do governo. Dentro desse grupo, teve um, em especial, que recebeu suporte maciço: o grupo de Roberto Marinho, vinculado ao jornal *O Globo*.⁶⁹ Nas duas décadas seguintes, a Rede Globo desempenhou papel fundamental na consolidação do autoritarismo no Brasil.

Os meios de comunicação de massa, ao longo do período autoritário, sofreram forte intervenção dos militares, adotando uma política de modernização do setor⁷⁰. O ônus desse apoio e desses benefícios foi a censura e a repressão às publicações e aos jornalistas. A imprensa foi se afastando do governo à medida que a censura tornava-se uma prática comum no novo regime, em especial após o Ato Institucional n.º 5.⁷¹ Ainda assim, o comportamento dos jornais não foi homogêneo. Alguns cederam às pressões da censura, outros usaram fórmulas criativas para denunciar a repressão e a falta de liberdade.

Alguns pesquisadores que trabalham no âmbito das mídias têm procurado elevar os jornais, as revistas e outros veículos de imprensa para a categoria de atores sociais, não os tomando como meros veículos de informações, transmissores imparciais dos acontecimentos. Ao longo das décadas, o jornal vem se apresentando como órgão defensor dos interesses públicos, como um agente participativo, servindo de auxílio e referência para a população, procurando mostrar a realidade de uma determinada época, se envolvendo e interferindo no cotidiano do lugar, ultrapassando as barreiras de uma empresa jornalística puramente informativa.⁷² Nesse sentido, é preciso tomar a imprensa como força ativa, com interesses claros no processo de redemocratização.

Segundo a historiadora Maria Helena Rolim Capelato, “a reconstituição das lutas políticas e sociais através da imprensa tem sido alvo de muitas das pesquisas recentes”⁷³, desta forma a autora enfoca a

⁶⁹ MELO, José Marques de (org). *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Intercom, 1985, p. 248.

⁷⁰ ABREU, Alzira Alves de. “A mídia na transição democrática brasileira”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Portugal, n.º 48, 2005, pp. 53-65. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a05.pdf>>

⁷¹ O Ato Institucional n.º 5 deu ao Presidente da República poderes para impor a censura prévia aos meios de comunicação, desde que fosse considerada necessária à defesa do regime militar. Alguns jornais tiveram suas edições apreendidas. Alguns diretores de jornais e jornalistas foram presos. A partir de então, os temas políticos passaram a ser cuidadosamente censurados.

⁷² MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996, p. 87.

⁷³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 34.

importância dos discursos expressos nos jornais para a compreensão das ideias que circulam numa determinada época. Parte significativa das recentes produções acadêmicas, cujo alvo de pesquisa seja a imprensa, tem dado relativa importância para o papel desempenhado por determinados grupos midiáticos em períodos críticos da história brasileira, demonstrando o poder que esses grupos exerceram em certos momentos.

A cientista política Celina Rabello Duarte mostra que o processo de liberalização da imprensa contribuiu para viabilizar o projeto de abertura do regime político brasileiro, a partir de 1974. Ao analisar a instrumentalização da imprensa pelo governo militar, a autora aponta que “justamente por poder controlar indiretamente a imprensa, o Presidente Geisel sentiu-se tranquilo para retirar a censura e iniciar por aí a implantação de seu projeto político de distensão lenta, gradual e segura”.⁷⁴

Sem dúvidas, o fim da censura foi primordial para o crescimento dos meios de comunicação social, mas, ainda aos temores, a maioria da grande imprensa se engajou de forma tímida na cobertura da campanha *Diretas Já*, pelo menos inicialmente. Entretanto, durante todo o período de governo do general Geisel, continuou em vigor toda a legislação que impedia a liberdade de expressão, fator que incentivou a autocensura. Nesse período, houve avanços e retrocessos. O jornal *Folha de S. Paulo* surgiu como o primeiro grande veículo a noticiar a campanha pelo retorno das eleições diretas. Suas reportagens e editoriais enalteciam a coragem e união do povo e classificavam o regime com palavras até mesmo agressivas.

Inicialmente, o jornal apresentou posição cautelosa com relação as *Diretas*. Foi apenas no grande comício de 25 de janeiro, que a questão democrática tornou-se interesse para a empresa. Jornalistas desse periódico iniciam uma grande campanha com textos e fotos, lançando palavras de ordem e slogans. No mês de abril, a *Folha* publicou constantemente notícias relacionadas ao movimento. Nos dias que antecederam a votação, os editoriais cobravam do Comitê Suprapartidário, mais empenho na preparação do ato cívico, engajamento do governo do Estado e destaque para as manifestações.⁷⁵ A *Folha* encapou a luta e se apropriou do movimento, lucrando política e financeiramente com isso.

⁷⁴ DUARTE, Celina Rabello. “Imprensa e redemocratização no Brasil”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 26, n.º 2, 1983, p. 189.

⁷⁵ FILHO, Ciro Marcondes. *O capital da notícia*. SP: Ática, 1986, p. 170.

A Rede Globo e *O Estado de S. Paulo* não manifestaram opiniões até que a situação ficou patente demais para ser ignorada. Não se declararam favoráveis a campanha durante os primeiros meses, visto que só próximo a data da votação no Congresso, decidiram registrar com maior frequência as manifestações.⁷⁶ A Globo abriu mais tarde suas câmeras para mostrar publicamente os comícios pelas *Diretas*, até mesmo ao vivo, no Jornal Nacional.

Por meio de um livro lançado em 2005, o Jornal Nacional, veiculado diariamente pela Rede Globo, apresenta a trajetória da empresa, procurando legitimar sua narrativa, passada ao leitor como uma história de lutas ao lado do povo brasileiro. No verbete dedicado ao movimento *Diretas Já*, procurou mostrar uma versão de que apoiou a campanha, desde 1983, quando se inicia a movimentação política em torno da tramitação da Emenda Dante de Oliveira. O livro do JN apresenta os grandes comícios que ocuparam as principais cidades do Brasil e o espaço que foi aberto na emissora para os debates sobre eleições, ouvindo tanto líderes da oposição quanto do governo.⁷⁷ De fato, nos momentos mais decisivos, a Globo passou a noticiar frequentemente reportagens sobre o andamento da campanha, mas a versão de que sempre apoiaram o movimento é bastante contestada pela literatura sobre a ditadura militar, visto que Roberto Marinho e sua empresa foram os maiores beneficiados pelo regime, tornando-se porta-voz da ditadura.

Em depoimento a *Revista Veja*, o próprio Roberto Marinho explica a estratégia adotada pela emissora para mudar de ideia e divulgar as manifestações pelo Brasil: “Devido ao seu gigantismo e ao fato de que o Jornal Nacional é acompanhado atentamente pelo governo, a Globo é sempre mais cautelosa. Mesmo na campanha pelas diretas, a emissora entrou atrasada e timidamente na cobertura.” Roberto Marinho complementa, dizendo “que os comícios pró diretas poderiam representar um fator de inquietação nacional, e por isso realizamos num primeiro momento apenas reportagens regionais. Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional”.⁷⁸ De fato, conhecer as necessidades do público, principalmente para não perdê-lo, é o que rege o caráter empresarial do jornalismo.

⁷⁶ MOTTA, L. 2002. Op. Cit., p. 23.

⁷⁷ MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 159.

⁷⁸ PEREIRA, Moacir. *Comunicação: o golpe do silêncio*. Florianópolis: [s. n.], 1984, p. 15.

A censura limitava a atuação da mídia como empresa comercial e, por outro lado, a independência jornalística tornava-se fundamental na luta pela concorrência. Esses aspectos devem ser vistos como fatores dominantes, que acabariam por levar os proprietários da mídia a se colocar a favor da redemocratização do país.⁷⁹

O processo de desagregação do governo militar e a consequente projeção dos partidos oposicionistas, liderados pelo PMDB, não se fez sem o concurso dos meios de comunicação, que se foram distanciando paulatinamente dos governantes em desgraça política. [...] O ponto de ruptura dos compromissos e alinhamentos dos donos de comunicação com o governo militar [...] foi a campanha pelas 'diretas já', que mobilizou a população brasileira em todas as regiões e simbolizou o 'basta' da cidadania em relação ao arbítrio e ao autoritarismo.⁸⁰

É necessário avaliar o significado da campanha das *Diretas Já* para entender melhor os motivos que levaram a imprensa a ter apoiado o movimento. A campanha tem suas bases construídas no ano de 1983. No entanto, é no ano de 1984 que o movimento se expande e ganha milhões de aliados, inclusive com uma ampla cobertura da mídia, que exerceu forte influência junto à opinião pública em favor dessa reivindicação. Na fase final do regime militar, a grande imprensa passou a criticar com mais intensidade o governo, principalmente na questão econômica, devido ao grande aumento da inflação, do desemprego e da crise em geral pela qual passava o país. No ano de 1983, pesquisas prévias realizadas pela *Folha de S. Paulo* já davam indício de que a população acreditava nas eleições diretas como uma saída para a crise. Segundo o Instituto Gallup, 80% das pessoas, em junho de 1983, preferiam o retorno das eleições. Aos poucos, o que era uma simples preferência manifesta em pesquisa se transformou em um grandioso movimento.⁸¹

Essa alteração no comportamento da imprensa, que por muitos anos respaldou politicamente os governos militares e, posteriormente aderiu ao projeto da chamada “Nova República”, precisa ser melhor analisada. É válido considerar que a maior parte dos veículos de

⁷⁹ ABREU, A. 2005. Op. Cit.

⁸⁰ MELO, José Marques de. *Comunicação: Direito à Informação*. Campinas, SP: Papirus, 1986, p. 32.

⁸¹ RODRIGUES, A. Op. Cit., p. 31.

comunicação acompanhou a onda da opinião pública, que se demonstrava desfavorável ao governo militar e apoiava agora uma campanha por eleições diretas. Essa é uma necessidade mercadológica, pois quando a imprensa acompanha o público, ela visa agradar o leitor, correspondendo-lhe ao gosto. Mas não só. Outro fator preponderante é a sobrevivência dos proprietários, que precisaram revisar suas políticas editoriais, para não perder a simpatia e os possíveis benefícios concedidos pelos novos donos do poder.⁸²

No momento em que se instala a Nova República a tendência da mídia impressa ou eletrônica dá a impressão de existir uma orquestra em perfeita sintonia. Enquanto perdura esse clima de “euforia democrática” e se dissipam as frustrações das vanguardas não correspondidas na composição do ministério, os *lobbies* das empresas de comunicação começam a atuar sobre os ocupantes das funções decisivas da administração federal para manter privilégios ou conquistar novas benesses.⁸³

Até o momento da votação por eleições diretas, a ditadura ainda continuava em vigor, mas sabia-se que seu fim estava próximo e de uma forma ou de outra, a transição aconteceria. Assim, com o término da censura, a imprensa tornou-se um elemento fundamental para o concurso das forças sociais na luta pela redemocratização. Perceber a mídia como poder instituído é reconhecer a comunicação como espaço privilegiado para o fazer político.

⁸² MELO, J. 1986. Op. Cit.

⁸³ Ibid, p. 34.

1.2.1 A imprensa catarinense na redemocratização



A Notícia, 31/03/1984, p. 3

A fotografia acima traduz os primeiros meses de 1984 em praticamente todo o Brasil. Festas cívicas, passeatas, comícios, carreatas, eram esses os cenários vistos nos grandes centros do país. Na foto com legenda “A concentração pelas diretas foi o maior comício pós-revolução, da história de Joinville”, tirada e publicada pelo jornal *AN*, é possível identificar uma manifestação pública, ao encontrar elementos como palanque, faixas, cartazes, multidão. Nesse caso, o recurso visual se mostra peculiar no conhecimento da história.

Em abril de 1984 a campanha *Diretas Já* atingiu seu auge através de numerosos comícios. As manifestações tomaram as ruas das principais cidades, obtendo apoio de grande parte da imprensa, que dedicou diversas capas e inúmeras matérias à publicação de dados sobre o movimento. *O Estado*, *A Notícia* e o *Jornal de Santa Catarina*, publicavam constantemente informações sobre onde e quando aconteceriam comícios, sobre as personalidades presentes e sobre os grupos que apoiavam a causa.

Compreender a participação da imprensa catarinense, como foco de pesquisa para essa dissertação, é viável devido a quantidade de publicações que se estenderam ao longo dos quatro primeiros meses de 1984, fosse através de matérias, capas e manchetes, fotos e propagandas, quanto nas charges e editoriais. Foram registradas mais de 240 notícias

sobre o movimento, sendo mais de 80 noticiadas no jornal *A Notícia*, 30 do *Jornal de Santa Catarina* e aproximadamente, 130 notícias do jornal *O Estado*. Entre centenas de notícias, foram encontradas dezenas de fotografias e propagandas. Sobre as charges, foco de estudo no segundo capítulo, 77 registradas, dentre as quais, mais de 30 foram utilizadas nesse trabalho. O jornal *O Estado* apresentou a grande maioria de notícias e charges, por abranger um maior público e por ser um periódico mais extenso, apresentando notícias e charges diárias. Foram selecionadas algumas, entre tantas, por considerar mais relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

Para justificar a escolha dos jornais pesquisados, considero importante apresentar um histórico dos mesmos, visto que suas trajetórias podem nos dar pistas sobre seus posicionamentos através dos noticiários sobre as *Diretas Já*.

O jornal *O Estado*, com sede em Florianópolis, foi fundado por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa e surge no início do século XX como veículo informativo diário e popular, dizendo-se órgão defensor e articulador dos interesses públicos, constituindo-se em um agente participativo na discussão do projeto de cidade moderna que era desejado para Florianópolis.⁸⁴ Por muito tempo, os jornais tiveram forte ligação com os partidos políticos. *O Estado* elogiava quem era simpático ao PSD e criticava os adversários, geralmente ligados a UDN. Essa polarização durou aproximadamente até a década de 1970, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, em 1965.⁸⁵ Segundo Moacir Pereira, importante intelectual orgânico das elites catarinenses⁸⁶, as décadas de 1970 e 1980 vivenciaram uma era de modernização tecnológica e um aumento da concorrência jornalística, denominada por ele como “década da profissionalização”.⁸⁷

Esse conceito simbolizava o rompimento de um vínculo entre esses veículos informativos e grupos político-partidários que os criaram. Os jornais divulgavam o discurso de que são pautados pelo interesse público, comprometidos com a pluralidade de pontos de vista. O fato é que esses vínculos políticos nunca deixaram de existir, tanto que, a partir da década de 1970, os grandes empresários catarinenses avançam

⁸⁴ MATA, M. 1996. Op. Cit., p. 7.

⁸⁵ BALDESSAR, Maria José; CRISTOFOLETTI, Rogério (orgs). *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

⁸⁶ AGUIAR, Itamar. 1991. Op. Cit., p. 248.

⁸⁷ PEREIRA, Moacir. *Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli/FCC Edições, 1992, p. 80.

no sentido de arrebatar aos grupos políticos tradicionais o controle da comunicação em Santa Catarina.

Foi nesse mesmo período que o perfil da imprensa catarinense começou a se definir, com a abertura da concorrência para canais de televisão. O jornal *O Estado* recebe a proposta de um canal de TV pelo empresário Maurício Sirotsky, dono da TV Gaúcha e do jornal *Zero Hora*, em Porto Alegre. Os responsáveis pelo jornal José Matusalém Comelli e o ex-governador Aderbal Ramos da Silva (antigo dono) analisam a proposta, mas decidem recuar, oferecendo a Sirotsky a oportunidade de criar a TV Catarinense em 1977, outorgada à RBS. Anos depois, em 1986, a RBS decide lançar seu próprio jornal, intitulado *Diário Catarinense*.

Na década de 1980, durante o processo de redemocratização, o jornal *O Estado* era propriedade do grupo Hoepcke, cujo sócio majoritário era o ex-governador Aderbal Ramos da Silva, então presidente do diretório municipal do PDS, tendo como diretor do jornal seu genro, o empresário José Matusalém Comelli e como superintendente Marcílio Medeiros Filho. No final dos anos 1990 o jornal *OE* entrou em decadência até fechar as portas recentemente. Seus arquivos estão se deteriorando por falta de cuidados e de entendimento entre o proprietário e grupos interessados na preservação do patrimônio, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o Instituto Carl Hoepcke, a Casa da Memória/Fundação Franklin Cascaes e o Arquivo Histórico de Florianópolis.

Com trajetória diferente, mas também datado no início do século XX, é fundado um novo jornal, com sede em Joinville, intitulado *A Notícia*. Lançado pelo empresário paranaense Aurino Soares em 1923, escolheu Joinville por ser uma cidade em boa fase de crescimento econômico na época. O jornal iniciou como semanário aos sábados à tarde, promovendo o discurso de jornal independente, acima das filiações partidárias. Devido sua rápida aceitação, o jornal passou a circular diariamente, possuindo um dos maquinários mais modernos do Brasil. Após a morte de Aurino Soares em 1944, o periódico é interrompido por dezoito meses. Em 1946, o jornal volta a circular pelas mãos de novos donos, a família do empresário Antônio Ramos Alvim, da cidade de Araquari, então denominada Paraty, e do político Aderbal Ramos da Silva, de Florianópolis, que se tornará governador de Santa Catarina.

Sua terceira fase inicia em 1956, quando a empresa é adquirida por novo grupo de acionistas - cerca de 150, a maioria constituída por empresários joinvilenses, dos quais se destacará o político (prefeito de

Joinville de 1961 a 1965) e empresário Helmut Fallgatter, principal investidor na última fase da empresa, a partir de 1978.

No início da década de 1980, *A Notícia* já se destaca como liderança editorial e jornalística em Santa Catarina, sob a presidência do professor Moacir Thomazi (PDS – Joinville), eleito diretor-presidente em agosto de 1978. Foi nesse momento que outra grande modernização da empresa jornalística se intensificou, com novo parque gráfico, nova sede, impressão em cores e maior tiragem, conquistando prestígio e importância como um dos principais jornais do Sul do Brasil. Essa empreitada contou com a participação de grandes nomes, como Dieter Schmidt, da Tupy; João Hansen Jr., da Tigre; Baltasar Buschle & Lepper; Wittich Freitag e também pelo acionista majoritário Helmut Fallgatter. Ao lado desses grandes empresários, encontrava-se apoio político também de Antônio Carlos Konder Reis, Jorge Konder Bornhausen e Osvaldo Colin (presidente do Banco do Brasil na época, que financiou parte do empreendimento).⁸⁸

Em 1984 o jornal era propriedade de A Notícia S/A Empresa Jornalística, tendo como editor-chefe Artur Frederico de Ancêde, redator-chefe Luís Meneghim e como editorialista Apolinário Ternes, nome este vinculado até hoje no AN. Em 2006, o jornal foi comprado pelo Grupo RBS (também editor do *Jornal de Santa Catarina* e do *Diário Catarinense*).

Dentre todos os jornais pesquisados para esta dissertação, o *Jornal de Santa Catarina* foi, sem dúvidas, aquele com maior modernização. Fundado em 1971, com sede em Blumenau, surgiu através da iniciativa dos empresários blumenauenses Wilson de Freitas Melro e Caetano Deecke de Figueiredo. Seu lançamento deu início a uma nova etapa no setor das comunicações em Santa Catarina, colocando o estado efetivamente na era do jornalismo moderno com o seu primeiro jornal em *off-set*, sistema de composição que apenas os principais diários brasileiros possuíam. Coordenado pelo professor e jornalista gaúcho Nestor Fedrizzi, foi o grande concorrente dos jornais *O Estado* e *A Notícia*, nascendo para inovar a imprensa catarinense, completando a primeira grande rede de comunicação do estado. Com a TV Coligadas operando desde 1969 e uma cadeia de emissoras de rádios associadas, só faltava o jornal impresso para completar o projeto dos empresários Wilson de Freitas Melro, Caetano Deecke de Figueiredo, Flávio Rosa e Flávio de Almeida Coelho.⁸⁹ Dois anos depois, após

⁸⁸ BALDESSAR, M. 2005. Op. Cit., p. 168.

⁸⁹ Ibid, p. 60.

sofrer uma crise interna, a linha editorial do jornal perde sua “independência” passando para as mãos de diferentes empresários e políticos. Em 1980 a TV Coligadas é vendida e o jornal passa novamente por problemas financeiros, levando a greves e demissões em massa.

Durante o ano de 1984, recorte temporal para essa pesquisa, o jornal tinha em sua direção os empresários Mário José Gonzaga Petrelli (membro do Diretório Regional do PDS catarinense) e Flávio José de Almeida Coelho (antigo aliado do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis), tendo como editor-chefe Luiz Antônio Soares, que possuía forte ligação ao governo estadual. Após sucessivas crises, o JSC é vendido para o Grupo RBS em 1992, que assume o jornal como aquisição estratégica, já que o Diário Catarinense não conseguia grande penetração no Vale do Itajaí. O jornal foi regionalizado tendo uma das maiores tiragens do estado. Em 1996, ele passa a ser o primeiro jornal *on line* do Estado, podendo ser acompanhado, desde então, via internet. Em 2002, as estruturas comerciais do Santa (antigo Jornal de Santa Catarina) e do Diário Catarinense são unificadas em Florianópolis.

Ao analisar o histórico de tais periódicos, é possível constatar um forte envolvimento dos empresários com políticos influentes de Santa Catarina. Essa ligação partidária possibilita a compreensão de muitas das notícias vinculadas sobre políticos catarinenses e sua implicação com o processo de redemocratização, entre eles o então governador catarinense Esperidião Amin, que sempre apresentava um discurso amigável com relação às *Diretas*, pelo menos nos jornais. Nunca se disse totalmente contrário e, várias vezes, noticiaram seu apoio ao movimento, de forma cautelosa. Outros políticos influentes do PDS também apresentaram simpatia pela campanha e isso se manifestava nas matérias, como as que seguem abaixo:

Bastos é o primeiro congressista do PDS a aprovar a emenda.

O Deputado federal Fernando Bastos anunciou ontem seu voto favorável à emenda Dante de Oliveira, que será votada no próximo dia 25 pelo Congresso Nacional, restabelecendo as eleições diretas para Presidente da República. Bastos é o primeiro congressista do PDS de Santa Catarina que se posiciona a favor das diretas já, e disse que tomou a decisão atendendo ponderações de lide-

ranças do Partido e, principalmente, diante da “vontade popular”.⁹⁰

Movimento das Diretas ganha adesão de líderes pedessistas.

O movimento Pró-Diretas em Blumenau ganhou impulso na última reunião com a adesão de Vitor Sasse, líder governista a nível regional no Vale do Itajaí. (...) A concentração pelas diretas, em Blumenau, a pedido de políticos da região, deverá abranger todas as cidades próximas a Blumenau, iniciando com uma caminhada a partir dos bairros encerrando na escadaria da Igreja Matriz, onde as caravanas dos municípios circunvizinhos estarão reunidos.⁹¹

Sendo assim, apesar desses periódicos não se caracterizarem como imprensa de tendência esquerdista, não se apresentavam como difamadores da campanha pelas eleições diretas. Havia uma preocupação dos veículos em informar a população do andamento da Emenda Dante de Oliveira e divulgar o panorama nacional sobre as *Diretas*.

Em diversas partes do estado, manifestações eram realizadas. Partidos de oposição ao regime militar convocavam comícios e passeatas voltadas para o debate em torno das eleições diretas no país. Nos jornais, as propagandas eram sempre convidativas, com a finalidade de chamar a população a participar do movimento.

⁹⁰ *O ESTADO*, 10/04/1984, p. 3.

⁹¹ *Idem*, 04/03/1984, p. 3.



O Estado, 30/03/1984, p. 1

De acordo com a imagem acima, que apresenta o título “Povo na Praça XV pede as diretas”, capa do jornal *OE* no dia 30 de março, a manifestação na capital catarinense recebeu destaque no periódico. Os comícios realizados em Santa Catarina reuniram um número significativo de pessoas que protestavam contra o regime, ocupando os principais pontos da cidade. A Praça XV e a Catedral Metropolitana, identificadas na foto, são locais de referência em Florianópolis, palco também de outras manifestações anteriores a 1984. A notícia sobre o comício prossegue na página seguinte:

Em clima de muita vibração e entusiasmo, cerca de 10 mil pessoas compareceram ontem à Praça XV de Novembro, nas proximidades da Catedral Metropolitana e do Palácio Cruz e Sousa, para dizer “sim” às eleições diretas já, na sucessão do Presidente João Figueiredo. Faixas, cartazes, músicas e chavões marcaram a festa das diretas, que contou com a presença de lideranças nacionais como Ulysses Guimarães, Luis Inácio Lula da Silva, Doutel de Andrade [...] ⁹²

⁹²*O ESTADO*, 30/03/1984, p. 2.

No evento realizado no dia 29 de março de 1984, Florianópolis recebeu a presença de Ulysses Guimarães, Luís Inácio Lula da Silva, Doutel de Andrade, entre outras figuras políticas. Eram atores políticos envolvidos na campanha desde o início, o que dava maior incentivo, até mesmo para os políticos catarinenses empenharem-se mais nos eventos pelo estado. Uma dessas consequências foi a participação, cada vez mais efetiva, dos catarinenses na campanha. O número de manifestações aumentou, principalmente no mês de abril, expandindo-se em diversas cidades do estado, como pode ser observado nas matérias abaixo:

Em Blumenau, maratona das diretas é sucesso
O festival de Páscoa promovido pela Secretaria de Turismo da prefeitura, no complexo da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB – e que se estendeu durante todo o dia de domingo acabou mesmo se transformando em novo ato pela concretização das diretas já, quando cerca de duas mil pessoas disputavam o melhor lugar para ver de perto a entrega de prêmios aos vencedores da maratona promovida pelo comitê pró diretas.⁹³

Itajaí: pouca gente, muita participação
O comício pelas diretas realizado ontem em Itajaí na noite de sábado último, no pátio defronte à Igreja do Bairro São João, reuniu um público até certo ponto pequeno, se comparado com as grandes concentrações populares registradas em manifestações deste tipo realizadas em outros pontos do Brasil.(...) Se o público não foi o esperado, pelo menos os que lá compareceram mostraram-se bastante participativos, portanto bandeiras, cartazes e gritando slogans a todo o momento, criticando autoridades do Governo Federal, o Colégio Eleitoral e exigindo eleições diretas já.⁹⁴

Ainda que o público catarinense presente nas manifestações, não fosse comparado em números, ao público de outros estados, não significa que o movimento aqui fosse menos legítimo. As palavras de ordem em todos os cantos do Brasil eram sempre as mesmas: eleições

⁹³ A NOTÍCIA, 17/04/1984, p. 3.

⁹⁴ O ESTADO, 16/04/1984, p. 2.

diretas já. Os comitês pró diretas espalhados pelas principais regiões de Santa Catarina apostaram em comícios, festas cívicas, visando atrair o maior número de manifestantes possível. Entre os meses de janeiro à abril, eram constantes as notícias, inclusive nas capas dos jornais, de importantes eventos favoráveis a campanha. Seguem abaixo, títulos de matérias que anunciavam o sucesso das manifestações pelo estado:

“Manifestação reúne 15 mil em Balneário Camboriú”.⁹⁵

“Cada vez mais público nos comícios pelas diretas”.⁹⁶

“Comício das diretas atraiu 5 mil pessoas e alcançou objetivos”.⁹⁷

“Lula: Ninguém segura o retorno das diretas”.⁹⁸

Ao utilizar os periódicos como fontes, percebendo aquilo que se tornou notícia, alguns pontos devem ser observados, tais como: quais as motivações que levaram os jornais a dar publicidade a alguma coisa? Quais critérios para tal fato se tornar notícia? Em que espaço do periódico se deu a publicação, se foi uma manchete ou um noticiário nas páginas internas? Tudo isso significa que o espaço ocupado pela notícia informa muito da intencionalidade dos responsáveis pela publicação. Nessa análise, compreendem-se também as dimensões da imagem na pesquisa historiográfica, tendo em vista que a fotografia de imprensa, do mesmo modo, se constitui em fonte para as pesquisas com os periódicos, pois não só as palavras informam, as imagens também tem a propriedade de expressar muitos posicionamentos sobre o assunto que se queria historiar.

Ao pensar na estrutura de um jornal, é preciso considerar que o jornalismo opinativo comporta, até mesmo por questões de mercado, diferenças de perspectivas na apreensão da realidade dos fatos, promovendo a circulação de visões diversas. Segundo Melo:

A manifestação da empresa aparece oficialmente no editorial, através da seleção, destaque e titulação das matérias. Há também a opinião do jornalista, que se transmite em forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura,

⁹⁵ *A NOTÍCIA*, 15/01/1984, p. 3.

⁹⁶ *Idem*, 25/02/1984, p. 3.

⁹⁷ *JORNAL DE SANTA CATARINA*, 27/03/1984, p. 9.

⁹⁸ *Idem*, 01/04/1984, p. 2.

charge e artigo. Em alguns jornais aparece a figura do colaborador, que pode ser uma personalidade representativa da sociedade, e se expressa em forma de artigos. Por fim, encontra-se um espaço aberto para o leitor, que encontra expressão permanente através da carta.⁹⁹

Analisando os gêneros opinativos disponíveis em grande parte dos periódicos, vimos que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tornou instituição, assumindo caráter de organização complexa, contando com equipes de posicionamentos diversos e até mesmo conflitantes. A partir das matérias acima e de muitas capas destinadas as mobilizações populares pela campanha, é perceptível uma coerência na postura da imprensa catarinense aqui analisada em relação aos princípios democráticos defendidos nas *Diretas Já*. Dessa forma, as funções do jornal e do jornalista enquanto atores sociais, concebidos como leitores da contemporaneidade, emissores e receptores, são eles os responsáveis por fazer circular tanto a difusão, quanto a construção e a apropriação das mensagens.

Assim, os jornais vão definindo a sua maneira de pensar conforme a situação permite, ou seja, de acordo com os rumos dos acontecimentos ocorridos no governo e na sociedade civil. Desta maneira, os principais temas políticos destacados pelos periódicos, foram aqueles vinculados às decisões de determinados políticos e partidos, o engajamento de instituições no movimento pelas eleições diretas e a campanha em si.

Considero importante destacar a atuação dos comitês pró diretas em Santa Catarina. Assim como em todo o Brasil, aqui no estado os comitês estavam espalhados em várias cidades, congregando dezenas de entidades, associações e partidos políticos. Organizavam-se, principalmente, no sentido de informar, conscientizar e mobilizar a opinião pública de Santa Catarina, sobre as eleições diretas e sobre os atos públicos em prol das *Diretas* no estado, que ocorreram sempre com muito pacifismo e organização. O comitê trouxe para Florianópolis, o jurista e ex-presidente da OAB Raimundo Faoro, que alertou em sua palestra sobre a importância da redemocratização do Brasil, através da escolha do presidente por via direta.¹⁰⁰

⁹⁹ MELO, J. 2003. Op. Cit., p. 102.

¹⁰⁰ O ESTADO, 21/02/1984, p. 3.

As notícias utilizadas aqui como fontes, não apresentavam dados que desconsideravam o movimento. Pelo contrário, havia a intenção, até mesmo nas charges que serão analisadas no próximo capítulo, em deixar o leitor sempre a par dos acontecimentos, inclusive informando os prováveis políticos favoráveis ou não as *Diretas*. Não caracterizando como um ato de baderneiros, aos poucos a campanha ganhou uma atenção especial da imprensa, devido a sua amplitude nacional e sua importância para a redemocratização eleitoral do Brasil. Como detentora de uma dimensão emblemática, suas mensagens circularam e foram apropriadas de formas diferenciadas, e adquiriram significados múltiplos.

Durante as *Diretas Já*, foi possível verificar a imperiosa participação dos múltiplos grupos que, ativamente ou apenas verbalmente, se demonstraram favoráveis às eleições. A medida que a ideia da campanha amadurecia, diversos atores sociais agregavam-se ao movimento, fortalecendo-o através de suas manifestações, na tentativa de pressionar o Congresso para que votassem positivamente no dia 25 de abril.

Vale ressaltar que uma campanha que nasce no seio do Parlamento e que é conduzida para aprovação, neste mesmo Parlamento, das eleições diretas tem seus limites impostos pelo próprio Estado capitalista. As classes dominantes no Brasil foram eficientes no sentido de guiar uma ampla campanha que previa o retorno da democracia eleitoral, sem que as estruturas de um país com forte tradição de dominação elitista fossem modificadas.

Em Santa Catarina, encontramos a participação de renomadas instituições que apoiaram a causa, tendo em vista seus interesses com o fim da ditadura militar no Brasil. A própria CNBB, que havia se posicionado favorável ao golpe de 1964, estava agora na luta pelas eleições diretas. Segundo Eder Sader, logo após o golpe militar, a Igreja sofreu forte repressão, sobretudo, nos grupos com iniciativas mais populares. Durante o governo ditatorial, diversos religiosos se viram perseguidos, muito deles exilados ou mortos. Na década de 1970 a instituição da Igreja que estava em crise, perdia sua influência junto à população, e para isso, viu nas comunidades de base uma alternativa para retomar o apoio popular, participando ativamente nas comunidades, tanto na zona rural quanto na periferia das grandes cidades.¹⁰¹

¹⁰¹ Para compreender melhor a atuação da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de base (CEBs), ver: SADER. 1988. Op. Cit.

Pastoral de Florianópolis apoia diretas
O Conselho de Pastoral da Arquidiocese de Florianópolis distribuiu nota ontem à imprensa, assinada pelo mons. Valentim Loch, Vigário-Geral, manifestando-se em favor do imediato restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.¹⁰²

Com a ampliação da campanha por eleições diretas e da possibilidade do fim da ditadura, a Igreja viu uma saída e uma oportunidade de ampliar sua participação e influência sobre a população, atuando nos movimentos com maior liberdade, sem a repressão do regime militar.

A presença e atuação de mulheres brasileiras nas lutas democráticas também têm sido alvo de constantes estudos. Nas últimas décadas, os movimentos sociais no Brasil iluminaram novos campos de conflito e trouxeram à tona novos atores sociais.¹⁰³ As mulheres, até então silenciadas no espaço privado, trouxeram para a esfera pública suas experiências e necessidades, organizadas através de movimentos de caráter distintos, em especial, no período da transição democrática brasileira. Esses movimentos tinham propostas diversas. Alguns grupos de mulheres estavam focados na questão das necessidades dos bairros, outros relacionados ao sindicalismo, outros específicos da questão feminista, outros ainda, estavam ligados aos partidos políticos.

Em Santa Catarina, verificamos a importante participação das mulheres na luta pelo movimento *Diretas Já*. Elas estavam organizadas em prol dos direitos da mulher e da redemocratização do país, tendo como espaços de ação, principalmente, os partidos de oposição. Em fevereiro de 1984, o Movimento de Mulheres do PMDB de Santa Catarina, se posicionou publicamente à favor das eleições diretas, defendendo a ampla participação dos setores populares. Em reunião, decidiram as formas de atuação no movimento, formando núcleos de mulheres em todas as microrregiões do estado, para facilitar a organização das manifestações.¹⁰⁴

¹⁰² O ESTADO, 16/03/1984, p. 3.

¹⁰³ HELLMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. São Paulo: Marco Zero, 1995, p. 78.

¹⁰⁴ O ESTADO, 21/02/1984, p. 3.

Mulheres do PMDB saem às ruas e bairros mobilizando a população

O Núcleo de Mulheres do PMDB municipal está com uma série de atividades totalmente voltadas para a campanha pelas diretas já. Hoje mesmo, mais de 30 mulheres que constituem o núcleo estarão na feira da Praça da Bandeira realizando uma manifestação com a distribuição de panfletos, venda de camisas e adesivos, discurso, mural, sempre enfocando as eleições.¹⁰⁵

A atuação dessas mulheres nos movimentos das décadas de 1970 e 1980 trouxe algumas novas questões, que se refletiram também nas manifestações pelas eleições diretas. Criaram formas de organização autônomas, onde diferentes lugares, como praças e ruas, tomaram novos significados, tornando-se espaço de luta, de reivindicação.

Mulheres fundam Núcleo no PMDB

A partir das 10 horas de hoje, o Núcleo Municipal das Mulheres do PMDB estará promovendo o Dia Internacional da Mulher com apresentações do Grupo de Teatro “Unidade Móvel”, distribuição dos jornais *Mulherio* (feminista) e *Lutas da Maioria* (PMDB), além da venda de plásticos, camisetas, chaveiros e outros objetos com slogans pelas Eleições Diretas.¹⁰⁶

O Núcleo fundado por mulheres do PMDB na capital, ao mesmo tempo em que discutia a condição feminina, organizando as comemorações do Dia Internacional da Mulher e distribuindo jornais sobre a luta das mulheres, aproveitou para debater em torno das *Diretas Já*, promovendo a venda de objetos com o slogan da campanha. Sendo assim, através de diferentes formas, atuando em múltiplos lugares, as mulheres, organizadas em grupos ou não, também se engajaram na luta da maior parte da população brasileira naquele momento, acreditando que com o retorno da democracia, possivelmente o espaço de intervenção política seria ampliado.

É preciso considerar que a campanha não foi importante apenas pelo número de pessoas que participaram, mas também pela agregação de múltiplas instituições e grupos distintos, que atuaram por diferentes

¹⁰⁵ Idem, 14/04/1984, p. 3.

¹⁰⁶ Idem, 08/03/1984, p. 14.

motivações. A Associação Catarinense de Medicina de Santa Catarina (ACM) se manifestou favorável as *Diretas*, de uma forma bastante atrativa. Através de um painel intitulado “Painel das Diretas”, instalado em frente a ACM, localizada na rodovia SC-401, em Florianópolis, relacionava a posição de cada um dos parlamentares catarinenses sobre as eleições diretas. O então presidente da Associação Luís Carlos Espíndola justifica dizendo que “estamos até prestando um favor aos deputados levando ao conhecimento da opinião pública o que eles pensam de importantes questões nacionais”.¹⁰⁷ O painel foi um importante veículo informativo, advertindo a população sobre as decisões dos parlamentares, que apoiavam ou não, a causa mais importante naquele momento, a luta democrática.

Para visualizar o cenário político catarinense no período, segue abaixo, a tabela com os nomes dos deputados federais que votaram no dia 25 de abril de 1984 a Emenda Dante de Oliveira:

¹⁰⁷ O ESTADO, 13/03/1984, p. 7.

Tabela de votos dos Deputados Federais de Santa Catarina¹⁰⁸

A favor	Contra	Ausentes	Abstenções
Cacildo Maldaner (PMDB)	Adhemar Ghisi ¹⁰⁹ (PDS)	Epitácio Bittencourt (PDS)	
Dirceu Carneiro (PMDB)		João Paganella (PDS)	
Evaldo Amaral (PDS)		Nelson Morro (PDS)	
Fernando Bastos (PDS)			
Ivo Vanderlinde (PMDB)			
Luiz Henrique (PMDB)			
Nelson Wedekin (PMDB)			
Odilon Salmoria (PMDB)			
Paulo Meiro (PDS)			
Pedro Colin (PDS)			
Renato Vianna (PMDB)			
Walmor De Luca (PMDB)			

Em Santa Catarina, a campanha também recebeu o apoio dos agrônomos catarinenses, que se manifestaram favoráveis através de um plebiscito interno, representados pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (AEASC). Através do lançamento de outro manifesto posterior, arquitetos, engenheiros e agrônomos de Santa Catarina esclarecem a adesão às *Diretas*, apresentando ao povo e aos congressistas catarinenses suas convicções ao apoiarem o movimento. Além do documento subscrito por tais associações e sindicatos dos engenheiros (Senge), os profissionais enviaram também, como tentativa

¹⁰⁸ Dados extraídos do livro de KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil*: Diário da Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁰⁹ Adhemar Ghisi foi indicado como ministro do Tribunal de Contas da União, em 1985, vice-presidente do TCU de 1988 a 1989 e presidente do mesmo de 1990 a 1991.

de convencimento, correspondências destinadas aos deputados, senadores e demais associações representantes de outras categorias profissionais.¹¹⁰ Anunciadas no manifesto, suas intenções em apoiar o movimento eram, sobretudo, o fato de o Brasil estar vivendo uma de suas piores crises, pautada na questão do desemprego e do consequente subemprego, desarticulando as empresas nacionais, a estagnação científica, resultado da insuficiência de recursos do governo, cedendo espaço à importação tecnológica, inibindo qualquer esforço no sentido de investir na formação de um campo nacional.

As micro empresas de Blumenau, representadas por Pedro Cascaes, estão engajadas no Comitê pró diretas. Segundo Cascaes, a eleição para Presidente da República pela via direta significa o retorno das micro-empresas ao contexto nacional. (...) Para Renato Wolff, representante da OAB, seccional de Blumenau, mais de noventa por cento dos advogados são favoráveis à eleição direta. Wolff alertou da conscientização dos céticos que ainda não estão engajados na campanha.¹¹¹

Verificando o discurso exposto no manifesto e o apoio dado por empresários catarinenses, vimos que a adesão das empresas deveu-se principalmente à questão financeira, que agravava com a crise econômica e social do país, favorecendo as empresas estrangeiras em detrimento das nacionais, fato esse que justifica todo o desemprego e custo de vida, no qual passava o país naquele momento. Ainda que o oposicionismo empresarial não se confundisse com as reivindicações das oposições partidárias e societárias (visto que os principais empresários influentes do estado e do país se ausentaram das manifestações), o discurso do empresariado absorveu parcialmente as “massas” mobilizadas pela campanha.¹¹²

Em Florianópolis, uma manifestação curiosa de um empresário chamou a atenção em dezembro de 1983, como podemos verificar na imagem a seguir:

¹¹⁰ *O ESTADO*, 25/03/1984, p. 3.

¹¹¹ *Idem*, 04/03/1984, p. 3.

¹¹² BERTONCELO, E. 2007. *Op. Cit.*, 2007.



O Estado, 20/12/1983 p. 5

A iniciativa do comerciante Lauro Alcântara Martins, proprietário da Ótica e Relojoaria Maurícios, de simular uma eleição para presidente, levou centenas de pessoas a uma urna eleitoral no centro da capital. A fotografia acima apresenta populares em uma rua bastante movimentada de Florianópolis e duas pessoas manejando a urna, que se encontra posta sobre um cartaz que traz como dizeres: “A ótica Maurícios abre teus olhos. Em 84 pelas diretas”. A imagem se interliga com a notícia que vem a seguir, esclarecendo a manifestação do empresário:

Através de uma eleição simulada para a Presidência da República, realizada quarta, quinta e sexta-feira da semana passada, no centro de Florianópolis, em um universo pesquisado de 974 pessoas, 186 manifestaram-se favorável pela candidatura do Governador carioca, Leonel Brizola, seguido pelo Governador de Minas

Tancredo Neves, com 102, ficando em terceiro o presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães.¹¹³

Sem qualquer conotação partidária, como o proprietário declarou ao jornal, ele esclarece:

Pensei que esta eleição simulada poderia contribuir para que a nossa população crie uma consciência política mais efetiva. O povo tem que ir à rua, ocupar as praças públicas, como aconteceu na Argentina, e com uma manifestação popular, pressionar o Governo a restabelecer as eleições diretas.¹¹⁴

Percebemos assim, que a campanha *Diretas Já* foi muito além dos limites político-partidários. Em Santa Catarina, a sociedade civil representada através das entidades de classe, de organizações sociais, de associações diversas, dos advogados, engenheiros, sindicalistas, professores, médicos, ou mesmo pessoas sem vínculos associativos, muitos se uniram nas mobilizações pelo estado. Levantaram bandeiras e formas de organização próprias na luta pelas eleições diretas e contra a ditadura militar.

Uma questão bastante observada durante a campanha em todo o Brasil foi a incorporação de festas populares onde, nos diferentes ambientes comuns de encontros, organizavam-se manifestações de naturezas diversas. Eram passeatas, comícios, mobilizações em jogos de futebol, entre outras formas, que se tornaram decisivas para a extensão da campanha, fortalecendo o movimento com a participação de distintos segmentos da população. A importância do uso dos símbolos, elementos culturais, ao nível da representação visual¹¹⁵, desempenham um papel significativo na adesão da população ao movimento.

O movimento “Diretas Já” pode ser analisado pelo ângulo puramente estrutural, ou seja: a dinâmica fria das forças sócio-políticas em conflito e a crise institucional do regime militar. Mas podemos analisá-lo, também, sob a ótica cultural: um conjunto de manifestações que se apropria e

¹¹³ O ESTADO, 20/12/1983, p. 5.

¹¹⁴ Idem, 20/12/1983, p. 5.

¹¹⁵ RIOUX, J; SIRINELLI, J. 1998. Op. Cit., p. 351.

reelabora uma série de representações simbólicas e traduzem uma dada historicidade.¹¹⁶

A partir dessa consideração feita por Napolitano de Eugênio, busco indicar algumas possibilidades dessa abordagem dentro do movimento *Diretas Já* em Santa Catarina, ou seja, compreender algumas das manifestações culturais que se desenvolveram, em prol das eleições diretas no Brasil, entendendo ser pertinente uma discussão sobre as representações culturais nos movimentos sociais. Muitas das manifestações foram unânimes em todo o país. Elementos culturais de várias cidades do Brasil foram incorporados ao movimento, com o intuito de fortalecer e legitimar a campanha, se mostrando popular e heterogêneo. Tudo se tornou pretexto para pedir as *Diretas*: festas, jogos de futebol, prévias eleitorais e shows de artistas, todos abriram espaço para as diferentes manifestações.

Assim como em todo o Brasil, Santa Catarina também registrou importantes momentos de luta em torno da campanha. Foram selecionadas algumas manifestações culturais e suas representações, entre tantas possíveis, que o movimento *Diretas Já* desencadeou no estado. Durante o mês de março de 1984, o jornal *OE* publicou diversificadas notícias sobre o carnaval. Entre essas, os *slogans* da campanha foram muito presentes. Figurando dentre os acontecimentos da festa, o movimento político ia ganhando espaço também nas páginas do jornal:

¹¹⁶ EUGÊNIO, M. 1995. Op. Cit., p. 217.



Jornal de Santa Catarina, 06/03/1984, p. 16.

As manifestações por eleições diretas ganharam espaço por todo o Brasil, e a festa do carnaval levava o povo às ruas e avenidas de várias cidades brasileiras. Na foto acima, publicada no *Jornal de Santa Catarina*, intitulada “Diretas puxam o Carnaval”, percebemos foliões com adereços carnavalescos e um cartaz escrito “diretas 84”. É apresentada na imagem uma frase simbólica, que retoma a principal agenda política de 1984, a votação da Emenda Dante de Oliveira. A festa do carnaval, juntamente com a festa das diretas, aparece em outros registros nos jornais, como a matéria apresentada abaixo:

Grito do Povo

No Sábado de Carnaval, quando maior era a festa no calçadão da Felipe Schmidt, um grito de guerra tomou conta dos foliões e partiu da boca dos componentes do bloco das diretas, logo aderido pelos componentes do Lic-Gay, bloco do Lira e demais carnavalescos.

– Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil. Era a voz e o cheiro do povo pedindo pelos seus direitos.¹¹⁷

O grito de guerra citado acima era um dos muitos que se ouvia durante a campanha. O ano de 1984 foi, sem dúvidas, o carnaval das *Diretas*. A população foi as ruas extravasar seus sentimentos e demonstrar o desejo de escolher, sem intermediários, o Presidente da República.

O aspecto mais marcante da campanha das *Diretas* foi, sem dúvidas, a capacidade de trazer novamente à cena política, as grandes manifestações populares. À medida que o movimento ampliava, o espaço utilizado para as mobilizações se expandia, tomando formas diversas. Novos lugares foram ocupados, outros se ressignificaram, e assim, foi se constituindo esse admirável movimento na história do Brasil. É curioso notar as especificidades das manifestações entre os catarinenses, que utilizaram símbolos da cultura popular do estado para reafirmar o apoio a campanha.

A importância de incorporar as festas populares, as manifestações nos jogos de futebol, os ambientes comuns de encontros, onde se organizavam as passeatas e os comícios por todo o estado, foram decisivos para a extensão da campanha pelas *Diretas Já*, fortalecendo o movimento com a participação dos diversos segmentos da população brasileira.

No jornal *A Notícia*, principal veículo de comunicação em Joinville, vinculou-se diversas manifestações durante o carnaval, sempre envolvendo o tema da campanha. No mês de março, o título da matéria noticiava “Baile das Diretas abre o carnaval em Itajaí”. Ao longo da reportagem, o jornal apresenta toda a programação do evento.¹¹⁸ Em diversas cidades, a temática relacionada à política brasileira não deixava dúvidas de que aquele carnaval foi um dos mais politizados. Outra importante manifestação catarinense pode ser observada na imagem abaixo:

¹¹⁷ *O ESTADO*, 08/03/1984, p.17

¹¹⁸ *A NOTÍCIA*, 02/03/1984, p. 7



O Estado, 25/04/1984, p. 3

Além de o carnaval ter sido bastante representativo na campanha devido sua adesão nacional, outro importante símbolo da cultura popular do Brasil, muito significativo na cultura do litoral catarinense também se fez presente nas manifestações. A “Diretunça”, como ficou conhecida, era a bernunça da campanha das *Diretas*, que comandava as passeatas que percorriam as ruas de Florianópolis. A fotografia, que traz a legenda “Capital faz sua convocação final lançando Diretunça”, foi destaque na terceira página do jornal *OE*, onde se nota, logo a frente, o elemento cultural regional e a população que acompanha a “festa cívica”. A imagem apresenta uma população expressiva nas ruas da cidade, com muitos cartazes e faixas com dizeres em prol do movimento nacional. Manifesto realizado em pleno dia, o que nos mostra que muitos abdicaram de um dia de trabalho e/ou estud, para se declarar favorável a causa.

A intertextualidade entre as notícias e fotografias se verifica ao considerarmos as datas de sua publicação e os conteúdos veiculados por um e outro. Exemplo disso são as notícias sobre essa manifestação, que estão expostas tanto no jornal *O Estado*, quanto no *Jornal de Santa Catarina*, visto que aquela era uma manifestação realizada às vésperas da votação no Congresso.

Para os estudos dos diferentes gêneros de história, as imagens são documentos peculiares cujo potencial deve ser explorado. Seus conteúdos, entretanto, não devem ser entendidos como meras ilustrações e complementos dos textos que as seguem. Os periódicos utilizam-se frequentemente de fotografias para ilustrar alguma situação noticiada e considerada relevante para a sociedade. Mas a fotografia, além de ser um resíduo do passado, bem como os documentos escritos, é também um testemunho visual que possibilita uma série de dados reveladores, muitas vezes não identificados na linguagem escrita.¹¹⁹ De acordo com essas considerações, podemos observar a imagem a seguir:



O Estado, 22/04/1984, p. 9

A fotografia acima traz um boneco amarrado a um poste, rodeado de pessoas, em plena semana da Páscoa. Devido sua data de publicação e de alguns elementos comuns, essa imagem nos lembra a tradição católica da malhação de Judas, que acontece sempre aos sábados de Aleluia, um dia antes da Festa da Páscoa, representando a

¹¹⁹ KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 99.

zombaria do traidor de Jesus Cristo, segundo a história bíblica. Assim como o tema principal das manifestações carnavalescas de 1984 foi a campanha por eleições diretas, outra tradição popular presente no movimento também trouxe à tona a situação política do país naquele momento.

Ao longo dos anos, a figura de Judas tem tomado outros significados, sendo, muitas vezes, substituído por outros personagens também considerados traidores do povo. Foi o que aconteceu em Florianópolis na Semana Santa de 1984. Muitos pontos da Ilha ainda conservam a tradição de malhar o Judas. Com o nome de Arnaldão, o Judas do bairro Costeira, em Florianópolis, foi malhado e depois incinerado pelos moradores da localidade.

Adultos viram na malhação uma oportunidade de satirizar a situação econômica e política do País. Os deputados e senadores contrários às eleições diretas já, por exemplo, se transformaram em bonecos e receberam toda surra que mereciam. Delfim Netto também foi alvo da insatisfação popular que não hesitou em sacrificá-lo. Estes, sem dúvida, foram os maiores Judas de ontem.¹²⁰

Para muitos da região, a tradição de malhar o Judas naquele ano foi dirigida aos personagens políticos, em especial, aqueles contrários as eleições diretas. Além de se utilizar os elementos da cultura brasileira, o protesto assumiu novas formas de ação. Através de músicas, paródias, painelaços, buzinaços, a população estava sempre presente, mostrando o desejo de caminhar, novamente, rumo à democracia nas eleições. “Longe de ser percebida como uma contradição, o amálgama entre a festa e a política expressava o sentimento de reconquista de um espaço público despoliticado pelo regime militar (as ruas e praças)”.¹²¹ Segundo Jean-François Sirinelli “A função do historiador, paralelamente à sua tentativa de reconstituição da realidade bruta, é igualmente a de analisar e de integrar na sua tentativa estes fenômenos de representação”.¹²²

As formas simbólicas que a campanha política se revestiu no movimento *Diretas Já* foram muito criativas e diversificadas. Elementos culturais de várias cidades do Brasil foram incorporados ao movimento, com o intuito de fortalecê-lo e legitimá-lo, mostrando-se popular e

¹²⁰ O ESTADO, 22/04/1984, p. 9.

¹²¹ EUGÊNIO, M. Op. Cit., p. 213.

¹²² RIOUX, J.; SIRINELLI, J. Op. Cit., p. 409-410.

heterogêneo. Tudo se tornou pretexto para pedir as *Diretas*: festas, jogos de futebol, prévias eleitorais e shows de artistas, todos abriram espaço para as diferentes manifestações em prol do movimento. O papel da imprensa merece destaque nesse processo, visto que por meio de notícias e imagens singulares, ela captava e ampliava o caráter festivo da campanha. Para Napolitano de Eugênio, “a política surge para o historiador como um espaço de reelaboração cultural, onde a consciência social se faz e se desfaz”.¹²³

No dia posterior a votação da emenda, como não podia ser diferente, a imprensa deu ênfase ao resultado no Congresso. A matéria publicada no *AN* registrava a participação dos catarinenses na campanha no dia dedicado às grandes manifestações.

Santa Catarina mobilizada pelas eleições diretas
Ocorreram em todo o Estado, manifestações em favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que restabelece eleições diretas já para presidente da República. Em Florianópolis, Joinville, Lages e Blumenau, os comitês pró diretas efetivaram programações que enfatizaram a vontade popular pelas diretas já.¹²⁴

Mesmo após a votação negativa do dia 25 de abril, para além da perplexidade que se seguiu à rejeição da emenda, os brasileiros seguiram a agenda das *Diretas*, recolocando em pauta a questão das eleições e retomando as manifestações.

Pró diretas espera reunir grande público na Praça XV.
O Comício, que será desenvolvido hoje em várias capitais, como parte da luta para aprovação, amanhã, pelo Congresso da subemenda das eleições diretas já. [...] A partir das 16 horas, nas escadarias da Catedral, terá início a concentração, ficando pelo período de uma hora, a palavra livre as pessoas que queiram se manifestar.¹²⁵

¹²³ EUGÊNIO, M. Op. Cit., p. 217.

¹²⁴ *A NOTÍCIA*, 26/04/1984, p. 3.

¹²⁵ *O ESTADO*, 26/06/1984, p. 2.

Em um comício que contou com a presença de poucas lideranças políticas nacionais, devido às demais manifestações no país, o objetivo principal era obter respaldo no Congresso, já que a oposição precisava apenas de maioria absoluta para aprovar a votação em separado do artigo 183 da emenda do governo, que pretendia restabelecer as eleições diretas somente em 1988. Obtida essa votação em separado, o governo não conseguiria dois terços para aprovar esse artigo. Sendo assim, ficaria valendo a emenda que previa *Diretas* em todos os níveis.¹²⁶

Contudo, ao final desse processo, a oposição não conseguiu o pleito desejado e acabou enfraquecendo sua manobra junto ao Congresso, abrindo espaço então, para as negociações entre lideranças oposicionistas e do governo.

Ainda que repleta de percalços, as *Diretas Já* foram uma tentativa de vivenciar a história como presente emancipatório, superando uma tradição dominante na cultura política brasileira. Nos quatro primeiros meses de 1984, a esperança se abriu num leque de possibilidades. Apesar disso, em 25 de abril de 1984, a emenda foi votada e rejeitada por uma margem pequena de votos e uma larga omissão desonrosa. O mesmo não aconteceu com o processo político seguinte, que se fortaleceu com o desfecho da votação.

Ao reconhecer o papel dos movimentos sociais na história do Brasil, sobretudo o das *Diretas Já*, ainda que derrotado, teve um papel importante no sentido de mostrar a capacidade de mobilização da sociedade brasileira e seu repúdio, naquele momento, às regras da ditadura militar. Mas, passado a votação e os dois meses seguintes, enquanto uma nova emenda alternativa percorria o Congresso, as manifestações por eleições diretas se findaram. Pensando nisso, de que forma podemos analisar a reação popular frente à derrota da emenda? É possível considerar uma passividade do povo brasileiro ou um respeito às normas “democráticas”?

As regras do jogo estavam postas e a conciliação estava se concretizando. Talvez esse tenha sido um fator de desagregação popular. Mas apresento e defendo a ideia de que a escolha de Tancredo Neves como presidente civil para o Brasil foi um dos motivos satisfatórios para a população, pois grande parte via nesse político, uma renovação pós ditadura. Menos de um ano depois da derrota da Dante de Oliveira, os brasileiros “tamparam o nariz” e engoliram o Colégio Eleitoral, fazendo festa em frente ao Congresso, com a vitória de Tancredo. Consolidava-

¹²⁶ RODRIGUES, A. Op. Cit., p. 96.

se, assim, a transição negociada, que levou Tancredo Neves, por via indireta, a Presidência da República. De acordo com Florestan Fernandes, a “Nova República” já nasce velha, pois sua transição foi conduzida por um governo civil de conciliação entre os dissidentes do regime militar e a oposição burguesa, representando uma continuação da ditadura por meios mais “suaves”.¹²⁷

¹²⁷ FERNANDES, Florestan. *Nova República?* 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

Capítulo 2

O poder imagético das charges e propagandas



É a partir desta charge, publicada no jornal *O Estado*, no dia 18 de abril de 1984, que iniciamos a reflexão deste capítulo ao pensar a importância da imagem no fazer historiográfico. As charges, especificamente, são documentos diretamente ligados ao cotidiano, que nos permitem apreender aspectos de determinado tempo, lugar e memória de maneira singular, visto que condensam inúmeros modos de vislumbrar os acontecimentos, através de narrativas construídas com humor. Acima, temos um exemplo de como as charges podem ajudar a entender o significado histórico do movimento *Diretas Já*, pois serviram para reelaborar alguns conteúdos da tradição política do país, através de símbolos, *slogans* e novas práticas coletivas. Através de traços simples, dois personagens que seguram cada um seu jornal, comentam a respeito da emenda, através do seguinte diálogo: “Parece que a história do Brasil tem agora um novo divisor de águas.” O outro leitor, apresentando um enorme sorriso, complementa: “É! Depois e Dantes de Oliveira!” Os dois consideram a Emenda Dante de Oliveira, como um importante divisor e águas para a história política do Brasil, visto que mobilizou um país inteiro em torno da campanha. Esse sorriso, estampado pelos traços do chargista, representa o desejo de mudança buscado a cada manifestação que envolvia os cidadãos brasileiros. Ao longo do

capítulo, identificaremos como as *Diretas Já* marcaram um novo tipo de expressão política no espaço público e como as charges expressaram esse movimento.

O envolvimento dos catarinenses nas mobilizações pelas *Diretas* está registrado nos jornais que circulavam pelo estado no ano de 1984, não só em reportagens, mas também em charges e propagandas veiculadas nos periódicos. É necessário aprofundar o estudo sobre as imagens como importante fonte de interpretação, analisando sua prática discursiva, verificando seu potencial de desvelar as mudanças. Sendo assim, busca-se compreender de que forma as charges e propagandas veiculadas nos jornais *OE*, *AN* e *JSC*, representaram o movimento em Santa Catarina.

Segundo, Peter Burke, “as imagens nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vivida”.¹²⁸ Seguindo ainda o raciocínio do historiador, “elas oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam. Seu testemunho é particularmente valioso em casos em que os textos disponíveis são poucos e ralos”.¹²⁹ Considerando as imagens humorísticas como registros históricos, estas se caracterizam como uma das formas criativas de descobrir, revelar e analisar a realidade, representada de forma satírica ou irônica. Com esta compreensão, é necessário pensar essas imagens como meio de comunicação e de leitura, que possibilitam compreender a sociedade e a história em um dado momento.

É a partir desse contexto que apresentamos a análise das imagens e propagandas como uma possibilidade dentro deste trabalho, compreendendo o seu papel, como estratégia de comunicação e representação de posicionamentos em um determinado momento histórico, entendendo que essas linguagens se inserem num corpo maior, vinculado aos jornais. A charge se desprende da função de apenas ilustrar o cotidiano, mas se apresenta como uma prática política, como uma forma de resistência aos acontecimentos. Além da importância cultural, ideológica e social, as charges registram e constroem fatos cotidianos através dos elementos risíveis.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento aponta o valor que a arte e as imagens têm para a discussão historiográfica, pois são registros de um tempo e de si próprias, e trazem as representações de uma época. Segundo a autora:

¹²⁸ BURKE, P. 2004. Op. Cit., p. 17.

¹²⁹ Ibid, p. 233.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. [...] Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.¹³⁰

Pesavento mostra que a representação não é cópia do real, não é sua imagem perfeita, é na verdade, uma construção feita a partir dele, que remete a determinadas ideias de um tempo. A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. Para a autora, a imagem possui um aludido impacto visual que se dá de maneira quase imediata, o que não significa ser de fácil leitura, pois esse tipo de fonte “possui códigos especiais que remetem a uma lógica de significados para uma época dada”.¹³¹ É necessário que o leitor tenha um conhecimento paralelo daquilo que está contido na imagem.

Ao estudar as propagandas e charges nos jornais, percebe-se que são significativas fontes de estudos que se relacionam constantemente com a vida em sociedade. Knauss considera que a “análise da imagem como representação visual é resultado de processos de produção de sentido em contextos culturais”.¹³² Para o autor, a história como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais e não deve ser entendida como simples complemento de uma produção literária. Segundo Boris Kossoy, o uso da imagem

“seja para uma revisão metodológica quanto a sua própria história, seja enquanto documento visual que, ao introduzir uma nova dimensão ao conhecimento histórico, tão fortemente marcado pela tradição escrita, leva forçosamente a uma releitura do passado multiforme”.¹³³

¹³⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 39.

¹³¹ *Ibid*, p. 87.

¹³² KNAUSS, P. 2006. *Op. Cit.*, p. 113.

¹³³ KOSSOY, B. 1989. *Op. Cit.*, p. 102.

2.1 As charges como instrumento de “luta” na campanha *Diretas Já*

O universo opinativo da imprensa não se limita ao texto, mas incorpora igualmente a imagem. Assim como a crônica, o editorial e o artigo, as imagens que se apresentam em forma de charges, caricaturas e cartuns,¹³⁴ abordam os temas recorrentes com muito bom humor e expressam o posicionamento político do jornal sobre determinado assunto. O advento da ilustração foi fundamental para o desenvolvimento da empresa jornalística através dos periódicos, em especial, numa período em que poucos eram letrados. No Brasil, muitos artistas marcaram época, como Manoel de Araújo Porto-Alegre, Ângelo Agostini e Henrique Fleuiss, que colaboraram no lançamento de várias publicações.¹³⁵

Segundo a historiadora Tania Regina de Luca, a História por meio da caricatura e da própria representação do humor tem se adensado ao longo do século XX.¹³⁶ Com o passar das décadas, a imprensa tem se utilizado dessa linguagem visual para motivar os leitores e produzir uma percepção mais rápida na opinião de determinado assunto.

O poder satírico das charges foi, ao longo da história da imprensa, um canal alternativo para a expressão de descontentamentos com a política do país. Por meio de uma linguagem simples e direta, a charge consegue que a mensagem atinja o leitor tendo como atributo seu poder de crítica que é transmitida por meio do humor e da ironia. Essa forma de expressão representa uma fonte sarcástica, que adquire importância devido ao seu potencial de expressão, quando provoca discussões sobre situações vividas pela sociedade, bem como a atuação e posicionamento dos políticos. Diante do compromisso assumido com o povo pelo retorno da democracia eleitoral, “palavras de ordem” são traduzidas pelas charges. “As imagens são dotadas de alto poder mobilizador, como verdadeiros ícones preñhes de significado e que impulsionam a ação”.¹³⁷

A charge pode ser compreendida como uma manifestação artística do presente, marcada por fatos que carregam um forte discurso satírico, não sobre um sujeito em particular ou uma situação singular, mas sobre ambos combinados. Trata, portanto, de acontecimentos

¹³⁴ No livro de José Marques de Melo, o autor define as características e diferenças entre essas expressões artísticas através do desenho. Cf.: MELO, J. 2003. Op. Cit., p. 167.

¹³⁵ PINSKY, C. 2008. Op. Cit., p. 135.

¹³⁶ Ibid, p. 136.

¹³⁷ PESAVENTO, S. 2005. Op. Cit., p. 87.

diários com personagens conhecidos a partir de traços que desejam ironizar atitudes, questionar ideias e comportamentos. É um tipo de gênero textual muito interessante, pois integra aspectos da linguagem verbal e não-verbal, despertando no leitor uma curiosidade intrínseca. Para compreender o conteúdo de uma charge é necessário fazer uma associação entre a situação explicitada e os acontecimentos atuais, buscando identificar os personagens descritos no cenário da charge.

Analisaremos as charges publicadas de dezembro de 1983 a junho de 1984. Não nos deteremos em nenhum escritor ou chargista em especial, identificando seu estilo. Compreendemos a charge como um texto jornalístico que se relaciona com os demais textos, independente do estilo próprio de cada chargista. Também não é intenção deste trabalho, analisar a estrutura completa da charge, percebendo todos os elementos que a compõem. A proposta é pensar a charge enquanto um texto jornalístico que se relaciona intertextualmente com outros textos e com o cotidiano retratado.

Uma leitura que contribui para a compreensão desse tipo de fonte é o livro *Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia*, de Edson Carlos Romualdo, que através da análise de charges da *Folha de S. Paulo*, apresenta um estudo das relações intertextuais da charge jornalística. O autor mostra as possibilidades de relações intertextuais com textos verbais e visuais (presentes ou não no jornal), que auxiliam na interpretação das charges.

Para Romualdo, o texto chárstico, além de uma leitura mais acessível, diferencia-se dos demais gêneros opinativos por fazer sua crítica sempre utilizando o humor. Se a charge expressa sua opinião sobre determinado acontecimento, este deve ser a partir de um fato que, provavelmente, deve aparecer em outros textos do jornal.

Isso dá ao leitor a possibilidade de relacioná-los e, até mesmo, usar esses outros textos para auxiliar na interpretação da charge. Nos casos em que as relações intertextuais se dão com textos que não estão no jornal, cabe ao leitor fazer a recuperação desses intertextos, para inteirar-se mais profundamente da mensagem transmitida pelo texto chárstico.¹³⁸

O noticiário diário é a fonte inspiradora para o chargista. Perceberemos isso claramente ao analisar as charges expostas ao longo

¹³⁸ ROMUALDO, E. 2000. Op. Cit., p. 6.

deste capítulo. A charge como texto jornalístico enfoca a “construção social da realidade”, ao interpretá-la, é acionado o conhecimento de um conjunto de dados e fatos contemporâneos. Os principais jornais e revistas do país também retrataram através das charges a questão da campanha por eleições diretas no Brasil. Entre os artistas em destaque, encontram-se Henfil, Paulo Caruso, Alex Solnik, Chico Caruso, Laerte e muitos outros não referenciados aqui, mas que aguçavam seus leitores através de suas expressões gráficas de humor.

As charges são um meio visual e extremamente eloquente de expressar opiniões, geralmente por meio de técnicas de humor. Nos jornais pesquisados e utilizados nesta dissertação, as charges sem encontram geralmente no editorial do periódico. O editorial, como já citado anteriormente, é o principal instrumento de que dispõe a empresa para expressar sua opinião.¹³⁹ Ao selecionar o conteúdo, a linha editorial apresenta sua visão de mundo.

Numa empresa jornalística, cada editorial passa por um processo de depuração dos fatos, de conferência de dados, de checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados. Além disso, o contato com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses defende na sua política editorial.¹⁴⁰

As charges são recursos visuais dos meios, geralmente impressos, para transmitir mensagens e posicionamentos que visam persuadir o leitor. Por meio dos recursos de ilustração, como os exageros, a ironia e o humor, os meios apontam sua linha editorial. Não há dúvidas sobre o controle que a instituição jornalística exerce sobre o que vai ser publicado em cada edição, bem como existe a possibilidade dos profissionais interferirem/participarem nesse controle. Os jornalistas, chargistas e outros profissionais de imprensa, sempre dispõem de artifícios para burlar a linha editorial, intervindo sutilmente sobre determinadas questões. Os chargistas atuam como se fossem a consciência crítica da sociedade, revelando uma tendência oposicionista.

No caso do jornal *O Estado*, sempre nas primeiras páginas estava o espaço destinado ao editorial, reservado as charges, que trazia a

¹³⁹ MELO, J. 2003. Op. Cit., p. 75.

¹⁴⁰ Ibid, p. 107.

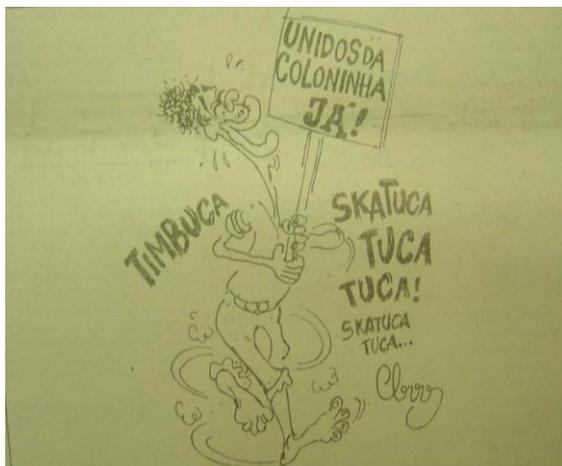
assinatura do chargista Clovis Medeiros¹⁴¹, a opinião do leitor e as informações gerais. Também nos jornais *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina*, sempre no editorial dos veículos, encontrava-se as charges e a opinião do leitor.

Através de um conjunto de representações, que surgiam em forma de imagens e discursos, registradas e disseminadas pelos órgãos de imprensa, diversos elementos foram incorporados a campanha *Diretas Já*, com o intuito de legitimar e viabilizar o movimento. Basta observar alguns exemplos de charge para perceber que se trata de uma das formas mais apropriadas de comunicação. Através do carnaval, do futebol ou de outros eventos de caráter nacional ou internacional, as charges nos remetem ao pensamento de uma época, sendo elas mesmas construtoras de um discurso próprio sobre o movimento. Analisemos algumas dessas manifestações nas charges abaixo:



OE, 30/03/1984, p. 4

¹⁴¹ Clovis Medeiros nasceu em 17/04/1962 e tornou-se jornalista nos anos de 1980, trabalhando na redação do jornal *O Estado* nesse mesmo período e também na RBS. Estudou arquitetura na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mas acabou optando por Artes Plásticas na UDESC, pois logo cedo adquiriu o direito de filiação ao sindicato dos jornalistas. Trabalhou como diagramador e redator no jornal *OE*, como ilustrador e fotógrafo. Atualmente, Clovis Medeiros possui uma empresa de fotografia e é também editor de uma revista sobre gastronomia. Segundo o próprio Clovis, não se considera um chargista. Em seus trabalhos costuma inserir ilustrações e caricaturas, mas charges produz cada vez menos. Essas informações foram obtidas através de contato via e-mail com o jornalista e fotógrafo Clovis Medeiros, através do endereço chefmagazine@terra.com.br



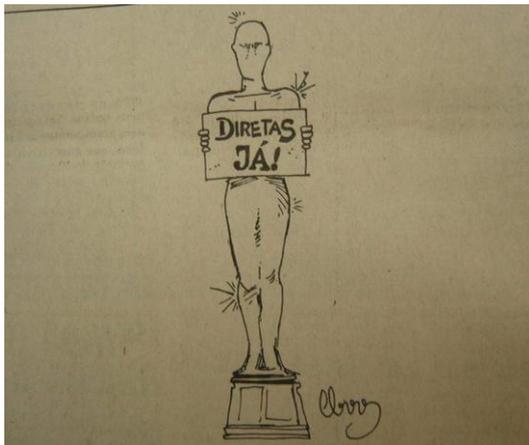
OE, 10/03/1984, p. 4

Em Santa Catarina, a edição do jornal *O Estado* do dia 30 de março, veicula a mensagem “Florianópolis Já! Quero votar pra presidente”, clara e direta a frase incita a insatisfação popular, representada por um personagem que se demonstra feliz e que apela para a redemocratização do país, segurando um guarda-chuva, que parece o proteger de algo. É curioso notar que o uso do complemento “Já” no *slogan* do movimento, indicava a necessidade imediata que a população tinha de modificar as regras eleitorais do país naquele momento, ou seja, não podemos mais esperar, o momento é esse. Indicava a negação de uma dinâmica histórica constante, que se pautou pela eterna conciliação, onde as manifestações da sociedade sempre foram desqualificadas pelas elites. A palavra “Já”, esteve presente no título de algumas charges, fazendo referência ao movimento pelas *Diretas*.

Em outra charge, veiculada no dia 10 de março, intitulada “Unidos da Coloninha Já!”, através do folião que, ao segurar a placa, faz alusão a uma escola de samba de Florianópolis, Unidos da Coloninha, que havia ganho o título de campeã daquele ano, mostrando mais uma vez que o carnaval de 1984 foi a festa mais representativa da campanha das *Diretas*. Sem deixar o caráter festivo de lado, um dos carnavais mais apropriados para a discussão política que o Brasil já vivenciou.

Ainda referente as analogias que as charges estabelecem com determinadas datas e eventos que fazem parte de um repertório comum,

nos deteremos em dois casos nos quais o texto ch\u00e1rgico apresenta essa rela\u00e7\u00e3o:



OE, 11/04/1984, p. 4



OE, 12/04/1984, p. 4

O OE apresenta em todas as p\u00e1ginas a data na qual \u00e9 publicada. O leitor, para compreender as informa\u00e7\u00f5es da charge, pode buscar no pr\u00f3prio jornal a data em quest\u00e3o. Ao se deparar com o dia, e sabendo que ele \u00e9 considerado especial, vai relacion\u00e1-lo com seu conhecimento de mundo. Vinculando a charge com um determinado evento festivo, e assim, com o seu conhecimento de mundo, o leitor estabelece rela\u00e7\u00f5es e

chega ao humor do texto. A força da caricatura se torna explícita quando, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira, o caricaturista do jornal *O Estado*, utilizou motes festivos para representar o momento político do país. Um exemplo disso está na charge onde a estatueta do Oscar levanta seu voto a favor das *Diretas Já*, pois naquele mesmo mês, havia acontecido a premiação anual do cinema internacional.

Na edição d'*O Estado* do dia 12 de abril de 1984, o coelhinho da Páscoa foi retratado pelo cartunista, fazendo referência as *Diretas*. Com a bandeira da campanha na mão e expressão feliz, seguia em direção à Brasília, sem dúvidas, para também dar seu apoio ao movimento. Até mesmo o coelho da Páscoa compreendia que as eleições diretas eram uma exigência nacional.

Parodiando a condição sócio-econômica do país, os chargistas, através do riso e da ironia, não se furtam de abordar os temas mais caros ao povo brasileiro. Importante ressaltar que por conta de uma grave crise econômica e política que se espalhou pelo Brasil durante e pós o regime militar, a campanha das *Diretas* tomou enorme fôlego, dando início a disputa entre os principais grupos sociais e políticos pela sucessão presidencial. Essa situação pode ser melhor expressada ao analisarmos as imagens abaixo:



JSC, 10/04/1984, p. 20



OE, 27/12/1983, p. 5

As charges do *Jornal de Santa Catarina*¹⁴², protagonizadas por duas personagens sempre bem humoradas, denominadas Siri Rica e Siri Gata, também expressaram a situação econômica e social do país. Na imagem do dia 10 de abril, ao iniciar a conversa, uma das “siris” exclama: “Leste aqui, o salário mínimo passou pra quase cem mil”. A outra comenta: “Hum, o governo é tão bonzinho”. Através do diálogo, é possível perceber um tom de ironia em sua resposta, já que a conjuntura do Brasil naquele momento não era favorável, sendo o aumento do salário mínimo, uma das manobras para conter o avanço popular das greves e das mobilizações em torno das *Diretas*.¹⁴³ Meses antes, essa situação já alarmava o governo e população.

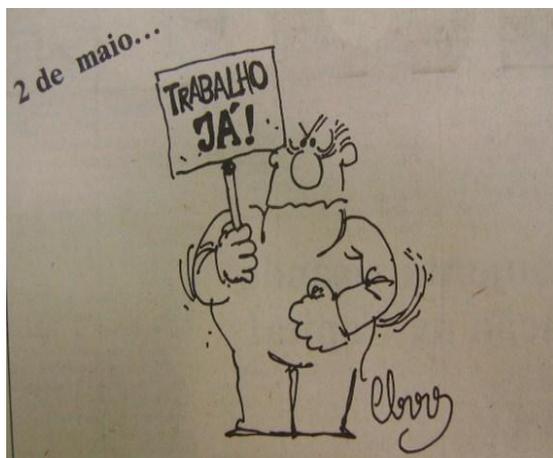
Podemos perceber essa condição ao analisar a charge do dia 27 de dezembro de 1983, veiculada no *OE*. Ao referir-se ao grande comício preparado para o dia 25 de janeiro em São Paulo, sob a liderança do governador Franco Montoro e demais figuras políticas do PMDB, PT, PDT e PTB, que desejavam o evento na Praça da Sé como um marco na luta por eleições diretas, a charge traz uma pequena frase inicial em seu

¹⁴² Não foi possível identificar a assinatura do chargista do *Jornal de Santa Catarina* através das imagens disponíveis para essa dissertação. Em contato, via e-mail, com o responsável pelo arquivo do jornal, Jackson Fachini, este também me informou que não conseguiu a identificação do mesmo. O *JSC* atualmente pertence ao Grupo RBS.

¹⁴³ Em fevereiro de 1983, o Executivo Federal enviou um decreto-lei 2.012 ao Congresso pedindo reajustes para as diferentes faixas salariais. Após acordos e desentendimentos entre PDS e PTB, o decreto-lei 2.045, enviado pelo Executivo, estendeu reajustes de 80% para todas as faixas salariais. Para maiores detalhes, ver : BERTONCELO, E. 2007.Op. Cit.

topo “Montoro quer comício monstro”. Logo abaixo se encontram três monstros intitulados, respectivamente, de: “Fome, Inflação, Recessão”. O chargista sarcasticamente complementa questionando: “Quantos monstros o senhor quer?” Sem dúvidas, os monstros que mais assombravam o país naquele momento, já que a política governamental de contenção da crise não apresentava resultados satisfatórios, causando rachaduras na base de sustentação do Estado, fortalecendo a oposição e ampliando o espaço de disputas políticas.

Por meses a memória das *Diretas* continuou viva nos jornais, em especial, naqueles analisados nesta dissertação. Mesmo após a votação, notícias e charges ainda faziam menção as eleições diretas, que na ocasião, já haviam sido rejeitadas pelo Congresso. Observemos as imagens abaixo:



OE, 02/05/1984, p. 4

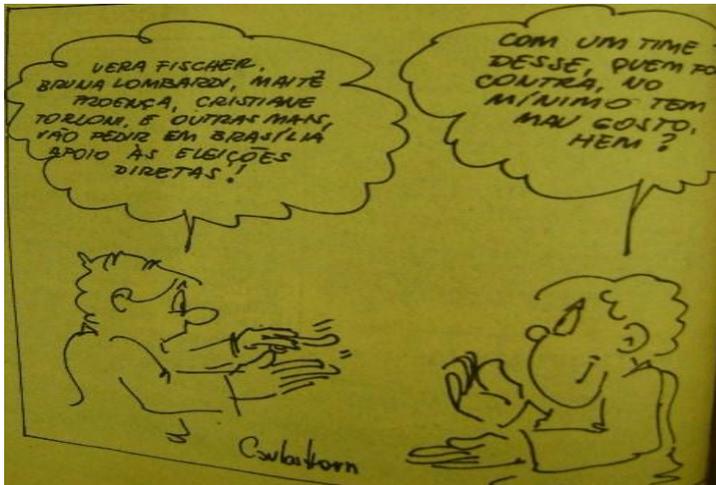


OE, 16/05/1984, p. 4

Nas charges acima, novamente o *slogan* “Já” aparece com destaque. Na primeira, veiculada na data de 2 de maio, logo após o dia mundial do trabalho, o chargista relembra duas questões latentes na história recente do Brasil: a campanha por eleições diretas e o desemprego crescente.

Na sátira do dia 16 de maio, a charge acompanha as notícias registradas no *OE* relativas a greve dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1984. Com o título “A UFSC parada!”, o personagem com semblante de insatisfação e braços cruzados, como sinal de paralisação, posiciona-se ao lado da placa que traz os dizeres: “Pela Universidade pública e gratuita! Mais verbas para a educação! Salários justos! Já!”. Não se pode acreditar que mesmo que a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada e o retorno da democracia eleitoral acontecesse, os problemas cruciais do país seriam resolvidos de imediato, mas o restabelecimento da eleição direta em 1984 abriria maior espaço de participação política e, no limite, poderia liquidar o regime militar e seus resquícios, dentre eles, a crise de 1983, agravada nos quatro primeiros meses do ano seguinte.

As charges do jornal *AN*, apesar de não serem tão recorrentes como no *OE*, traziam sempre diálogos abordando a situação brasileira, em especial, sobre o andamento da emenda, como veremos a seguir:



AN, 18/04/1984, p. 2

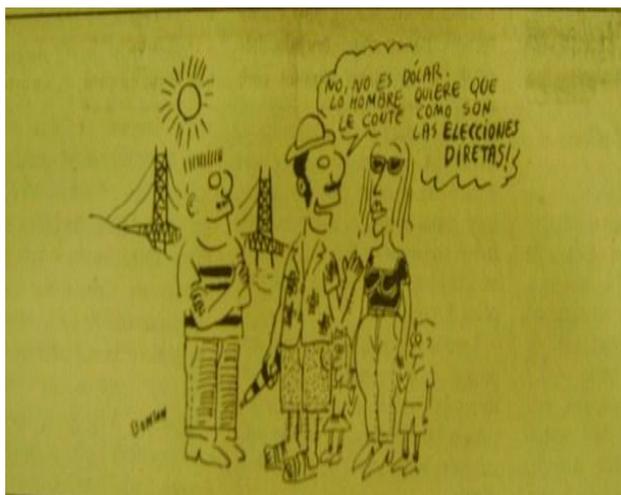
Na imagem acima, o chargista Carlos Horn¹⁴⁴ traz um tema recorrente durante a campanha: a presença maciça de artistas nos comícios pró diretas. O personagem que está à esquerda inicia o diálogo ao dizer: “Vera Fischer, Bruna Lombardi, Maitê Proença, Cristiane Torloni e outras mais, vão pedir em Brasília apoio as eleições diretas!” O outro responde: “Com um time desses, quem for contra, no mínimo tem mau gosto, hein?”. A charge expressa uma realidade do período, já que à medida que a votação se aproximava, os comícios se tornavam constantes nas principais cidades brasileiras.

Dentro desse quadro nacional de impasses e de agitações populares, o contexto internacional, sempre incisivo na política e economia brasileiras, também se tornou tema de charges nos jornais catarinenses, como podemos observar:

¹⁴⁴ Sobre o chargista Carlos Roberto de Simas Horn foram encontradas poucas referências, sabendo-se apenas que o artista é joinvilense e publicou suas primeiras charges no jornal *A Notícia*, em 1976, onde trabalhava como arte-finalista na clichéria. Essas informações foram extraídas de uma entrevista que Carlos Horn concedeu ao *AN*, em fevereiro de 2001. Para conferir a matéria completa, ver: <http://www1.an.com.br/2001/fev/24/0ane.htm>



OE, 23/12/1984, p. 4

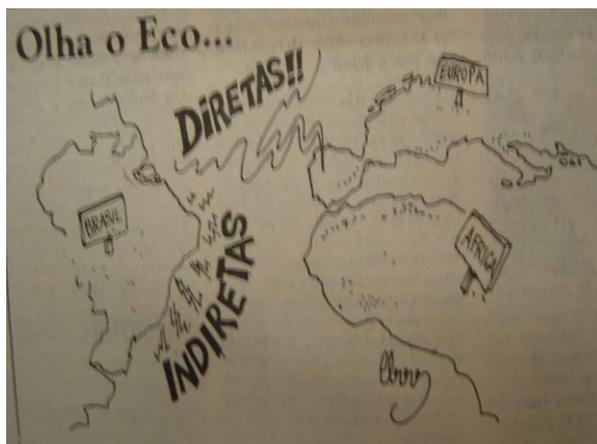


OE, 20/01/1984, p. 4

Nos meses anteriores à abril de 1984, as imagens acima expressas no *OE* transformaram em eco o pedido por eleições diretas. A primeira charge intitulada “Tremor na Argentina chega até o Brasil” e logo abaixo, em letras garrafais, “Diretas”, o personagem que corre da multidão aglomerada representa possivelmente os políticos que não desejavam a sucessão presidencial pelo caminho democrático e que apostavam pela via conciliatória. A charge se relaciona a realidade

argentina que se pleiteava também para o Brasil. Através de manchetes como “Alfonsín promete Governo decente à Argentina”¹⁴⁵ e “Eleições devolvem a identidade à Nação argentina”¹⁴⁶, o jornal *OE* publicava o retorno das eleições diretas no país vizinho e a ascensão ao poder do candidato radical Raúl Alfonsín, que vence o peronista Ítalo Luder, obtendo 52% dos votos. Alfonsín foi o primeiro presidente civil após anos de ditadura militar neste país (1976-1983), que apesar de ter durado menos que a ditadura brasileira, foi de extrema violência, causando mais de trinta mil mortes.¹⁴⁷

Ainda sobre a realidade política da Argentina, a charge do dia 20 de janeiro traz como cenário, a cidade de Florianópolis, caracterizada com a ponte Hercílio Luz ao fundo da imagem. Mais a frente, alguns personagens discorrem sobre determinado assunto. O primeiro da esquerda, provavelmente morador da cidade, de braços cruzados, ouve a conversa dos possíveis turistas. O homem de chapéu responde, em espanhol: “No, no es dólar. Lo hombre quiere que le conte como son las elecciones directas!” Ao analisar a charge, é possível supor que tais turistas são argentinos e que dialogam a respeito das eleições diretas para Presidente da República em seu país, devido a proximidade da data da eleição e posse de presidente argentino Alfonsín, que teve seu retorno democrático eleitoral anos antes do Brasil, em 1983.



OE, 13/04/1984, p. 4

¹⁴⁵ *O ESTADO*, 11/12/1983, p. 14.

¹⁴⁶ *Idem*, 01/01/1984, p. 4.

¹⁴⁷ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. 2. ed. São Paulo: Editoria 34, 2005, p. 545.

Já no mês da votação da Emenda Dante de Oliveira, a charge do dia 13 de abril apresenta os demais continentes, como África e Europa, ecoando a palavra mais ouvida naquele momento: “Diretas!” O interessante é perceber que ressoava na parte do mapa que corresponde o Brasil a expressão “Indiretas”. Próxima a votação do dia 25, muitos políticos ainda com posição indefinida, declararam-se favoráveis a negociação sobre uma possível emenda alternativa proposta pelo presidente Figueiredo, em especial, os pedessistas.

O posicionamento dos políticos em torno das *Diretas Já* estampou diversas edições na coluna jornalística dedicada as charges. Desde a antiguidade o riso tem sido usado como arma política: “Apresentar um líder em traços ridículos ante o público é uma forma de desacreditá-lo e desmoralizá-lo”.¹⁴⁸ Por isso, os alvos das charges, em sua grande maioria, são a situação política, econômica e social do país, em especial, políticos e suas declarações fatídicas. Raramente o artista dedica sua arte aos líderes que admira. Portanto, as charges são armas de ataque, que procuram acentuar ou revelar certos aspectos marcantes de uma pessoa ou fato. Geralmente são produzidas tendo em vista a publicação com destino a um público para quem o modelo original, pessoa ou acontecimento é conhecido.¹⁴⁹

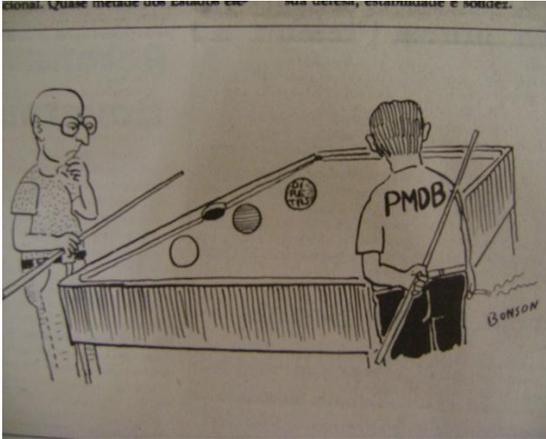
Chamam a atenção do leitor aquelas charges relativas ao então governador catarinense Esperidião Amin. Já em agosto de 1983, este demonstrava simpatia pelo retorno das eleições diretas em 1985, juntamente com outros governadores, como Roberto Magalhães, de Pernambuco e Luiz Rocha, do Maranhão.¹⁵⁰ Mas, ao longo da campanha, suas declarações acompanhavam as decisões do PDS, o partido da situação.

Passemos a analisar agora algumas possibilidades de ligações intertextuais com as charges. As imagens apresentadas nos dias 12 e 13 de janeiro de 1984 relacionam-se com uma notícia publicada no dia 10 do mesmo mês:

¹⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 - 2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p.181.

¹⁴⁹ FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 17.

¹⁵⁰ LEONELLI, D; OLIVEIRA, D. 2004. Op. Cit., p. 210.



OE, 12/01/1984, p. 4



OE, 13/01/1984, p. 4

As charges acima, desenhadas pelo artista Bonson¹⁵¹, trazem Amin como jogador em uma mesa de sinuca e em uma quadra de

¹⁵¹ Em janeiro de 1984, o artista e historiador catarinense, Sérgio Luiz de Castro Bonson, substituiu o então chargista do *O Estado*, Clóvis Medeiros, nas páginas diárias deste jornal. Bonson nasceu em 1949, e como autodidata, tornou-se caricaturista, chargista, cartunista, desenhista, aquarelista e artista plástico. Iniciou sua carreira como chargista no jornal *O Estado* em 1974 e viveu parte considerável de sua vida imerso no intrincado cotidiano da capital catarinense. Faleceu em 2005, mas nunca parou de trabalhar. Até o fim de sua vida continuou expondo suas aquarelas, charges, desenhos, entre outros. Para saber mais sobre a vida e obra de Bonson, ver: PETRY, Michele Bete. *Sérgio Luiz de Castro Bonson: artista e historiador*. Disponível em: <<http://www.semanahistoriaudesc.com/p/comunicacoes-orais.html>>

basquete, onde o adversário é caracterizado com a camiseta do PMDB e a bola, como objeto principal desses esportes, é nomeada como diretas. Tanto a primeira quanto a segunda charge apresentam cenas de jogos. A política pode ser definida como a arte de quem ganha o quê, quando, onde e como. Ou seja, é um jogo onde vários atores disputam influências e interesses.

Grande parte das charges mantém relações intertextuais com textos publicados nos jornais. Aquelas apresentadas acima relacionam-se intertextualmente com notícias publicadas ao longo do mês de janeiro, mostrando o posicionamento controverso do governador sobre o apoio a Emenda Dante de Oliveira. Segundo a manchete do *OE* do dia 10 de janeiro de 1984 “PMDB decide convidar Esperidião para a concentração das diretas”, explica a frase inicial de uma das charges acima, já que o político do PDS ora se dizia favorável a emenda, ora desejava uma negociação entre seu partido e oposição. A “bola das diretas” era manejada o tempo todo por Amin através de seus discursos à imprensa e isso se verifica ao analisar suas entrevistas.

Amin não considera comício caminho ideal

Ao falar, durante entrevista à imprensa ontem, sobre sucessão presidencial, o Governador condenou a concentração pró-eleições diretas a ser realizada sábado, em Balneário Camboriú, promovida pelo PMDB, explicou que não considera este o caminho ideal para a obtenção do pleito direto para Presidente da República [...] Contudo ressaltou que este tipo de manifestação não tem nenhum caráter de perturbação, acrescentando que todas as manifestações populares são legítimas.¹⁵²

Em declaração ao jornal *A Notícia*, Amin deixa em aberto sua participação no comício em Balneário. Ao ser questionado pelos jornalistas se compareceria ou não ao evento, “Amin simplesmente devolve a pergunta, deixando o interlocutor manifestar seu ponto de vista. Ao final, quando todos pensavam que iria falar a respeito, guardava profundo silêncio”.¹⁵³ Para o governador, participar desse comício era tão prejudicial à sua imagem quanto benéfico, já que se comparecesse num evento totalmente organizado pelos partidos de

¹⁵² *O ESTADO*, 10/01/1098, p. 3.

¹⁵³ *A NOTÍCIA*, 14/01/1984, p.3.

oposição, provavelmente não escaparia as vaias dos manifestantes. Por outro lado, sua presença só confirmaria a posição favorável as *Diretas*, agradando seus eleitores. A charge apresentada abaixo representa essa incógnita levantada pelo político:



OE, 14/01/1984, p. 4

Como desfecho para esse episódio, no dia 14 de janeiro, o jornal *OE* traz a charge que resume a posição de Amin com relação ao convite e sua possível ausência para o evento cívico de Balneário. De acordo com suas declarações incertas, o chargista relaciona a imagem do governador preparando-se para viajar, carregando uma mala, olhando para o relógio e justificando em sua fala “Não vai dar tempo: o negócio lá começa às 20:00 horas. O ônibus pra Camboriú sai daqui às 18:30, pára em Garuva às 22:00, faz baldeação em Juiz de Fora às 24:00, pernoita em Cuiabá às 3:00 da madrugada, aí...”. A opinião indicada pela charge acima se confirma com as notícias do dia 15 de janeiro, registradas pelo *AN* e *OE*, onde Amin justifica sua ausência, mas reitera que lutará pelas *Diretas* no PDS.

De acordo com as publicações nos jornais, a posição de Amin em relação as *Diretas* sempre foi incerta. Em março de 1984, o governador declarava-se favorável às eleições diretas, mas nunca abandonou o discurso de entendimento. Para ele, as negociações entre PDS e oposição seriam a melhor forma de transição política no Brasil naquele momento e que o Governo deveria tomar uma iniciativa de

diálogo com os demais partidos políticos. Amin também defendia a apresentação pelo Governo, de uma nova emenda constitucional alternativa, que previa eleições diretas em 1988.

Defensor das eleições diretas já para o próximo pleito, Esperidião Amin aceita que as diretas aconteçam somente em 1988, “como consequência de um entendimento suprapartidário sem o qual haverá um impasse”. Qualquer passo no sentido do entendimento, segundo ele, “é bom, vital e necessário, pois somente assim, será possível ao futuro governo contar com a solidariedade nacional”.¹⁵⁴

Em entrevista no dia 4 de abril de 1984, Amin se declara plenamente favorável as eleições diretas em todos os níveis, como já vinha assinalando anteriormente. Mas, sempre reafirmou a importância do entendimento, como visto em sua entrevista no dia seguinte, em viagem à Belo Horizonte.¹⁵⁵ O que podemos perceber através das entrevistas concedidas pelo governador Esperidião Amin, é que este não se dizia contrário à campanha que defendia as eleições diretas, mas nunca se voltou completamente contra as medidas do governo, já que era um governador pedessista.

Outras personalidades e temas políticos também se tornaram caricaturas ao longo das publicações jornalísticas do *OE*, *AN* e *JSC*. Segundo Edson Carlos Romualdo, a charge é compreendida como “o texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal”.¹⁵⁶ Observemos a charge que se segue:

¹⁵⁴ *O ESTADO*, 01/03/1984, p.5.

¹⁵⁵ *Idem*, 05/04/1984, p. 2.

¹⁵⁶ ROMUALDO, E. 2000. *Op. Cit.*, p. 21.

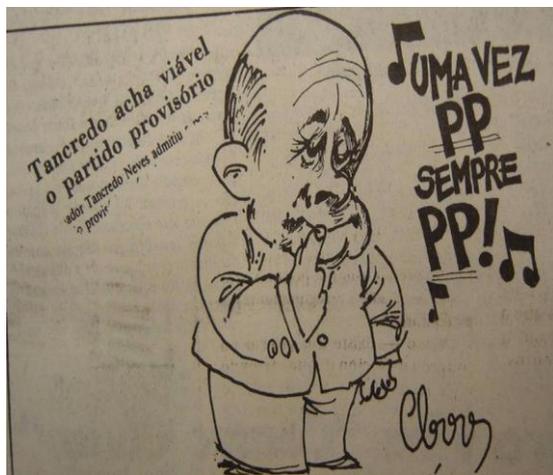


OE, 01/04/1984, p. 4

No dia 1º de abril, data internacionalmente conhecida como o dia da mentira, a charge que estampa o jornal *O Estado* traz o então ministro do Planejamento, Delfim Netto, caindo de uma cadeira e, conseqüentemente, estendido para trás após a queda. A sátira que traz como tema “Caiu o Delfim... 1º de abril!”, ironiza o político em uma situação vexatória, já que ele era visto como um dos principais culpados pela condição econômica do país, revelando o desejo de ver este político fora do poder. Delfim ficou conhecido por ser o mentor do governo na área econômica brasileira durante o período ditatorial. Promoveu um crescimento com a redução dos gastos do governo, o corte do crédito, o congelamento dos salários e a elevação das tarifas públicas, além de conceder incentivos às exportações e ao investimento estrangeiro no país. É autor da famosa frase: “primeiro deixar o bolo crescer para depois repartir”.¹⁵⁷

Os caricaturistas contemporâneos, liberados da censura externa, apresentam o cenário político com os atores principais, como pode ser verificado em algumas charges aqui expostas. Devido a constante exposição dos políticos nos meios de comunicação, que com poucos indícios de seus traços fisionômicos nos desenhos dos artistas são reconhecidos pela população, perdemos o significado da presença desses coadjuvantes, que permanecem a dar inesgotáveis olhares para a nossa história.

¹⁵⁷ FERREIRA, J; DELGADO, L. 2003. Op. Cit., 2003.



OE, 09/04/1984, p. 4



OE, 07/12/1983, p. 4

A charge que apresentava Tancredo Neves como tema, na edição do dia 9 de abril, expunha exatamente como esse político se colocou com relação as *Diretas*, um impasse constante, ora apoiando claramente a campanha, ora esperando uma transição negociada com o governo do presidente Figueiredo. Com o título “Uma vez PP, sempre PP!”, justificava que o político nascido da direita será sempre do partido de direita. Tancredo aparece com expressão indecisa, com olhar

embaraçado, demonstrando não saber o que fazer. O político se tornou símbolo da campanha pelas *Diretas Já*, mas, segundo estudiosos do período, desde 1983, delinear-se duas orientações no PMDB, para superar os limites impostos pelo regime de acordo com a sucessão presidencial. Uma corrente liderada pelo presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, que defendia as eleições diretas e outra liderada pelo governador mineiro Tancredo Neves, pertencente a ala moderada do partido sempre demonstrou proximidade com o PDS, buscando o consenso e visando mais espaço para a atuação das oposições nas eleições indiretas.¹⁵⁸ A charge acima expõe de forma inteligente a posição titebeante de Tancredo.

Meses antes da votação, em dezembro de 1983, o personagem trazido pelo chargista foi o então presidente João Figueiredo, reconhecido pelos traços realçados pelo artista, como cabeça alongada, poucos cabelos e os óculos. Figueiredo apresenta um sorriso aparentemente cínico, e expõe sua opinião ao dizer “Pois é senhores: eu quero as diretas, mas a oposição também não quer!”. A charge refere-se novamente a dissidência do PMDB, que já pensava em possíveis negociações com o regime militar de acordo com a “transição democrática”. Jornais de todo o Brasil noticiaram a indecisão de uma ala peemedebista, liderada por Tancredo, que visava essa transação com o governo. Obviamente, Figueiredo nunca foi a favor das eleições diretas. Expôs diversas vezes sua opinião contrária, levando posteriormente a uma proposta de emenda alternativa a Dante de Oliveira, que previa eleições democráticas somente para 1988.

Ainda sobre a satirização de políticos, seus posicionamentos e atitudes de acordo com as eleições diretas, analisemos as imagens abaixo:

¹⁵⁸ BERTONCELO, E. Op. Cit.



OE, 15/02/1984, p. 4



JSC, 15/03/1984, p. 20

Com o título “Festa pelas diretas abre o carnaval”, a charge do dia 15 de fevereiro, traz dois personagens. A primeira, uma mulher com fisionomia irritada adverte o homem enfermo, com a seguinte exclamação: “Está vendo. Não te avisei que este ano você não poderia ir ao baile fantasiado de Maluf!”. O segundo, um homem, todo enfaixado, se encontra deitado em uma cama de hospital, provavelmente devido a

confusão que se envolveu e a conseqüente surra que levou, por estar fantasiado de Maluf durante o carnaval.

Como já exposto anteriormente, o carnaval de 1984 foi uma festa bastante politizada, onde as principais figuras políticas brasileiras se tornaram temáticas nos blocos de rua e nas escolas de samba. Paulo Maluf, um político polêmico desde o início de sua carreira, consolidada durante a ditadura militar, se tornou um dos principais postulantes do PDS à sucessão presidencial. O deputado federal de São Paulo oficializou sua candidatura no partido em janeiro daquele ano, e sempre se colocou contrário a Emenda Dante de Oliveira e à campanha por eleições diretas.¹⁵⁹ Ao mesmo tempo em que sua candidatura crescia dentro do partido, perdia apoio popular devido as suas declarações negativas sobre o retorno a democracia em 1984.

Já na charge do *JSC*, novamente as amigas Siri Rica e Siri Gata dialogam a respeito dos políticos brasileiros envolvidos na sucessão presidencial. A conversa inicia quando uma delas expõe: “Sabias que troquei de homem? O Maluf pelo Aureliano?!” A segunda, portando a bandeira dos Estados Unidos, responde: “Pois eu pulei fronteiras: meu coração agora pulsa pelo Gary Hart. Lá sim a coisa é direta e já!”. A charge aborda um assunto bastante discutido pela imprensa desde 1983. A disputa interna do PDS pela concorrência presidencial levou a divisão do partido em três candidaturas: Paulo Maluf, como já citado acima, o Ministro do Interior, Mario Andreazza, e a do vice-presidente Aureliano Chaves. Aureliano, diferente dos outros dois, tinha como estratégia se apresentar como um dissidente “moderado” e tinha por objetivo atrair os setores sociais e políticos descontentes com o governo federal e com o regime militar. Afirmava ainda ser favorável a eleição direta para todos os cargos majoritários, mas defendeu a legitimidade do Colégio Eleitoral. A resposta da segunda personagem também está associada a um fato político nos Estados Unidos, ocorrido com o senador norte-americano Gary Hart, envolvido em um escândalo extraconjugal.

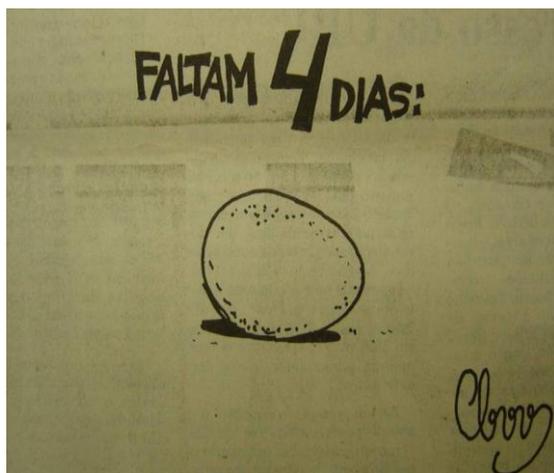
Ao analisarmos as charges já expostas, percebemos que é por sua característica humorística que esta se consolida como uma produção crítica e dissertativa. Através do humor, “a charge destrona os poderosos e busca revelar o que está oculto em fatos, personagens e ações políticas”.¹⁶⁰

Às vésperas da votação da emenda, os jornais intensificaram o noticiário sobre as manifestações políticas e culturais das *Diretas*. A

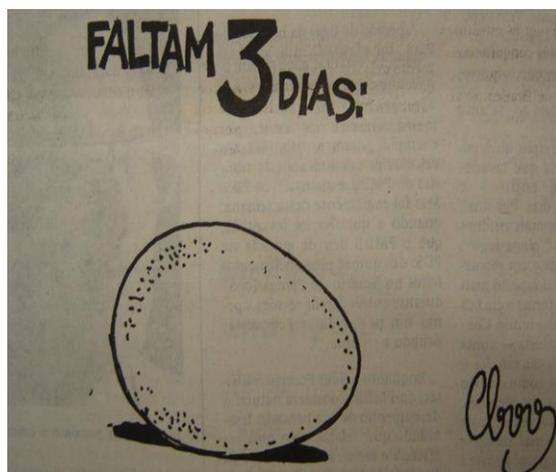
¹⁵⁹ Ibid, p. 118.

¹⁶⁰ Ibid, p. 45.

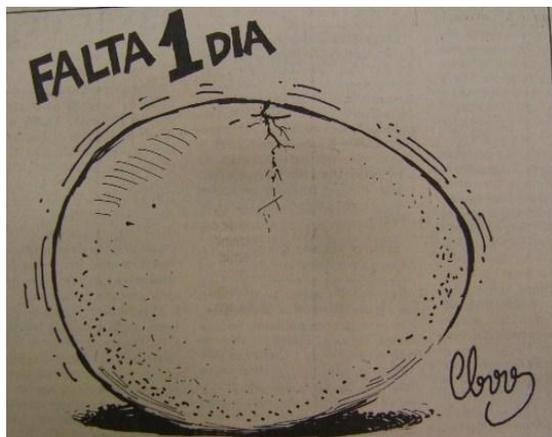
pressão sobre os políticos com voto ainda incerto e a organização de eventos nos estados, aumentaram as expectativas da população, como se percebe nas charges a seguir:



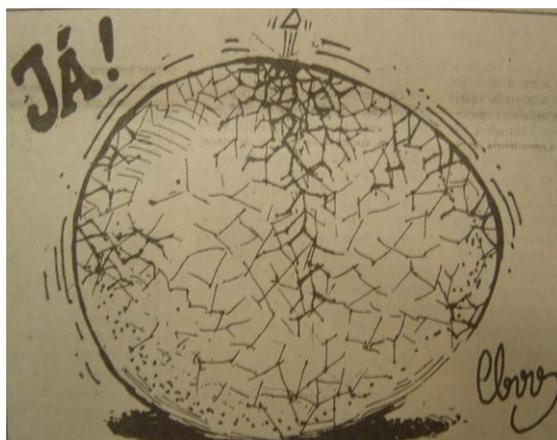
OE, 21/04/1984, p. 4



OE, 22/04/1984, p. 4



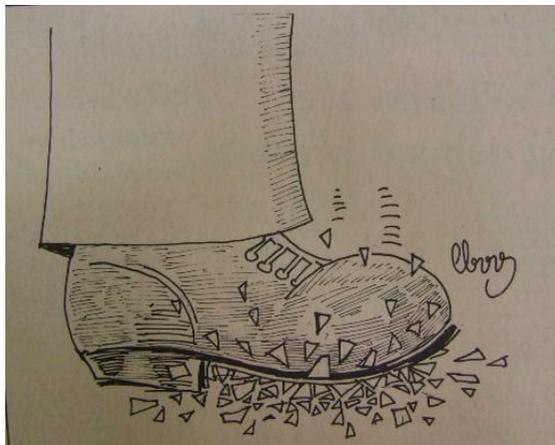
OE, 24/04/1984, p. 4



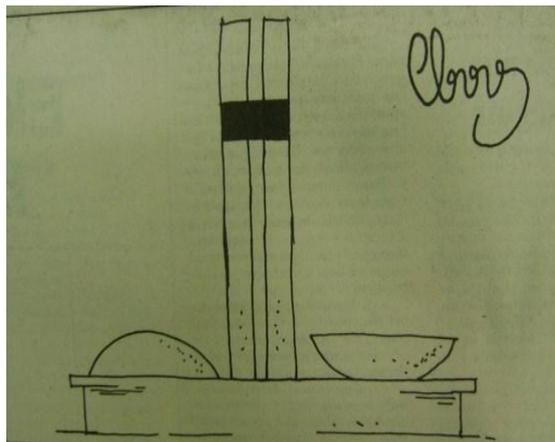
OE, 25/04/1984, p. 4

Nos dias que antecederam o tão esperado 25 de abril, as charges expostas no *OE* representadas pelo desenho de um ovo, mostravam o nascimento de algo, uma expectativa diária para os leitores do jornal. É interessante perceber a evolução desse ovo, que, durante quatro dias, foi retratado nas charges através de um crescimento do seu tamanho. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, a metáfora consiste em apresentar uma ideia sob o signo de outra ideia mais evidente ou mais conhecida, o que permitiria, então, a produção de mensagens de alto poder comunicativo, capazes de sintetizar argumentos complexos e fazê-los

chegar aos olhos do público com rapidez e eficiência.¹⁶¹ Estando prestes a ser chocado, o nascimento foi frustrante, o ovo não vingou, não no momento esperado por todos que se envolveram e que acreditaram na campanha das *Diretas* como sinônimo de esperança e de retorno a democracia. As charges que se seguiram após a votação no Congresso demonstram esse sentimento de decepção:



OE, 26/04/1984, p. 4



OE, 28/04/1984, p. 4

¹⁶¹ MOTTA, R. 2004. Op. Cit., 2004.

As charges acima traduzem o desapontamento por aqueles que depositaram suas expectativas na aprovação da emenda. O ovo “chocado” por meses, desde o início da campanha, acordou pisoteado por pés humanos no dia 26 de abril. Esta é uma imagem que só se torna inteligível, se acompanharmos as notícias que percorreram os jornais de todo o Brasil e as charges que a precederam.

Rejeição da Emenda Dante gera protestos no interior do estado.

Em Blumenau, a oposição ocupou o dia de ontem para manifestar seu repúdio à rejeição pelo Congresso Nacional, da Emenda Dante de Oliveira. Na Câmara, o PMDB participou durante toda a sessão portando tarjas pretas em sinal de luto. Em nota oficial distribuída à comunidade, a Juventude Socialista do PDT de Blumenau despejou ácidas críticas aos deputados que votaram contra a Emenda, considerando o ato “de covardia e banditismo”.¹⁶²

Na charge do dia 28 de abril, a imagem que traz uma tarja preta sobre o desenho do Congresso Nacional provoca no leitor a ideia de luto, vivida por grande parte dos brasileiros e ocasionada pelos deputados que votaram negativamente, se abstiveram ou se ausentaram. As charges publicadas no jornal *A Notícia* nesse mesmo período, traduzem igualmente a sensação de revolta popular pelos políticos contrários a emenda, como pode ser observado a seguir:

¹⁶² *O ESTADO*, 27/04/1984, p. 5.



AN, 25/04/1984, p. 2



AN, 26/04/1984, p. 2

A crítica que aparece na charge do AN publicada no mesmo dia da votação da emenda, traz novamente como panorama o Congresso Nacional, ao fundo da imagem. Mais a frente um personagem observa o prédio de longe e apresenta o seguinte comentário: “Qualquer um tem o direito de ser contra as diretas. Só que todo mundo também tem direito de ser contra eles na próxima! E eles sabem disso...”. A fala do homem

está associada a declaração de políticos que afirmaram ser contra a emenda, mesmo antes do dia 25 de abril. Como a votação foi aberta, tornou-se acessível à imprensa e ao público, o nome e o voto de todos os deputados federais. Em pouco tempo, o povo brasileiro já conhecia o nome e o posicionamento dos parlamentares, gerando protestos em todo o país.

A crítica do dia 26 de abril, também vem no sentido de condenar os políticos, de acordo com o resultado da votação. A charge traz dois personagens com fisionomia descontente. Novamente o assunto é sobre a emenda por *Diretas*, votada no dia anterior. Segundo um deles: “Depois dessa, vai ter muito deputado que não se elege mais nem pra síndico do prédio onde mora, né?”. O outro apenas pensa e não apresenta resposta, mas demonstra profunda insatisfação, de acordo com os traços do chargista.

Ainda em decorrência sobre a votação da Dante de Oliveira, o *JSC* traz novamente os comentários irônicos de suas personagens já conhecidas pelos leitores, como mostra abaixo:



JSC, 27/04/1984, p. 20



JSC, 28/04/1984, p. 20

Nas charges acima, Siri Rica e Siri Gata aparecem dialogando sobre a emenda, expressando no dia 27 de abril a tristeza pelo resultado. Com a mensagem “E fez-se o pesadelo... Aqui as Diretas Já(z)”, incita a perda de algo muito desejado, pois a palavra “jaz” denota a ideia de morte, neste caso, das *Diretas*. Num cenário que remete a um cemitério, com uma cruz no meio trazendo essa mensagem e diversas outras cruzes ao fundo, as duas seguram lenços pretos que lembram luto, secando lágrimas e lamentando-se pela não aprovação no Congresso. Já na imagem ao lado, o diálogo recorre ao episódio veiculado nos jornais sobre a ausência de três deputados catarinenses Epitácio Bittencourt, João Paganella e Nelson Morro, todos do PDS. Com a cena ao fundo do Congresso Nacional, perceptível pelos já conhecidos traços, Siri Rica inicia a conversa cochichando para a amiga: “Nem sabes quem encontrei escondidos no banheiro do Congresso na hora da votação da Dante...” A Siri Gata, então, questiona: “Quem?!”. Novamente a primeira replica: “Os tais três ausentes”. Uma crítica evidente àqueles que tiveram a oportunidade e não optaram pelo retorno a democracia eleitoral imediata.

Por meses, essas personagens apareceram com frequência no *JSC*, questionando a política e os políticos no Brasil e, em especial, sobre a campanha por eleições diretas. De acordo com isso, Bertonecelo mostra que uma das relações intertextuais possíveis é a charge com a própria charge. “Quando um assunto importante é focado por alguns

dias, a tendência é de que haja não só um acompanhamento desse assunto nas notícias, mas também nas charges”.¹⁶³ Sendo assim, as charges anteriores funcionam como intertexto da charge do dia seguinte, pois contribuem para a formação do contexto indispensável à interpretação desta.

Ainda que não tenha obtido o sucesso almejado em 1984, o movimento *Diretas Já* foi um indiscutível fato histórico. Primeiro porque promoveu uma “bagunça” das cartas postas em jogo para a sucessão de Figueiredo. Foi também o grande momento do retorno da capacidade de intervenção da sociedade organizada sobre a política institucional, propiciando um novo ciclo de mobilizações e de incorporação de novos atores sociais ao processo político.

O resultado negativo no Congresso não representou apenas o adiamento do pleito presidencial por cinco anos. Representou também o fim da pauta trazida à cena pública pelos novos sujeitos que se mobilizaram em torno dela. Por fim, representou a derrota da tentativa de romper com o legado institucional estruturado pelo regime militar. O Colégio Eleitoral ainda resistiu, elegendo mais um Presidente do Brasil. Novamente recorremos a análise de Florestan Fernandes para compreender que a “transição democrática” proposta pelos militares e pactuada com a oposição moderada, conseguiu encaminhar sua programação montada para servir aos interesses das classes dominantes.¹⁶⁴

É a partir desse contexto histórico, que analiso as charges publicadas posteriormente à votação, que dialogavam sobre o rumo da transição política do país, como as que aparecem a seguir:

¹⁶³ BERTONCELO, E. 2007. Op. Cit., p. 90.

¹⁶⁴ FERNANDES, Florestan. *Nova República?* 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 124.



OE, 01/06/1984, p. 4



OE, 20/06/1984, p. 4

A charge do dia primeiro traz como personagem o já conhecido na política brasileira e nas charges jornalísticas da época, Tancredo Neves, que se transformou na figura central da abertura política de 1985. Com o anúncio “O diretista colegista é parlamentarista juramentado: Tancredo!”, pela proximidade da data e pelos dizeres, a sátira é referente ao processo sucessório do governo militar a um governo civil, após mais de vinte anos. Tancredo aparece na charge vestido de criança, com gravata borboleta e lancheira, semblante tímido e aparentando inocência. A palavra “diretista” faz alusão ao movimento *Diretas Já*, onde o político se destacou na campanha, não só em Minas Gerais, mas

também, em todo o Brasil, participando de comícios, inclusive em Santa Catarina. Além de tentar demonstrar à opinião pública que estava engajado na campanha, buscava também acumular apoio político para ampliar o espaço das oposições e o dele próprio, prevendo a possível não aprovação da Emenda da Dante de Oliveira no Congresso e pensando numa eleição via Colégio Eleitoral.

Quando o chargista nos apresenta os termos “colegista é parlamentarista juramentado”, compreendemos que se trata do processo que levou este político a Presidência da República, mesmo não assumindo seu cargo, devido problemas de saúde. Por ter se notabilizado como político moderado, Tancredo conseguiu unificar as várias vertentes da oposição aos governos militares após 1964, na medida em que se tornara clara a impossibilidade se serem realizadas eleições diretas.

A outra charge, publicada no dia 20 de junho, faz novamente uma crítica à forma como acontecia a discussão em torno da “transição democrática”. Com o título “Lançamento do Tancredo”, naquele mês o governador mineiro foi cogitado como candidato a presidente através da eleição do Colégio Eleitoral, ou seja, por via indireta. A charge traz outro personagem, parecendo estar vestido de militar e aciona o canhão que levará Tancredo rumo a Presidência. Com a frase “Que tal lançá-lo para candidato ‘único’ em Marte!”, de forma bastante irônica, este político é retratado na imagem somente com a cabeça à mostra, na ponta do canhão. Ao pensarmos no arranjo da charge, podemos concluir que quando a imagem e o texto integram uma composição, ambas as formas não funcionam como suportes um do outro. A imagem não é mera ilustração e o texto não é simples legenda. Os dois elementos, ao se comunicarem pelo texto e pelo visual, possibilitam alcançar o sentido desejado pelo autor, conferindo a essa produção artística uma forma única de se fazer.

Ainda sobre o contexto que a charge se insere, o projeto de abertura dos militares contemplava a hipótese da passagem do poder a um civil. Entretanto, firmava-se como candidato por indicação, o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, político que encontrava ampla rejeição na imprensa, entre a população, nos meios políticos e no próprio partido PDS. Aumentavam assim, as chances de vitória da oposição. A escolha de Tancredo Neves serviu para clarear o ambiente, mas sem passar despercebido pelas críticas, inclusive dentro do seu próprio partido. Em cumprimento às disposições legais, o Colégio Eleitoral reuniu-se no dia 15 de março de 1985. O governador de Minas Gerais concorreu como candidato da Aliança Democrática, formada

pelo MDB e pela Frente Liberal, que indicou José Sarney como vice. Essa chapa registrou expressiva vitória, derrotando o candidato pedessista Paulo Maluf.¹⁶⁵

A charge revela-se como um traço da história, na medida em que capta o ocorrer do processo no seu acontecer. De forma sagaz, sintetiza o fato transmitindo às futuras gerações o modo de ver, pensar, definir de uma época, que se modifica com o passar do tempo. É como denúncia de seu tempo que a charge política encontra sua especificidade, pois sua força está em revelar as fissuras de um dado contexto no seu acontecer. Mas ela é transitória, instantânea. Sua ação permanece viva até que outra situação se estabeleça. As conjunturas são moveções, a política e os políticos estão em constante movimento e é nessa dinâmica que transita a charge.

2.1.1 Sessão Mural e a opinião do leitor

Sabe-se que dentro da estrutura jornalística, ao receptor das informações também é destinado um espaço para emissão de suas opiniões sobre aquilo que é vinculado nos jornais. Sem dúvidas, o leitor deveria constituir o principal foco da atenção daqueles que produzem as notícias, já que é em função deles que os profissionais de imprensa decidem o que divulgar. Em grande parte dos periódicos, o espaço destinado a opinião dos leitores é a carta, recurso utilizado para expressar seu ponto de vista.¹⁶⁶ No *O Estado*, jornal de maior veiculação em Santa Catarina no período estudado, um novo recurso visual foi empregado como estratégia para o fortalecimento da campanha *Diretas Já*. Abrindo espaço para pessoas que não fazem parte do cotidiano do jornal, no mês de janeiro de 1984, *OE* propõe em uma de suas colunas chamada Mural, um concurso de charge, cartum, caricatura ou ilustração sobre as eleições diretas. O colunista lança a campanha fazendo um apelo, mostrando que “todo bom artista deve ter consciência da realidade desse país abandonado a sua própria sorte”¹⁶⁷ e termina seu convite pedindo a colaboração dos cartunistas interessados.

¹⁶⁵ MEYER, Marlyse; MONTES, Maria Lucia. *Redescobrimo o Brasil: a festa na política*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

¹⁶⁶ MELO, J. 2003. Op. Cit., p. 173.

¹⁶⁷ *O ESTADO*, 13/01/1984, p. 22.

Em todo o Brasil, a participação de artistas plásticos, compositores, intérpretes, artistas de TV e esportistas, se tornou fundamental para pedir apoio as *Diretas*. Em Santa Catarina, não houve nenhum movimento expressivo de artistas engajados diretamente na campanha, segundo os jornais pesquisados, mas essa coluna chama a atenção pelo envolvimento de personalidades catarinenses, como é possível observar abaixo:



OE, 13/01/1984, p. 22

O concurso inicia com a arte do catarinense Ernesto Meyer Filho, que expõe um de seus galos, símbolo presente em grande parte de suas famosas pinturas, num processo de eleição direta. Com mensagem objetiva, o personagem acima, metade homem, metade galo, levanta uma placa escrita “Eleições Diretas” e na outra mão segura o voto que leva em direção a urna. Meyer Filho foi um importante artista catarinense, destaque para suas obras plásticas, mas visto aqui como artista gráfico, que contribuiu significativamente para a cultura da cidade com seus signos e símbolos. Nascido em Itajaí em 1919 e um dos precursores do modernismo no estado, ficou conhecido por tematizar em seus quadros, seres híbridos e personagens fantásticos. Exemplos disso

são os coloridos galos exibidos em suas obras, como podemos ver a seguir:



Meyer Filho era um autodidata que aprendeu pintura, desenho e história da arte através de leituras diversas, exposições e visitas a museus. Como um dinamizador cultural da época, foi fundador e presidente do Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis (GAPF), organizando no final da década de 1950 os dois primeiros salões de arte moderna de Santa Catarina. Foi também ilustrador e integrante da *Revista Sul*, editada pelo grupo que liderou o movimento de arte moderna no estado entre as décadas de 1940 e 1950. Em 1960 expôs seus trabalhos em galerias e museus brasileiros e sul americanos, tendo suas obras em coleções no Brasil e exterior. Até hoje seu universo criativo tem servido de inspiração para inúmeros trabalhos no teatro, música, fotografia e artes plásticas.

Em homenagem ao artista que faleceu em 1991, o espaço reservado as artes catarinenses da Assembleia Legislativa de Santa Catarina passou a chamar-se, desde 1999, *Galeria de Artes Ernesto Meyer Filho*. Para preservar ainda mais suas obras, desde 2004 o acervo pertencente a família é exposto permanentemente no *Memorial Meyer Filho*, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em parceria com a Fundação Franklin Cascaes. O Memorial está localizado no Centro Cultural, na capital catarinense.¹⁶⁸

¹⁶⁸ Para maiores informações sobre a vida e obra de Meyer Filho, ver: <http://www.meyerfilho.org.br>

Após o sucesso da obra de Meyer Filho no jornal *O Estado*, nas duas semanas seguintes a coluna prossegue com uma nova arte de outro catarinense, como mostra abaixo:



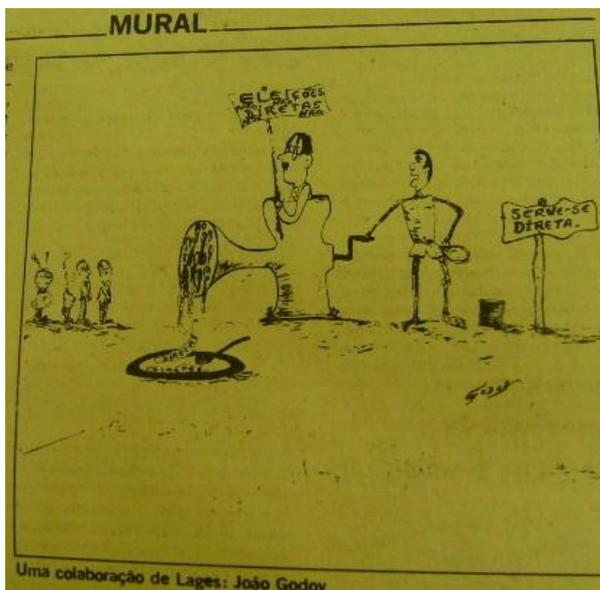
OE, 27/01/1984, p. 32

O jornalista, artista plástico e cartunista João Batista Guedes, também se manifesta em prol das *Diretas*. Guedes ilustra um personagem que sorri ao olhar em direção a cédula escrita “voto direto”. “Essa é a nossa arma!”. A expressão voto como “arma” é simbólica, demonstra que temos uma artilharia política em mãos, só é preciso utilizar com consciência, já que possuímos esse poder de mudança. Por essa “arma”, milhões de pessoas ocuparam as ruas, já que esse era um direito ainda não disponível aos cidadãos brasileiros no ano de 1984.

JB Guedes nasceu em Tubarão, Santa Catarina, no ano de 1954 e ainda hoje atua como jornalista na cidade. Começou sua carreira fazendo desenhos, charges e reportagens, tornando-se posteriormente, diagramador e editor de jornais e revistas. É jornalista por formação no mercado, tendo iniciado sua trajetória profissional aos 18 anos, viajando ao Rio de Janeiro e publicando seus primeiros cartuns em *O Pasquim*. Em seguida, começou a publicar no *Jornal de Santa Catarina* (Blumenau) e depois na *Folha da Manhã* (Porto Alegre). Trabalhou também como repórter no jornal *O Estado* (Florianópolis), *Jornal de*

Santa Catarina e A Notícia (Joinville). Mais tarde se tornou sócio do semanário *Jornal da Cidade* e depois editor-chefe do *Diário do Sul*, ambos de Tubarão. Atualmente possui uma empresa de assessoria de comunicação em sua cidade natal.¹⁶⁹

Após a exposição de ilustrações produzidas pelos dois artistas acima, novamente a coluna Mural é preenchida pela arte catarinense, tendo como lema as eleições presidenciais no país, como podemos observar abaixo:



OE, 03/02/1984, p. 16

Nessa ilustração, feita por João Godoy¹⁷⁰, artista lageano, destacam-se diversos elementos, que juntos, tornam a imagem inteligível. No canto direito, uma placa que anuncia “serve-se direta”, como se alguma coisa estivesse sendo oferecida. Ao lado, encontramos o desenho de algo que possivelmente é um moedor de carne, que suga um homem com a bandeira das eleições diretas, manejada por outro personagem que gira a maçaneta. Os restos moídos são despejados num prato, formando aos poucos a palavra “diretas”, que cai ao lado da

¹⁶⁹ Informações obtidas através de contato via e-mail com o jornalista e filho de JB Guedes, Gabriel Zanin Guedes. www.gabrielguedes.com.br

¹⁷⁰ Não foi possível encontrar referências em livros e internet sobre o artista João Godoy.

colher. Mais ao fundo, encontramos quatro personagens, não identificados a olho nu. Podemos supor que eles apenas observavam a cena à distância ou até mesmo, aguardavam sua vez de entrar no moedor de carne, pela expressão assustada de alguns deles. Essa imagem aparenta complexidade por apresentar detalhes mínimos, mas é passível de interpretação quando a contextualizamos, em especial, pelas palavras emblemáticas que nos remetem ao movimento *Diretas Já*, que tomava fôlego naquele momento.

Esse concurso dura pouco tempo no *OE*, mas produz imagens interessantes, que servem de inspiração para essa dissertação, tanto na revalorização desse tipo de fonte para a historiografia quanto na busca por compreender e recuperar parte do pensamento de uma época sobre determinado tema.

A notabilidade e credibilidade da campanha *Diretas Já* foram de tamanha importância para a história do Brasil e seu significado histórico do movimento foi muito além dos resultados político-institucionais imediatos. Durante quatro meses, milhões de brasileiros foram às ruas, ocuparam as praças, vestiram a camisa da democracia, num conjunto de gigantescas manifestações. Mesmo presa à uma dinâmica institucional, isto é, a votação no Congresso Nacional da Emenda Dante de Oliveira, a campanha ultrapassou as expectativas e mobilizou os mais amplos setores da sociedade civil.

Portanto justifica-se pensar a importância do uso das charges e demais imagens humorísticas para as leituras dos fatos históricos, de uma maneira diferente, através da satirização, reportado no humor das charges, podemos compreender como foi observado o movimento das *Diretas Já*. Desta forma abarcamos a ideia de que a charge, embora traga o riso para alguns ela pode trazer ódio para outros, já que se trata de uma arma política.

2.2 As propagandas impressas

A segunda metade do século XX foi o período em que houve a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando as temáticas e os objetos, bem como a utilização de variadas fontes. Foi a partir desse momento, que a força das imagens se concretizou. Segundo Pesavento, “mesmo tão antigas quanto a presença

do homem na terra, as imagens são ainda consideradas um campo relativamente novo no âmbito da História”.¹⁷¹ Jornais, fotografia, cinema, charges, outdoors, propagandas, revistas, panfletos, revistas em quadrinhos, dentre outros meios de comunicação audiovisuais, passam a circular na sociedade na dinâmica da relação produção/ consumo.

Durante certo tempo, o estudo da propaganda esteve dominado pelo campo do jornalismo. Em história, esse estudo vem sendo ampliado recentemente, visto que a contemporaneidade está bastante marcada pela presença da imagem na composição do saber e dos valores. As imagens, quando contextualizadas à época, representam a vida social e reproduzem determinadas realidades. Considerar a propaganda como fonte histórica, é pensá-la como possibilidade de trabalho com linguagens que não estejam somente no campo do verbal ou escrito.

A elaboração da propaganda passa por um conjunto de características linguísticas específicas e organiza suas mensagens propondo valores e ideais, indicando uma interação social pela linguagem, que não se limita somente ao código verbal. A disposição das palavras e imagens num texto publicitário pode atribuir diversos graus de interesse à mensagem a ser transmitida para o público desejado. Além de informar e buscar o convencimento, a propaganda quebra as regras do texto convencional, criando novas realidades a serem reproduzidas. Como afirma o estudioso Antônio José Sandmann:

A linguagem da propaganda se distingue, por outro lado, como a literária, pela criatividade, pela busca de recursos expressivos que chamem a atenção do leitor, que o façam parar e ler ou escutar a mensagem que lhe é dirigida, nem que para isso se infrinjam as normas da linguagem padrão ou se passe por cima das convenções da gramática normativa tradicional e, em certo sentido, da competência linguística abstrata geralmente aceita.¹⁷²

A linguagem utilizada pela propaganda utiliza argumentos de convencimento e persuasão, buscando atrair a atenção do leitor e despertar desejos com relação ao seu produto ou a ideia que se quer passar. Mas, segundo o sociólogo brasileiro Gabriel Cohn, as

¹⁷¹ PESAVENTO, S. 2005. Op. Cit., p. 84.

¹⁷² SANDMANN, Antonio Jose. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 12.

propagandas não criam valores nem elaboram opiniões em nenhuma escala significativa: “elas refletem valores já dados, destacam o ponto de vista dominante, intensificam-nos e contribuem para a sua difusão”.¹⁷³ No que diz respeito a imprensa periódica, as propagandas também se articularam às novas demandas da empresa jornalística, que crescia no século XX. “A ilustração, com ou sem fins comerciais, tornou-se parte indissociável dos jornais e revistas e os historiadores incumbiram-se de transformá-la em outro fértil veio de pesquisa”.¹⁷⁴

Uma observação relevante sobre o uso de propagandas como fonte para a pesquisa é considerar a sua historicidade. A abordagem desses materiais publicitários buscando a interpretação do apelo à adesão a determinadas ideias e formas de pensar a sociedade, tem importante valor na compreensão de uma época. Trata-se das ideias que estabelecem um duplo movimento com a propaganda: as ideias que já existem e são aproveitadas e reforçadas como recurso para a obtenção de sucesso da mensagem publicitária, e que assim, reforçam as relações sociais, e as que ainda não existem, mas são criadas, disseminadas e modificam as relações sociais.¹⁷⁵ Nesse sentido, analiso alguns anúncios veiculados nos periódicos que tiveram maior circulação em Santa Catarina no ano de 1984, e que, ao lançar seus produtos e opiniões, fazem alusão a campanha por eleições presidenciais através de um referencial simbólico ligado ao movimento *Diretas Já*.

O aumento da mobilização que sustentava a campanha refletia-se na propagação de manifestações, que tiveram um importante significado político e cultural de contestação ao regime militar. As propagandas que circulavam nos jornais de todo o país, convidando a participar dos eventos pró diretas, registram o apelo promovido pelos comitês que buscavam o maior número possível de participantes. Em Santa Catarina, um cartaz em especial circulou no jornal *O Estado*, divulgando um grande comício na capital. Podemos observar melhor ao analisá-lo abaixo:

¹⁷³ COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 212.

¹⁷⁴ PINSKY, C. 2008. Op. Cit., p. 123.

¹⁷⁵ CERRI, Luis Fernando. “A Política, a Propaganda e o Ensino da História”. *Caderno Cedex*, Campinas, vol. 25, n.º 67, set/dez de 2005, pp. 319-331. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a05v2567.pdf>>

VAMOS ENCHER ESTA PRAÇA



DIA 29 DE MARÇO ÀS 17 HORAS.

O Brasil clama por eleições diretas para Presidente da República. Milhares de pessoas já manifestaram isso nas praças de outros estados.

Agora chegou a nossa vez. Santa Catarina também quer as diretas.

O Comitê Estadual Pró-diretas, com o apoio de 42 entidades representativas da Comunidade, convida você para esta manifestação supra-partidária.

Reúna seus familiares, vizinhos, amigos e venha para a Praça XV. Traga faixas, cartazes. Mostre sua força.

Canto, vibre, grite. A Democracia precisa de você.

SANTA CATARINA QUER VOTAR PRA PRESIDENTE

Com a presença de: Ulisses Guimarães, Lula, Doutor de Andrade e outros líderes políticos nacionais.

COMITÊ ESTADUAL PRÓ-DIRETAS



OE, 29/03/1984, p. 6

Com o título em destaque “Vamos encher esta praça”, a propaganda veiculada em março de 1984 e promovida pelo comitê estadual pró diretas, apresenta diversos elementos de importância para a compreensão da campanha. Inicialmente a foto em evidência mostra a mais famosa praça de Florianópolis, a Praça XV de Novembro, lugar de grandes acontecimentos regionais e local escolhido para receber o maior comício pelas *Diretas Já* realizado até então no estado. A praça aparece vazia, dando impacto ao leitor de forma intencional, sugerindo que ela seja ocupada pela população no dia e hora anunciados no cartaz. Mais abaixo, o texto complementa as informações sobre o comício ao anunciar que “O Brasil clama por eleições diretas para Presidente da República. Milhares de pessoas já manifestaram isso nas praças de outros estados. Agora chegou a nossa vez. Santa Catarina também quer as diretas”. A campanha trouxe consigo novos espaços de confrontação política e as praças públicas se tornaram local obrigatório e de identidade para os comícios em todo o Brasil.

Na mesma propaganda, ao lado do anúncio, encontra-se em destaque o nome dos políticos convidados para o comício na cidade, que se tornaram símbolo da campanha no país, como Lula (presidente do PT), Ulysses Guimarães (presidente do PMDB) e Doutel de Andrade (presidente do PDT). Mais uma vez, a presença de personalidades políticas de cunho nacional dava fôlego a campanha, com a finalidade de legitimar e convencer a população a apoiar o movimento, demonstrando um amplo apoio societário as eleições diretas. A propaganda concluía dizendo: “Cante, vibre, grite. A Democracia precisa de você”. Evidentemente um anúncio convidativo, mas que apela ao popular quando coloca a responsabilidade na participação.

As manifestações populares foram registradas por jornais de todo o Brasil. A utilização de símbolos nacionais e elementos culturais do país também foram incorporados ao movimento, como pode ser verificado na propaganda que vem a seguir:

**VAMOS ELEGER DEMOCRATICAMENTE
O CLUBE MAIS QUERIDO DE SANTA CATARINA.**

O torcedor vibra, o torcedor veste a camisa, o torcedor quer votar. E vai!

O Jornal O ESTADO está fazendo uma promoção para eleger democraticamente o Clube mais querido de Santa Catarina.

Para isso, você só precisa preencher a cédula de voto que está na página esportiva d' O ESTADO, endereçar para a promoção "Clube mais querido", recortar e depositar nas urnas existentes nas lojas, sucursais ou bancas autorizadas ou remeter para a caixa postal 139.

Florianópolis.
Venha votar. Esta eleição é direta do coração do torcedor para a boca da urna.

O ESTADO

A cédula de voto está na página 139 do jornal O ESTADO

OE, 10/03/1984, p. 7

O futebol mostrou-se um importante espaço de discussão. Seus eventos, que concentravam e abrangiam uma gama ampla e diversificada de pessoas, davam visibilidade a manifestação política através do elemento de nossa cultura que é considerado “paixão nacional”. O futebol sempre foi visto como espaço despolitizado, lugar da alienação do povo. Mas as representações construídas em função das *Diretas Já* colocavam em cheque estas concepções do senso comum. Em algumas partidas de futebol, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, ocorreram diversas mobilizações favoráveis as *Diretas*. Jogadores, juízes de futebol, locutores esportivos e torcedores apoiaram a campanha publicamente, através de faixas, cartazes e discursos favoráveis.

Outras referências simbólicas para organizar a percepção do movimento foram emprestadas ao futebol. Nos estádios bem como nos comícios, a presença das massas era arrebatadora. As analogias eram evidentes. As representações advindas da experiência social do futebol também eram lembradas para traduzir o espetáculo das multidões em protesto.

Essa experiência também pode ser verificada em uma das propagandas veiculadas no jornal *O Estado*, que chama a atenção pelo seu título: “Vamos eleger democraticamente o clube mais querido de Santa Catarina”. No dia 10 de março o jornal lançava uma promoção para saber a opinião dos torcedores sobre o clube de sua preferência. A propaganda poderia passar aos olhos desatentos, se não fosse uma palavra emblemática em sua fala. A expressão “democraticamente” nos remete a soberania popular. Não uma soberania plena, em todos os níveis, mas o direito de todos os interessados na promoção, de poderem participar. A promoção destaca ainda a existência de cédulas que se encontram disponíveis no caderno esportivo do jornal e de urnas, espalhadas em lojas e bancas autorizadas. Novamente alegorias ligadas ao processo eleitoral reaparecem no jornal como forma de chamar a atenção do público para a participação. Na imagem, a própria bola com o distintivo dos times catarinenses aparece como urna, onde o eleitor insere sua cédula. A propaganda conclui com uma frase que não deixa dúvidas sobre essa relação: “Venha votar. Esta eleição é direta do coração do torcedor para a boca da urna”.¹⁷⁶ Dessa forma, o uso de um vocabulário simbólico, nos remete, inevitavelmente, às analogias.¹⁷⁷

¹⁷⁶ *O ESTADO*, 10/03/1984, p. 7

¹⁷⁷ RIOUX, J; SIRINELLI, J. Op. Cit., p. 351

Outra tradição presente na cultura popular brasileira também foi palco das manifestações por eleições presidenciais. A euforia registrada pela imprensa nacional e catarinense era predominante tanto na festa cívica dos comícios quanto na festa do carnaval. Como já mencionado no trabalho, o ano de 1984 foi, em grande parte do Brasil, o carnaval das *Diretas*. Foi o evento popular que mais correspondeu à discussão política em torno da campanha, sem que o humor e a irreverência ficassem prejudicados.

As *Diretas* transformaram-se no tema central da festa mais popular do país. Nunca um tema político ocupou tanto espaço no carnaval. O brasileiro aproveitou a visibilidade concedida por Momo para expressar seu desejo de votar para presidente, fazendo uso de paródias, alegorias e muito bom humor. Nem o peso da crise econômica que se abatera nos últimos dois anos foi suficiente para esmorecer os ânimos e a esperança no voto direto.¹⁷⁸

O carnaval das *Diretas* era, de fato, o que faltava para deixar claro o caráter de festa popular que havia assumido aquela reivindicação inicialmente destinada a fazer pressão sobre os políticos para aprovação da emenda. Nos próprios comícios, as fantasias, as caracterizações de políticos, as cores da bandeira brasileira, lembravam o modo festivo das manifestações. Segundo Napolitano de Eugênio:

Em Brasília saiu um bloco chamado “Pacotão” com o tema “Cai na real General”. Em Salvador o bloco “Panela Vazia”, usava as *Diretas Já* como tema do seu enredo. Diversos bailes carnavalescos tiveram como tema o *slogan* do movimento e a cor amarela como cor principal das fantasias.¹⁷⁹

A multiplicação desses protestos revelava a enorme penetração social alcançada pelo movimento pró *diretas*, fazendo da reivindicação pelo restabelecimento do voto direto o mote principal da luta coletiva de diversos grupos sociais. A imprensa catarinense registrou manifestações do carnaval por todo o estado e a influência da política nessa festa

¹⁷⁸ LEONELLI, D; OLIVEIRA, D. Op. Cit., p. 437

¹⁷⁹ EUGÊNIO, M. Op. Cit., p. 213.

movimento: “Monte na sua plataforma e venha gritar pelas ereções diretas”. A ideia de subir em uma plataforma e gritar por palavras de ordem lembram o panorama político do momento, quando parlamentares subiam aos palanques para declararem seu apoio e a importância do retorno das eleições diretas presidenciais. Apesar de a propaganda ser um evento ligado ao carnaval, que aparentemente não está relacionado a política, as palavras emblemáticas identificam um cenário favorável a campanha, que estava em pleno andamento no mês de março.

É importante destacar que diferente de outras colunas no jornal, como a charges e outras sessões que aparecem sempre nas mesmas páginas, as propagandas aqui analisadas não foram localizadas em nenhuma sessão específica. Algumas delas são propagandas de comícios, onde quem promovia era o comitê estadual pró diretas, outras eram promoções do próprio jornal. Outras ainda eram lançadas por empresários do ramo imobiliário, estas sim, geralmente encontradas na parte dos classificados.

A propaganda está sempre presente na vida cotidiana através dos veículos de comunicação, pois, as empresas visam, através desses meios, tornarem os seus produtos atrativos e assim propô-los para os consumidores de acordo com os sistemas de valores presentes na sociedade. Isso pode ser observado no anúncio abaixo, que não possui nenhuma relação direta com a campanha brasileira por eleições, mas que utiliza recursos linguísticos expressivos para se vincular ao momento histórico e assim, chamar a atenção do leitor.

**QUATRO PRESTAÇÕES
DIRETAS SEM EMENDA**

JÁ

*Compre o seu apartamento
na zona de praia do Bal.
Bela Vista Camboriú.
Prestações fixas - financiamento
direto em 4 vezes ao preço
à vista ou em quatro vezes
100% quinquê.*

*P.S. Ou se você preferir
também pelo sistema
Financiamento de Habitação*

EMPREENDIMENTOS
ITAIPU LTDA.
SABADOS
DOMINGOS
E FERIADOS

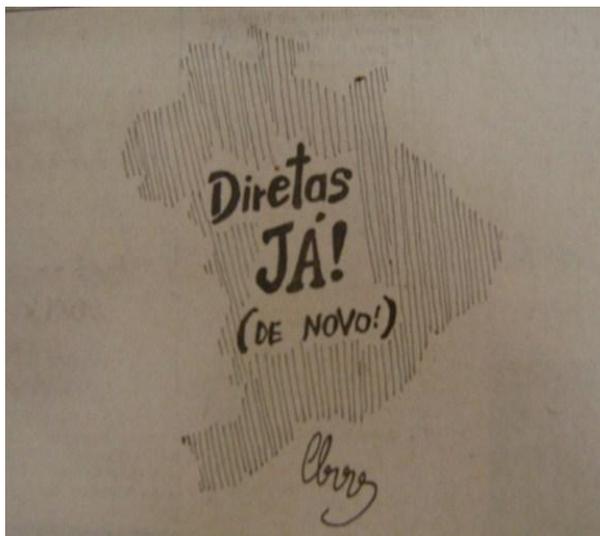
PROFESSORES e COLABORADORES
EMPREENDIMENTOS
ITAIPU LTDA. - Rua 1012
14 - Morada 1012 Bal. Camboriú

JSC, 22/04/1984, p. 22

A propaganda veiculada no periódico de Blumenau *JSC* se destaca entre tantas outras no caderno de classificados. Os Empreendimentos Itaipu Ltda. lançam um novo imóvel, que apresenta em letras garrafais o título “Quatro prestações diretas sem emenda Já”. O anúncio que oferece vantagens na compra de imóveis em Balneário Camboriú, poderia somente apresentar o produto com seus vários atrativos, mas para não se desprender do assunto recorrente dos jornais do período, utilizou palavras de identidade para atrair a atenção dos leitores. Esse é o gancho para a empresa se integrar ao ritual de identificação com o contexto. A propaganda se torna revoltante pelo oportunismo, visto que utiliza do plôitico para cunho econômico, da manifestação cívica ao interesse privado.

Os diversos órgãos formadores de opiniões, como os jornais, caracterizam-se como produtores de todo um conjunto de representações acerca da realidade. Ao analisar as charges e propagandas expostas nesse capítulo, entendemos que a imagem só responde e só faz sentido aos olhos dos leitores, quando é inquirida, porque se não há uma interlocução, ela nada fala, nada transmite.

Considerações finais – Que democracia é essa?



OE, 26/06/1984, p. 4

Verificamos que a utilização da imprensa como fonte, não se limita a pesquisar um ou outro texto isolado, mas antes requer uma análise detalhada sobre seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz da imprensa, fonte e objeto de pesquisa ao mesmo tempo. O jornal, como fonte histórica, continua sendo um vasto corpo documental para a pesquisa, abrindo amplas possibilidades para pensarmos a sociedade e suas relações. Não se limita a narrar os fatos, mas participa da produção da imagem que compomos da realidade e do cotidiano. Além de ser uma mina de conhecimento, o jornal expressa sua opinião e ideias, principalmente para um público alvo. Não é uma fonte imparcial e menos ainda uma fonte desprezível, porque a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social e o historiador precisa estabelecer um diálogo com os diversos personagens que atuam na imprensa de determinada época.¹⁸¹

¹⁸¹ CAPELATO, M. 1988. Op. Cit., p. 21.

O discurso jornalístico constrói e não apenas reproduz. Dentro de um jornal, encontramos diversos textos sobre um determinado assunto. Isso dá ao jornal um discurso pluralista, pois muitas vezes os textos possuem posições conflitantes. As fotografias, propagandas e charges se configuram como um deles, que se relacionam com os demais textos e recuperam sua intertextualidade, podendo se estabelecer com textos verbais, visuais, verbais e visuais conjuntamente. Por meio dessas linguagens que faziam alusão ao movimento, é possível recuperar momentos de luta, os ideais e os interesses dos diversos atores acerca da campanha, inclusive, os interesses da imprensa pela redemocratização do Brasil.

As imagens são importantes registros sobre um dado momento histórico, apontando o fato significativo de determinada época, e compõe, de certa maneira, um aspecto da personalidade do jornal. Por revelarem a tendência dos acontecimentos, as imagens sempre terão interesse e importância para o historiador.

O estudo das charges publicadas nos órgãos de imprensa nos oferece uma perspectiva interessante da época. A forma como os chargistas representavam as manifestações, os eventos e personagens, nos ajuda a compreender como as polêmicas do contexto foram vistas pelos contemporâneos. De modo geral, esses profissionais sintetizam ideias que faziam parte do debate político, apropriando-se de temas já presentes nos discursos verbais. A charge focaliza uma determinada realidade, geralmente política, fazendo uma síntese de um fato. Somente os que conhecem essa realidade entendem essa arte. É utilizada como um importante instrumento de revelação das transformações ocorridas na sociedade.

A partir dessas considerações, voltemos a charge acima e analisemos, de acordo com a realidade imposta após o dia 25 de abril de 1984. A imagem expressa uma visão otimista de que o Brasil continuava exigindo as eleições diretas, mesmo após a votação da Emenda Dante de Oliveira. Ainda que o Congresso Nacional não tenha conseguido o coro necessário, o PT e um grupo do PMDB, cada vez mais restrito, comprometeram-se a dar continuidade ao movimento. A agenda das *Diretas* não cessou e novas manifestações aconteceram em algumas cidades brasileiras. As organizações objetivavam oferecer respaldo à proposta oposicionista que estava em andamento no Congresso. A ideia era impedir que a emenda elaborada por Figueiredo, com eleições presidenciais somente em 1988, não fosse aprovada. Porém, sem alternativa de emenda em trâmite em curto prazo, as oposições viram

desfazer-se sua manobra. Eleição presidencial direta em 1984 não era mais possível.

A tradição brasileira de operar as mudanças que se fazem necessárias pela via da conciliação pelo alto, parecia se findar quando o movimento *Diretas Já* anunciava uma provável mudança, com o possível retorno da democracia eleitoral, apoiado amplamente pela população. Nesse caso, a continuidade do Colégio Eleitoral impôs a permanência de uma velha política, já conhecida pelos brasileiros.

A “transição democrática” foi definida pela ditadura através da política de distensão e de abertura. Ao final do regime militar, este teve que se adaptar às novas condições históricas, devido os efeitos da crise mundial e da dinâmica dos novos movimentos sociais. O fim do regime autoritário no Brasil foi viabilizado através de uma negociação, onde as forças que estavam no poder só permitiram sua democratização, quando as condições de retorno estavam absolutamente sob controle, sem o risco de rupturas radicais na sociedade brasileira.

É nesse momento que a oposição política, juntamente com o regime militar, viabilizam a transição política do país, através de uma eleição indireta, do primeiro governo civil após o período militar. Em 1984 foram realizadas eleições indiretas para Presidente da República, em que o candidato Tancredo Neves, do PMDB, foi eleito via Colégio Eleitoral. No entanto, em 15 de março de 1985 quem toma posse é o vice-presidente José Sarney, do então PDS.¹⁸²

Lançando um olhar para trás, mais precisamente vinte e cinco anos após o fim da ditadura e da campanha *Diretas Já*, nos perguntamos: Quanto avançamos nesse processo democrático? Quais foram as vitórias e derrotas? Foi aberto espaço para uma nova política no Brasil?

De acordo com a perspectiva de Florestan Fernandes, a quebra definitiva com o passado não se deu com o término formal da ditadura. Essa ruptura não veio com o movimento *Diretas Já*, nem com a “Nova República”, nem com a Constituinte de 1988. O novo governo que se seguiu pós ditadura foi, de certa forma, uma continuação do governo atual, já que representou um rompimento “amigável”.¹⁸³ Segundo o sociólogo, que reconheceu no movimento a real vitalidade do povo

¹⁸² Saído do PDS, partido fiel à ditadura, no ano anterior (1984) votara contra a emenda que propunha eleições diretas. José Sarney acabou tomando posse, pois Tancredo Neves foi internado com problemas de saúde, um dia antes de sua posse. Veio a falecer no dia 21 de abril de 1985.

¹⁸³ FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, p. 53.

brasileiro, a campanha foi uma oportunidade perdida diante da tarefa histórica de romper com a “transição lenta, gradual e segura”.

Para Florestan e muitos que viram a campanha se reavivar e espalhar esperanças pelo Brasil, os votos que faltaram para aprovar a emenda jamais chegariam, posto que estavam nas mãos dos donos do sistema, do qual não abririam espaço. Contudo, não puderam impedir a imensa mobilização que se viu pelo país em torno do desejo maior: a redemocratização. Para ele, a campanha *Diretas Já* “forneceu uma radiografia política da sociedade brasileira”.¹⁸⁴

É necessário ponderar que a democracia exigida pelos manifestantes, não necessariamente era a mesma planejada por quem estava ou desejava o poder. A agitação que se viu no país a partir das décadas de 1970 e 1980 entre os diversos setores da sociedade civil evidencia o grau de organização desses grupos e de movimentos sociais, que desejavam interferir decisivamente no processo de construção da nova democracia. Embora a redemocratização fosse o ponto comum que unia estes setores como objetivo a ser alcançado, havia evidentes diferenças sobre a forma de alcançá-la e o conteúdo que esta teria. Seria ingenuidade pensar que a democracia, que viria logo após a ditadura, seria plena em todos os níveis. Sabia-se que não bastava somente aprovar a emenda para voltarmos, automaticamente, ao regime democrático pré golpe de 1964. Apesar de desgastado, o Estado tinha o poder de negociar com os partidos interessados nessa transição.

Florestan foi um dos maiores críticos à chamada “Nova República” e um dos questionadores mais incisivos sobre os ganhos democráticos que ela traria. Para ele, apesar da abertura política, o que aconteceu foi o não rompimento das composições que, inicialmente, geraram a ditadura e, sem seguida, a transição conservadora. O sociólogo vai mais além, e mostra que a recente República não combateu de frente a ditadura, ao contrário, foi conivente com muitos de seus atos. No caso do Brasil, diferente da realidade na Argentina pós redemocratização, foi difícil “enterrar” o assunto e partir para uma democracia plena, já que houve impunidade para os envolvidos no golpe e no período chamado Estado de Segurança Nacional.

Refletindo ainda sobre as proposições de Florestan Fernandes de acordo com a nascente democracia pós 1984, era preciso pensar nos rumos que a Nação tomaria com relação a lei fundamental e suprema do país. Os debates que tomavam conta do Brasil no contexto da transição dialogavam sobre a forma que a democracia assumiria no país. A

¹⁸⁴ FERNANDES, Florestan. *Nova República?* 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 22.

Constituinte passou a ser vista como uma oportunidade para os diferentes setores da sociedade apresentarem sua visão de mundo. No entanto, os conflitos em torno da Assembleia Nacional Constituinte tornaram os avanços difíceis, visto que os partidos, favoráveis ou não ao Governo, apresentaram propostas diversas, inclusive com contradições internas, no caso do PMDB.¹⁸⁵

Motivados pelo reavivamento das mobilizações na década de 1970, que culminaram no amplo movimento pelas eleições diretas, a esquerda vislumbrava na Constituinte a possibilidade de uma espécie de renovação do país, ao passo que a direita desejava o mínimo de mudanças possíveis, não correndo o risco de perder o poder. A Constituição de 1988 passou a ser o principal instrumento de disputa das forças políticas na conjuntura que se seguiu pela redemocratização. Sob o clima de muitos debates sobre o futuro da nova Carta, foi eleita, ao final de 1986, uma Assembleia Nacional Constituinte. O início dos trabalhos girou em torno da eleição dos deputados constituintes e dos poderes a eles atribuídos. Por comporem a maioria na ANL, os conservadores impediram que questões centrais para a efetiva democracia da República Brasileira fossem conquistadas.

A Constituição de 1988 avançou no sentido de garantir diversos direitos aos trabalhadores (seguro-desemprego, a participação dos empregados nos lucros, a redução da jornada de trabalho para 44 horas, a criação do adicional de 1/3 do salário para as férias anuais, a instituição da licença-paternidade, a garantia de proteção aos dirigentes sindicais, a ampliação do direito de greve, entre outros), mas sabemos que a Carta aprovada não é aquela que corresponde aos problemas históricos do Brasil. Temas inquietantes como a reforma agrária e os privilégios de alguns setores da sociedade foram tocados, mas não resolvidos.

O resultado final dessa “transição democrática” foi a conquista de uma Constituição promulgada, mas conservadora, que obteve conquistas que podem servir como ponto de partida para uma nova revisão constitucional, que resolva, de fato, problemas cruciais em nosso país. Essa foi a Carta Magna mais democrática que o Brasil já elaborou, conhecida na época como a Constituição Cidadã, por proteger os interesses do povo brasileiro contra o arbítrio, o casuísmo e o autoritarismo, assegurando a igualdade, liberdade, justiça e a alternância de poder.

¹⁸⁵ FERNANDES, F. 1989. Op. Cit.

Ainda assim, o que a maior parte da população esperava com a abertura política era a democracia. No entanto, o que se viu foi um retorno mais lento do que se esperava, com os espaços sendo ocupados por forças hegemônicas, seja através do controle do Estado, seja pela disputa entre grupos da sociedade civil. José Marques de Melo também expôs sua visão com relação ao processo de transição política. De acordo com suas percepções:

A transição em curso, portanto, continua a ser processada pelo alto, de cima para baixo, sem a participação efetiva das camadas populares. [...] As possíveis fraturas existentes no seio da sociedade civil não são suficientes para provocar uma nova correlação de forças, que leve a uma transição mais profunda e radical, em que seja ampliada a atuação de novos sujeitos políticos até então excluídos do processo de transição.¹⁸⁶

Em outras palavras, a democracia que se configurou no Brasil não era aquela desejada por grande parte dos brasileiros. Atualmente vivemos uma democracia representativa, onde nosso maior poder é promover a sucessão ou não, dos que estão do poder, através de eleições periódicas. O Brasil parece viver uma crise de representação política. Um dos principais entraves seria a incapacidade dos partidos políticos de agirem como mediadores entre a sociedade e o Estado por estarem cada vez mais interessados na defesa de interesses privados

É comum, em época de eleição, perceber certa descrença por parte dos eleitores, que não demonstram interesse por política e muito menos, pelos candidatos em quem votar. De fato, a democracia representativa é um sistema político que perdeu o encanto, já que as pessoas se conformam que “votar não muda nada”, pois os mesmos se propagam no poder. Isso é ainda mais perigoso, quando pensamos que nossa democracia é relativamente jovem, que ainda precisa ser firmada e possuir crédito com os cidadãos. Um dos principais motivos da crise desse tipo de democracia é a corrupção na política. Nos últimos anos, assistimos às inúmeras denúncias, o que nos leva a uma descrença no instituto da representação. Não se trata apenas de um desvirtuamento do interesse geral para o interesse individual ou de grupo, mas essa insatisfação dos brasileiros com o funcionamento da democracia é também reflexo da incapacidade do Estado brasileiro em responder às

¹⁸⁶ MELO, J. 1985. Op. Cit., pp. 260-261.

demandas da sociedade, como a diminuição das desigualdades e de melhoria das condições de vida. Contudo, é preciso reconhecer que esse é um sistema político com capacidade de avanços, se forem abertos os espaços necessários aos diferentes grupos sociais.

Ao retomar a campanha das *Diretas Já*, nos questionamos quanto aos possíveis avanços que a sociedade brasileira obteve, a partir desse movimento de destaque amplo e inegável. De acordo com a pesquisa realizada e com as leituras adquiridas em torno desse tema, é possível concluir que, embora não tenha vencido no momento desejado, a campanha por eleições diretas modificou a amplitude das discussões políticas e dos atores atuantes na determinação dos destinos do país, mesmo com as tentativas de suprimir o povo do processo de transição brasileira. Apesar da derrota da emenda, o impacto cívico foi inquestionável: a primeira grande mobilização popular ocorrida desde 1968, com o endurecimento do regime militar através do Ato Institucional n.º 5.

É bem verdade que a não aprovação da emenda representou uma derrota para milhões de brasileiros que se envolveram ativamente na campanha, principalmente por não romper com o legado institucional e com o esquema de sustentação política estruturados durante a ditadura. No entanto, seu significado não deve ser reduzido ao resultado da votação. Apesar de não se caracterizar como um movimento subversivo, o impacto do movimento ultrapassou as expectativas, obtendo amplo apoio da sociedade, de boa parte da imprensa nacional, de partidos políticos, de lideranças empresariais, assumindo publicamente uma posição favorável ao restabelecimento das eleições diretas. O grande apoio de diferentes grupos acelerou o processo de deslegitimação do regime, questionando um de seus principais mecanismos: o Colégio Eleitoral. A campanha ampliou a crise desencadeada em 1983, enfraquecendo o núcleo político do regime militar frente às forças sociais e políticas de oposição. As ruas e praças trouxeram à tona as demandas sociais que a ditadura insistia em reprimir.

Mesmo com a vitória da ala política, que defendeu uma “transição conciliadora”, o jogo das disputas e da participação de novos atores foi ampliado, o que resultou posteriormente, na eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, quando se conseguiu, de fato, eleger um presidente por via direta, substituindo o governo biônico de José Sarney.

Um dos mais importantes legados do movimento *Diretas Já* ao processo político subsequente, se fez presente, por exemplo, no caso da campanha pelo *impeachment*¹⁸⁷ do presidente Collor, em 1992. Novamente milhões de pessoas foram às ruas, vestidos e pintados com as cores da bandeira brasileira, protestar e pedir o afastamento da presidência de Collor, que teve sua gestão marcada por uma série de escândalos e suspeitas de corrupção. Pressionada pelas manifestações públicas, a Câmara autorizou a abertura do processo de *impeachment*, obtendo a maioria necessária. Em 2 de outubro, o presidente foi afastado do governo.¹⁸⁸

Ainda que a democracia eleitoral prevista no período não tenha se concretizado, deixou importantes caminhos que puderam ser seguidos anos mais tarde. Mesmo com muitos percalços, o movimento *Diretas Já* se tornou referência histórica para as manifestações posteriores a 1984 em todo o país. Ao ressurgir um espírito cívico com uma proporção sem precedentes, enfatizando o direito de voto, a sociedade civil brasileira firmemente reconquistava a sua vez e a sua voz.

¹⁸⁷ O *impeachment* interrompeu o primeiro governo eleito diretamente após 29 anos e marcou o cenário político mundial, já que Fernando Collor foi o primeiro presidente na América Latina a ser destituído do cargo por este processo. Teve ainda seus direitos cassados, tornando-se inelegível por oito anos.

¹⁸⁸ RODRIGUES, A. 2003. Op. Cit.

REFERÊNCIAS

Fontes:

A Notícia, Joinville – dezembro de 1983 a junho de 1984.

Jornal de Santa Catarina, Blumenau – dezembro de 1983 a junho de 1984.

O Estado, Florianópolis – dezembro de 1983 a junho de 1984.

Artigos em periódicos:

ABREU, Alzira Alves de. “A mídia na transição democrática brasileira”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Portugal, n.º 48, 2005, pp. 53-65.

Disponível em:
<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a05.pdf>> Acesso em março de 2010.

CERRI, Luis Fernando. “A Política, a Propaganda e o Ensino da História”. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 25, n.º 67, set/dez de 2005, pp. 319-331.

Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a05v2567.pdf>> Acesso em setembro de 2010.

DUARTE, Celina Rabello. “Imprensa e redemocratização no Brasil”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 26, n.º 2, 1983.

EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano. “Representações políticas no movimento Diretas-Já”. *Revista Brasileira de História: Representações*, São Paulo: ANPUH/contexto, vol. 15, n.º 29, pp. 207-219, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “O Brasil do Sr. Diretas”. *Nossa História*, Biblioteca Nacional, ano 1, n.º 4, pp. 80-83, fevereiro de 2004.

KNAUSS, Paulo. “Aproximações disciplinares: história, arte e imagem”. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 15, n.º 28, pp. 151-168, dezembro de 2008.

_____. “O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual”. *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 8, n.º 12, pp. 97-119, jan/jun de 2006.

LAGROU, Pieter. “A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945: Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar”. *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Rio de Janeiro, ano 4, n.º 15, 2009. Disponível em: <http://www.temppresente.org/index2.php?option=com_content&task=view&id=4882&pop=1&page=0&Itemid=147> Acesso em outubro de 2010.

NERY, Vanderlei Elias. “Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites”. *Lutas Sociais*, São Paulo, ano 15, n.º 24, pp. 70-77, jan/jun de 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. “História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, vol. 1, n.º 1, pp. 30-45, jan/jun de 2009.

Dissertações:

AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

LISBOA, Teresa Kleba. *O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Oeste catarinense: um novo movimento social*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

MARQUES, Siomara Aparecida. *Mulheres de periferia: tecendo redes na construção da cidadania*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MÜLLER, Kathia Terezinha. *Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais*. 1992.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

Livros:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.

BADALONI, Nicola; COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (orgs). *Jornalismo em perspectiva*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, FAPESP, 2007.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. 2. ed. São Paulo: Editoria 34, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Nova República?* 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Ciro Marcondes. *O capital da notícia*. SP: Ática, 1986.

FLEISCHER, David (org). *Da distensão à Abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora UnB, 1988.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

HELLMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: Diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELO, José Marques de. *Comunicação: Direito à Informação*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

_____. *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Intercom, 1985.

_____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MEYER, Marlyse; MONTES, Maria Lucia. *Redescobrimo o Brasil: a festa na política*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

MIGUEL, Luís Felipe. *Revolta em Florianópolis: A novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org). *Imprensa e poder*. Brasília: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

PAOLI, Maria Célia. “Movimentos Sociais, movimentos republicanos?” In: SILVA, F. T.; NAXARA, M. R. C.; CAMILOTTI, V. C. (orgs). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: ed. UNIMEP, 2003.

PEREIRA, Moacir. *Comunicação: o golpe do silêncio*. Florianópolis: [s. n.], 1984.

_____. *Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli/FCC Edições, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETRAS, James. *Estado y regimen em Latinoamérica*. Madri: Editora Revolução, 1987.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia*. Maringá: Eduem, 2000.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDMANN, Antonio Jose. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Textos consultados na Internet:

Biografia de Dante de Oliveira – <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em outubro de 2010.

Informações e imagens de Meyer Filho – <http://www.meyerfilho.org.br> Acesso em outubro de 2010.

MACIEL, David. *Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina, setembro de 2010. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/11_davidmaciel.pdf Acesso em janeiro de 2011.

PETRY, Michele Bete. *Sérgio Luiz de Castro Bonson: artista e historiador*. Disponível em: <http://www.semanahistoriaudesc.com/p/comunicacoes-orais.html> Acesso em dezembro de 2010.